

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA COGNITIVA

TATIANA ALVES DE MELO VALÉRIO

“O FILHO ADOTIVO NÃO VEM DE FORA, VEM DE DENTRO”:
UM ESTUDO SOBRE TRAJETÓRIAS DE VIDAS E A CONSTRUÇÃO DE
SIGNIFICADOS SOBRE A DECISÃO DE ADOTAR NA PERSPECTIVA DA
PSICOLOGIA CULTURAL SEMIÓTICA.

Recife – PE

2013

TATIANA ALVES DE MELO VALÉRIO

***“O FILHO ADOTIVO NÃO VEM DE FORA, VEM DE DENTRO”:
UM ESTUDO SOBRE TRAJETÓRIAS DE VIDAS E A CONSTRUÇÃO DE
SIGNIFICADOS SOBRE A DECISÃO DE ADOTAR NA PERSPECTIVA DA
PSICOLOGIA CULTURAL SEMIÓTICA.***

Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do Título de Mestre em Psicologia Cognitiva.

Área de Concentração: Cultura e Cognição
Orientadora: Prof^a Dr^a Maria C. D. P. Lyra

Recife – PE

2013

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva CRB-4 1291

V164f Valério, Tatiana Alves de Melo.

“O filho adotivo não vem de fora, vem de dentro” : um estudo sobre trajetórias de vidas e a construção de significados sobre a decisão de adotar na perspectiva da psicologia cultural semiótica / Tatiana Alves de Melo Valério. – Recife: O autor, 2013.

136 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria C. D. P. Lyra.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Pós-Graduação em Psicologia, 2013.
Inclui bibliografia e apêndices.

1. Psicologia Cognitiva. 2. Psicologia Cultural. 3. Adoção. 4. Família.
I. Lyra, Maria C. D. P. (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2012-47)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tatiana Alves de Melo Valério.

“O filho adotivo não vem de fora, vem de dentro”: um estudo sobre trajetórias de vidas e a construção de significados sobre a decisão de adotar na perspectiva da Psicologia Cultural Semiótica.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de Mestre.
Área de Concentração: Psicologia Cognitiva

Aprovado em: 23 de fevereiro de 2013.

Banca Examinadora

Dra. Maria da Conceição Diniz Pereira de Lyra

Instituição: UFPE

Assinatura: _____

Dr. Jaan Valsiner

Instituição: Universidade de Clark, EUA.

Assinatura: _____

Dr. Luciano Rogério de Lemos Meira.

Instituição: UFPE

Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Às minhas três filhas, eu dedico:

Maria Luísa (*in memoriam*), foi com você que tudo começou:
fui mãe, fui adoção, fui amor, fui alegria. Fui fraca e fui forte, fui esperança,
fui recomeço, fui ação, somos história – você: amor indelével!

Maria Júlia, foi com você que reaprendi a amar,
a sorrir, a ser mãe, a cuidar, a esperar... a desacelerar, a vibrar com a vida!
Aprendi a ser sua e você a ser minha...

Maria Alice, foi com você que descobri a alegria da chegada,
das peraltices infantis, dos carinhos exagerados, do amor conquistado,
do não planejado, mas profundo; da não coincidência, mas da divina providência .

Amo vocês, com todas as minhas forças e fraquezas,
com toda a minha experiência e meus medos,
com todos os desafios a serem vencidos,
com todo amor de vocês, e isso basta!
Sigamos construindo a nossa Trajetória de vida...
Trajetória de família construída pela adoção.

AGRADECIMENTOS

A *Deus Uno-e-Trino*, por Sua presença, Amor e Misericórdia em minha vida;
Aos meus familiares, pela confiança, amor e ajuda, sem medida, nessa fase da minha vida,
e, principalmente, por acreditarem na realização desse sonho:

Cícero e Niêta, meus pais;

Tarciana e Suelen, minhas irmãs;

Paulo e Ana Denise, meus cunhados e compadres;

Severino e Estelita, meus sogros;

Julinha e Alice, pelos abraços, beijinhos, carinho e amor, e por,
mesmo sem intenção, me darem a pausa que eu precisava para ficar com vocês, contar
uma historinha, rezar, deitar com vocês, e esperar vocês dormirem.

Marcos, meu esposo, por cada vez que você ficou com Júlia e Alice para eu viajar... Na
reta final, por fazer as tarefas com elas diariamente...

À *Cris*, minha amiga, que morou e trabalhou em nossa casa. Sem seu zelo e dedicação as
minhas filhas, eu não teria conseguido estudar para seleção do Mestrado;

A *Adilson Ferreira*, amigo, pesquisador e diretor espiritual, por cada conversa e estímulo
sempre, e principalmente pela disponibilidade;

Aos meus amigos e amigas que me incentivaram constantemente: aos que me ouviram, aos
que me ajudaram, dos seus lugares, a seguir nessa trajetória, especialmente, *Airma Farias*,
Vanessa Torres, *Anália Keila*, *Bernardina Araújo*, *Jandson Ferreira*, *Hudson Marques*,
Madson Diniz, *Patrícia Barbosa*; *Simone Senhorinho*, *Nízia Ramos*, *Adalberto*, *Edson e*
Amorim. Aos amigos que compreenderam minha ausência, na Igreja, no GEADIP, no
COMDICA, na vida.

Ao Grupo de Estudo e Apoio à Adoção do Vale do Ipojuca (GEADIP),
nas pessoas de *Auriany Nunes e Beth Lago*, amigas e companheiras,
e coautoras de um sonho chamado Geadip!

Aos amigos e amigas que lutam pela ressignificação da adoção nos mais diversos aspectos,
com os quais me inspiro a lutar, especialmente, *Luiz Schettini*, *Suzanna Schettini e Eneri*
Albuquerque (GEAD-Recife), e *Lenilde Cordeiro* (GEAD- João Pessoa).

Aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva da
UFPE, pelas construções, amizade e comprometimento para com a ciência, especialmente,

Luciano Meira, Luciane de Conti, Sandra Ataíde e Selma Leitão.

Aos meus colegas do programa, pelo companheirismo, especialmente, *Angelina, Ananias, Fabiane, Marcele, Natália, Matheus, Flávia, Débora e Denise. Patrícia, Fabíola, Paulo, Guilherme, Sabrina, Rebeca e Laura.*

Aos amigos e amigas do LabCom, companheiros de uma jornada incrível:

Graciana, Norberta, Maria dos Remédios, Beto, Natália, Marcos, Cesar, Tati Lima, Anaraí e Vanessa.

Aos professores da banca de qualificação, Luciano Meira (UFPE) e Maria Cristina Dias (UNICAP) pelas valiosas contribuições ao meu trabalho.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) - Campus Belo Jardim, pela licença concedida – condição essencial para realização desse curso, e o maior agradecimento é feito ao meu amigo Hudson Marques: sua generosidade é ímpar.

Aos novos amigos pretendentes à adoção que, com muita boa vontade e disponibilidade, participaram da pesquisa;

À Vara da Infância e Juventude de Belo Jardim,
na pessoa de Ana Elizabeth - psicóloga do TJPE,

Aos Mestres JaanValsiner (Clark University- USA), Tatsuya Sato (Ritsumeikan University- Japão) e Tania Zittoun (University of Neuchâtel) pelas conversas, materiais cedidos, e-mails trocados e sugestões ao meu trabalho, e generosidade em fazer tudo isso com uma pesquisadora em início de carreira.

À Ayae Kido (Ritsumeikan University- Japão) pela generosidade e disponibilidade nas discussões sobre meu projeto de pesquisa;

À Vera Amélia, secretária do programa de Psicologia Cognitiva (UFPE) pelo profissionalismo e disponibilidade em todas as situações;

Por fim, um ***agradecimento muito especial:***

À você, Mestre e Amiga, Maria Lyra – ou apenas Maninha,
Agradeço a você por acolher-me sem fazer prognósticos.

Agradeço a você por tantas vezes ter tido a generosidade de esperar que eu me apropriasse daquilo que já é lugar comum em psicologia,
mas que para alguém de Letras não era.

Agradeço a você pelas leituras desafiadoras cobradas.

Agradeço por ter colocado a Psicologia Cultural Semiótica na minha vida –
uma unidade ruptura-transição fantástica!

Agradeço por ter confiado a mim a tarefa de estudar, dentro do LabCom,
o TEM (*Trajectory Equifinality Model*).

Agradeço pela generosidade em apresentar-me, através de diversas publicações e
pessoalmente, Jaan Valsiner, Tatsuya Sato, Tania Zittoun e Nandita Chaudhary.

Agradeço por cuidar de mim enquanto orientanda,
permitindo que eu ousasse o quanto quisesse,
mas com os olhos voltados àquilo que era essencial.

Agradeço pela paciência, pelas cobranças, pelo afeto!

Obrigada por confiar em mim e fazer com que eu acreditasse que poderia.

Agradeço a Deus, por ter conhecido você, querida amiga!

PRÓLOGO

*“E quando estiver bem cansado
Ainda, exista amor
Prá recomeçar”
(Frejat, 2001)*

Sem experiência alguma sobre adoção, em 2003, adotei, com meu esposo, nossa primeira filha, Maria Luísa (*in memoriam*). Esse evento colocou a vida da nossa família em outro ritmo... Descobri, rapidamente, que a adoção não era assunto debatido em nenhum lugar. Ninguém tinha informações úteis que nos ajudassem a realizar a adoção legalmente. O “conselho” mais comum que nos era dado era para que registrássemos a criança direto em um cartório e declarássemos que eu havia parido em casa, dispensando a apresentação da Declaração de Nascido Vivo (DNV). Em outras palavras, o conselho era para que fizéssemos uma adoção *à brasileira*. E tínhamos a pergunta que não queria calar: se nós queríamos adotá-la legalmente, por que a única opção apresentada era a adoção ilegal? Iniciamos, então, uma busca por informações na internet e conseguimos proceder com a adoção legal. Mas iríamos ainda descobrir o quanto a adoção não era vista como uma forma autêntica e legítima de filiação – para incluir nossa filha no nosso plano de saúde exigiam a certidão de nascimento, mesmo a legislação vigente determinando apenas o termo de guarda para isso; a licença à adotante foi negada duas vezes no meu trabalho e o cartório de registro civil cobrou pela certidão de nascimento e, sem sabermos, pagamos – mas apenas da primeira, as demais nos recusamos e informamos o fato ao ministério público.

Em pouco tempo, percebi que precisava entender a adoção a fundo e preparar minha filha para ser filha adotiva numa sociedade que reconhece a parentalidade apenas pela via biológica. Depois percebi que não bastaria apenas preparar minha filha, mas que eu precisava preparar a sociedade para reconhecer a filiação adotiva como filiação autêntica... Perder minha filha em 2006, aos três anos, foi, sem dúvida, a experiência mais dolorosa que já enfrentei junto com minha família, mas também foi uma das que mais aprendizados me trouxe, em vários aspectos. No que concerne à adoção, confirmei, de uma maneira muito sofrida, a autenticidade da experiência parental: pais, biológicos ou adotivos, numa lógica inversa ao desenvolvimento humano, podem ter que enterrar seus filhos.

A vida seguiu seu curso e, naquele mesmo ano, adotávamos nossa segunda filha, Maria Júlia. Fomos recuperando a alegria de viver e o entusiasmo da primeira adoção e do que eu precisava fazer para preparar o mundo para receber minha filha, também. Em 2008, após participar do XIII Encontro Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção (ENAPA) em Recife-PE, fundei com algumas amigas o Grupo de Estudo e Apoio à Adoção do Vale do Ipojuca (GEADIP), em julho do mesmo ano, em Belo Jardim – PE. A partir daí, um trabalho voluntário de grande impacto na cidade começa a ser realizado. Uma padronização quanto ao procedimento de inscrição à adoção começa a ser implementada; reuniões de estudo sobre adoção começam a ser feitas; encontros de sensibilização à adoção são realizados; e, em 2009, com a promulgação da Nova Lei da Adoção (Lei nº 12.002/ 2009), a adoção ganha mais um capítulo na sua história jurídica brasileira.

No mês seguinte à promulgação da lei, adotamos nossa terceira filha, Maria Alice, que veio do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), com 6 meses em 16 de dezembro de 2009.

Em 2010, por sugestão de uma amiga querida, Airma Farias, que amamentara minha primeira filha e estava cursando Mestrado na Pós-graduação em Psicologia Cognitiva da UFPE, decidi matricular-me no programa como aluna especial para conhecer as possibilidades de pesquisa. Sempre muito movida pela adoção, mas constrangida por uma série de autorreguladores semióticos, abandono o tema da adoção e enveredo por outros caminhos. E assim fui aprovada na seleção em 2010.

Vivo no primeiro semestre do mestrado, em 2011, uma tristeza de luto e uma angústia revoltante, acompanhada atentamente por alguns de meus colegas de turma por não estar pesquisando a adoção, que só são minimizadas pelo desafio de adentrar os fundamentos da psicologia cultural e do trabalho gigantesco de desvendar as possibilidades de conhecer e trabalhar com um conjunto de metodologias (HSS e TEM) que minha orientadora, Maria Lyra (Maninha), na sua medida certa de exigência e desafio, oferecia-me. O segundo semestre reservaria uma reviravolta em minha pesquisa. E depois de uma conversa com Maninha, que me fez ver que pesquisar é um prazer e não uma tortura, reencontro-me com meu tema, Adoção, e consigo qualificar um projeto com profundidade teórico-metodológica elogiada pela banca e com uma indicação de *upgrade* ao doutorado. Nascia naquele momento, para mim, minha pesquisa, e descobri que, assim como nunca soube como seriam meus filhos adotivos, não sabia como seria minha pesquisa, mas uma certeza eu tinha: vou acolher, amar e aprender muito com ela, da mesma forma que tem

sido aprender com minhas filhas.

Descobri nesse percurso acadêmico que há similaridade entre minha trajetória familiar e minha trajetória acadêmica: adotar filhos é outra forma possível e autêntica de parentalidade e adotar teoria e métodos que fogem à ortodoxia científica é mostrar outra forma autêntica de fazer ciência. A construção da parentalidade e a construção da ciência são práticas culturais, portanto, podemos escolher a transformação da cultura, e não a sua manutenção. Eu escolhi, e sou muito feliz por isso.

RESUMO

VALÉRIO, T.A.M. (2013) “*O filho adotivo não vem de fora, vem de dentro*”: um estudo sobre trajetórias de vidas e a construção de significados sobre a decisão de adotar na perspectiva da Psicologia Cultural Semiótica. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE.

No ciclo da vida, uma das transições mais esperadas na vida familiar adulta é a chegada dos filhos. No entanto, eventos disruptivos – não conseguir gerar uma criança, por exemplo – marcam a trajetória de vida de muitas famílias, levando-os à construção de significados sobre ter filhos e a adoção passa a configurar-se como uma das opções entre a gama de possibilidades de significados a serem construídos para o enfrentamento dessa ruptura. O presente estudo buscou explorar o processo semiótico de construção de significados sobre adotar em pretendentes à adoção, inscritos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Tal processo foi investigado a partir da perspectiva da Psicologia Cultural Semiótica, proposta por Valsiner, que conceitua a construção de significados de experiências de vida pelas pessoas como ocorrendo em contexto social e histórico, através de um processo de natureza semiótica que se dá em um tempo irreversível. O ser humano é considerado como um sistema aberto numa constante relação interdependente com o meio social e cultural. Esse estudo filia-se a uma nova proposta teórico-metodológica para compreender trajetórias de vida que integra um método teórico de estudo de casos individuais, baseado nas histórias do curso de vida – Amostragem Estruturada Historicamente (*Historically Structured Sampling* – HSS) o Modelo de Equifinalidade de Trajetórias (*Trajectory Equifinality Model* – TEM). Os eventos marcantes da vida das pessoas são analisados como pontos de bifurcação até atingirem um ponto comum temporário – o ponto de equifinalidade. O TEM é um novo caminho para descrever o desenvolvimento humano a partir da abordagem histórico-cultural, considerando a irreversibilidade do tempo. Os conceitos de mediação e regulação semióticas e signo hipergeneralizado mostraram-se relevantes para dar conta da experiência vivida dos participantes, permitindo abordar a dinâmica desenvolvimental presente na construção de significados para a decisão de adotar. Foram realizados dois estudos de caso - dois casais heterossexuais. Um casal com uma filha biológica e o segundo casal sem filhos. Três entrevistas foram realizadas com cada casal: a primeira foi aberta e os participantes narraram livremente sobre sua decisão em adotar. As duas últimas foram semiestruturadas e foram iniciadas sempre com a trajetória traçada a partir da entrevista prévia. A análise foi feita em duas dimensões: a primeira visou traçar as trajetórias de vida que organizaram, no tempo irreversível, a sequência das experiências dos pretendentes, destacando os diversos pontos de passagem que os participantes atravessaram de um ponto inicial até o ponto de equifinalidade, isto é, a condição presente e comum aos participantes (decidir adotar legalmente, sendo pretendente à adoção). A segunda identificou o processo de construção dos significados da

decisão de adotar por pretendentes, a partir das concepções advindas da Psicologia Cultural Semiótica. Entre as principais conclusões do estudo, ressalta-se que a decisão em adotar uma criança decorre de uma rede complexa de construção de significados, construída em uma constante tensão entre a cultura pessoal e a cultura coletiva. Nesta tensão, as trajetórias de vida dos casais são construídas, sobretudo, a partir do sentimento (campos afetivos), entendido como signo hipergeneralizado, que funciona como signo promotor na decisão de adotar.

Palavras-chave: Adoção; Trajetórias de Vida, Psicologia Cultural Semiótica, Modelo de Equifinalidade de Trajetória (*TEM*) e Amostragem Historicamente Estruturada (*HSS*)

ABSTRACT

VALÉRIO, T.A.M. (2013) *"The adoptive child does not come from outside, but from within": a study on life trajectories and the meaning-making about the decision to adopt in the perspective of Semiotic Cultural Psychology*. Dissertation. Federal University of Pernambuco, Recife – PE.

In the cycle of life, one of the most expected transitions in family grown-up life is the children arrival. However, disruptive events - unable to procreate, for example - mark the history of many families lives, leading them to construct meaning about having children and adoption now set up as an option among the range of possibilities of meanings to be built to cope with this disruption. The present study sought to explore the semiotic process of meaning-making on adopting in prospective parents, enrolled in the National Adoption Register in Brazil (Cadastro Nacional de Adoção - CNA). The process of meaning-making on adopting was investigated from the perspective of Semiotic Cultural Psychology, proposed by Valsiner, that conceptualizes the meaning-making of life experiences by people as occurring in social and historical context, through a process of semiotic nature which occurs within irreversible time. The human being is considered as an open system in a steady interdependent relationship with the social and cultural environment. This study belongs to a new theoretical and methodological proposal to grasp life trajectories that integrates a theoretical method of individual cases study, based on life course stories - Historically Structured Sampling (HSS) and the Trajectory Equifinality Model (TEM). In this proposal the marking events in people's lives are analyzed as a series of bifurcation points until reaching a common temporary point - the Equifinality Point (EFP). The TEM is a new way to describe human development from the cultural historical approach, considering the irreversibility of time. The concepts of semiotic mediation, promoter sign, hypergeneralized sign were relevant to account for the lived experience of participants and to approach the developmental dynamics present in the meaning-making for the decision to adopt. There were two case studies - two heterosexual couples eligible to adopt. A couple with a biological daughter and the second a childless couple. Three interviews have been used with each couple: the first one was opened and the participants narrated freely about their decision to adopt. The last two ones were semistructured and were always initiated with the experimental trajectory drawn from the prior interview. The analysis was done in two dimensions: the first aimed to trace the life course trajectories that organized within irreversible time, the sequence of the prospective parents experiences in the pre-adoptive context, highlighting the various passage points that participants crossed from an initial point until reach the Equifinality Point, i.e., the current and common condition to participants (decided to adopt legally and being prospective parent). The second identified the meaning making process of the decision to adopt by prospective parents, from the conceptions of Semiotic Cultural Psychology. Among the main conclusions of the study, it

is emphasized that the decision to adopt a child stems from a complex network of meaning, constructed in a constant tension between the personal and the collective culture . In this tension, the couples' life course trajectories are constructed mainly from the feeling (affective fields), understood as a hypergeneralized sign, who works as a promoter sign in the decision to adopt.

Keywords: Adoption; life course Trajectories; Semiotic Cultural Psychology; Trajectory Equifinality Model (TEM) and Historically Structured Sampling (HSS)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A Pomba da Paz (Picasso, 1949)	43
Figura 2 – Síntese das etapas de construção de dados	74
Figura 3 – Localização dos Pontos de equifinalidade e equifinalidade Polarizado	75
Figura 4 – Legenda dos símbolos utilizados nas trajetórias traçadas.....	75
Figura 5 – Trajetória Final (TEM) do Casal A (Lucas e Maria): a trajetória da experiência de pretendentes à adoção em decidir adotar legalmente	84
Figura 6 – Zona de Finalidade projetada para a trajetória final do casal A	97
Figura 7 – Trajetória Final (TEM) do Casal B (João e Raquel): a trajetória da experiência de pretendentes à adoção em decidir adotar legalmente	102
Figura 8 – Zona de finalidade projetada para a Trajetória Final do casal B	110
Figura 9 – Síntese da regulação semiótica e o processo de construção de significados sobre adotar em dois casais de pretendentes à adoção	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mensagens redundantes de experiências sobre adoção que constituem um controle redundante para a decisão de adotar legalmente para o casal A	88
Quadro 2 – Atividades corriqueiras e rituais familiares que criaram um campo afetivo para o casal B.....	106
Quadro 3 – Signos constitutivos do processo semiótico de construção de significados sobre a decisão de adotar legalmente dos casos (1 e 2) analisados neste estudo	113

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
1. “ NÃO SUSSURRE, NÃO MINTA, NÃO É MAIS UM SEGREDO”: REFLEXÕES SOBRE ADOÇÃO NA ATUALIDADE NO BRASIL	25
1.1. Alguns estudos adoção no Brasil e em outras partes do mundo	28
1.2. Os pretendentes à adoção e o novo cenário brasileiro para quem quer adotar	34
1.3. A participação dos grupos de apoio à adoção nesse novo cenário	38
2. A PSICOLOGIA CULTURAL SEMIÓTICA E SEUS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: A CENTRALIDADE NA CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS	41
2.1. Mediação semiótica	43
2.1.1. Signos e mediação semiótica	44
2.1.2. Internalização e Externalização	45
2.2. A Construção de significados na perspectiva semiótica da Psicologia Cultural	47
2.2.1. Ambivalência	48
2.2.2. O Princípio do Controle Redundante	50
2.2.3. Hipergeneralização e campos afetivos	51
2.2.4. Regulação semiótica e fronteira semiótica e seu cruzamento	52
2.2.5. Manutenção e transformação da cultura	53
2.3. A generalização do conhecimento na abordagem da Psicologia Cultural ...	54
2.4. Sistemas abertos, equifinalidade, trajetória e tempo irreversível: uma relação interdependente	56
2.5. O Modelo de Equifinalidade de Trajetórias (<i>TEM</i>) e a Metodologia de Amostragem Estruturada Historicamente (<i>HSS</i>): pela heterogeneidade dos seres humanos	58
2.5.1. Estudos utilizando o TEM	63

3.	O PRESENTE ESTUDO	66
3.1.	Objetivos	67
3.2.	Participantes	68
3.3.	Procedimentos, etapas e instrumentos de construção de dados	69
3.3.1.	Diretrizes para traçar as trajetórias	75
3.4.	Procedimento de análise dos dados	77
3.4.1.	Diretrizes para análise e descrição do processo de construção de significados de adotar a partir das trajetórias de vida (TEM)	78
3.5.	Considerações éticas	79
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	80
4.1.	Histórias de vida: as experiências de casais que desejam adotar legalmente	80
4.1.1.	Caso 1 – Casal A (Lucas e Maria)	80
4.1.1.1.	A Trajetória (TEM) e a construção de significados sobre a decisão de adotar legalmente de Lucas e Maria	83
4.1.1.2.	A trajetória Privada de Lucas e Maria	88
4.1.1.3.	Um olhar prospectivo da Trajetória de Lucas e Maria	95
4.1.2.	Caso 2 – Casal B (João e Raquel)	97
4.1.2.1.	A Trajetória (TEM) e a construção de significados sobre a decisão de adotar legalmente de João e Raquel	99
4.1.2.2.	Um olhar prospectivo da Trajetória de João e Raquel	108
4.2.	No caminho de possibilidades de construção de uma tipologia sobre a decisão de adotar	109
5.	CONCLUSÕES E DIREÇÕES FUTURAS – ou Palavras Finais e “Zona de Finalidade” do presente estudo	115
5.1.	Aplicabilidade deste estudo	116
5.2.	Possibilidades de estudos futuros	117
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
	APÊNDICE A – 1ª Trajetória experimental do casal A	130

APÊNDICE B – 2ª Trajetória experimental do casal A	131
APÊNDICE C – 1ª Trajetória experimental do casal B	132
APÊNDICE D – 2ª Trajetória experimental do casal B	133
APÊNDICE E – Modelo de Ficha para identificação dos aspectos constitutivos da construção de significados para este estudo	134
APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	135

APRESENTAÇÃO

“O filho adotivo não vem de fora, vem de dentro, [...] a inexistência de laços genéticos não invalida as ligações parentais.”
(Schettini Filho, 1998, p.17-18)

A adoção vive um momento intenso de exposição na mídia. No Brasil, jornais e revistas, *sites*, *blogs*, programas diversos noticiam os inúmeros casos de adoção de anônimos e figuras públicas, e as novelas do principal canal televisivo, em suas tramas, têm dado destaque especial ao tema – embora a abordagem feita nessas tramas ficcionais brasileiras em 2011 e 2012, segundo a ANGAAD (Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção), manifesta “todo preconceito com relação à adoção, como se fosse uma filiação de segunda classe” (Bárbara Toledo, comunicação pessoal em 08/02/2012), referindo-se especificamente à novela *Fina Estampa* (Rede Globo, 2012), cuja protagonista e vilã teve seu segredo (era filha adotiva) revelado pela mídia brasileira de forma fantasiosa, o que reforçou diversos mitos e preconceitos quanto à adoção. Ainda sobre essa exposição, Chaves (2008) usa o termo *glamourização* da adoção em referência à adesão de celebridades à prática da adoção. Essa visibilidade da adoção pode também ser vista em outros países, como afirmam Riley e Van Vleet (2012) sobre o atual cenário da adoção nos Estados Unidos: “não são apenas livros e reportagens, mas também *blogs* e *chats* na Internet, *talk shows*, conversas do dia-a-dia, música popular e arte, legislação e política pública que refletem uma política de visibilidade e crescimento da normalidade em construir famílias pela adoção (p.02)¹. Esse entendimento dessas autoras, assim como podemos confirmar no Brasil, reflete apenas a exposição e a visibilidade da adoção. Mas a sociedade não tem refletido sobre a adoção como outra possibilidade legítima e autêntica de construção familiar. No Brasil, reflexões sobre o assunto ficam restritas às famílias adotivas e aos profissionais que as assistem, incluindo, ainda, os Grupos de Apoio à Adoção² (GAAs) existentes no país (Maux & Dutra, 2010).

¹ Todas as traduções de citações foram feitas pela pesquisadora.

² Grupos de Apoio à Adoção (GAAs) e Grupos de Estudo e Apoio à Adoção (GEADs) são formados, na maioria das vezes, por iniciativas de pais adotivos que trabalham voluntariamente para a divulgação da nova cultura da Adoção, prevenir o abandono, preparar adotantes e acompanhar pais adotivos e para a conscientização da sociedade sobre a adoção e principalmente sobre as adoções necessárias (crianças mais velhas, com necessidades especiais e inter-raciais).(www.angaad.org.br)

A adoção de crianças e adolescentes é uma prática social frequente em nossa sociedade e recentemente recebeu, através de novos instrumentos jurídicos – Cadastro Nacional de Adoção³ (CNA) e a Nova Lei da Adoção⁴ (Lei nº 12.010/ 2009), uma unificação a partir das diretrizes nacionais para adoção, convivência familiar e garantias dos adotandos. A partir desse novo contexto histórico, adotar no Brasil exige que essa decisão privada dos pretendentes seja analisada, avaliada e acompanhada por equipe psicossocial e jurídica do Estado, para que seja conferida ou não, aos pretendentes, a habilitação à adoção. Em outras palavras, a decisão de adotar é privada, mas a realização dessa construção familiar é pública e determinada pelo Estado.

Do ponto de vista sócio-histórico, que considera a noção de reconstrução (não transferência) da cultura, porque a concebe como *bidirecional* (Valsiner, 2000, 2007) – ou seja, indivíduo e cultura mutuamente se constituem e se reconstróem – inferimos que o contexto atual da adoção configura-se como solo fértil para estudos que buscam compreender o processo de construção de significados sobre a decisão de adotar, em diversos aspectos, e por meio de diferentes abordagens teórico-metodológicas. A adoção como sistema cultural, à luz da antropologia e da sociologia, quando investigada em várias sociedades, reflete as estruturas sociais, o processo de organização das sociedades e os processos globais que envolvem mudanças nas normas familiares e na construção de famílias. Riley e Van Vleet (2012) em suas pesquisas sobre o papel da adoção na construção familiar e a influência do estado nessa prática destacam que a investigação da adoção: a) nos dá importantes *insights* no processo que indivíduos enfrentam para construir suas famílias e as normas que estes processos mantêm ou desafiam, sendo um veículo para entender as sociedades e famílias de forma mais geral e b) sugere-nos que as famílias não são simplesmente entidades privadas ou relacionamentos pessoais, mas que há envolvimento do estado na sua formação (as famílias são moldadas por leis de matrimônio, mas também por impostos e investimentos na educação dos filhos, por exemplo), determinando quem adota, quem não adota e quem é adotado, através de suas leis –

³ O Cadastro Nacional de Adoção, instituído através da Resolução nº 54 do Conselho Nacional de Justiça, de 29 de abril de 2008, é uma ferramenta criada para auxiliar juízes das varas da infância e da juventude na condução dos procedimentos de adoção. O CNA foi “instituído para a inclusão de habilitados à adoção, crianças e adolescentes com poder familiar destituído” (Bittencourt, 2010), e tem por objetivo agilizar os processos de adoção por meio do mapeamento de informações unificadas. O Cadastro possibilita ainda a implantação de políticas públicas na área. (www.cnj.jus.br)

⁴ Nova Lei de Adoção: a Lei nº 12.010 de 29.07.2009 entrou em vigor em 02.11.2009 e dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para a garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, na forma prevista na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. (Brasil, 2009)

especificamente quando pensamos em adoções legais.

Entretanto, uma lacuna foi observada por nós nos estudos sobre adoção. Estes estão centrados no contexto pós-adoativo, isto é, os estudos investigam os mais diversos desdobramentos da adoção já consumada, como veremos no capítulo 1. Entretanto, raros são os estudos que se voltam ao contexto pré-adoativo, que busquem compreender o que definimos para este estudo como o conjunto de experiências prévias da adoção, especificamente o ato de adotar. Entendermos que este está fortemente relacionado ao enfrentamento de uma ruptura no curso de vida das pessoas que desejam ter filhos, mas que foram surpreendidas com a impossibilidade de gerá-los naturalmente, por diversas razões biológicas ou psíquicas – que não serão objeto de investigação aqui, pois buscamos neste estudo entender como as pessoas enfrentam essa ruptura e constroem significados sobre essa experiência para chegar à decisão de adotar. Como explica o psicólogo Schettini Filho (1998), a “decisão de adotar é um processo que abrange a pessoa toda na sua subjetividade, isto é, fundamenta-se nos conteúdos racionais e emocionais (p.16)”. Riley e Van Vleet (2012), à luz da sociologia e da antropologia, argumentam que “o discurso atual sobre adoção é todo centrado em escolha, mas que, na verdade, a adoção está imersa em crenças culturais e sociais, transações econômicas e realidades políticas.” (p. ix). Para a Psicologia Cultural Semiótica, centrada na cultura, concebida como mediação e regulação semiótica, a decisão de adotar é uma experiência sociocultural (todos esses conceitos serão discutidos no capítulo 2), e, portanto, construída na relação interdependente do sujeito com o seu ambiente, isto é, mobiliza aspectos biológicos, sociais e culturais.

Nosso estudo procurou investigar e compreender como se dá a dinâmica da construção dos significados sobre adotar por pessoas que estejam vivenciando o período pré-adoção, ou seja, estão habilitadas legalmente a se tornarem pais por adoção. No Brasil, integram o CNA, sendo chamadas pela legislação vigente de pretendentes à adoção.

Frisamos que, em nosso estudo, a tomada de decisão pela adoção é compreendida à luz da perspectiva semiótica da Psicologia Cultural, em que normas sociais, crenças, relações econômicas etc. são entendidas como construções culturais, ou seja, signos que funcionam como reguladores e/ou mediadores semióticos no processo de construção de significados. Nessa perspectiva, então, o processo semiótico da decisão de adotar, objeto de nossa investigação, considerou os aspectos anteriormente apontados por Riley e Van Vleet, como sendo constitutivos da decisão de adotar. Não só decidir adotar, mas

cada situação do cotidiano coloca à pessoa “diferentes possibilidades de escolha, que

exigem posicionamentos, promovem a tomada de decisão e ao mesmo tempo direcionam as perspectivas futuras. Essas opções aparecem como pólos opostos, cada um deles implicando em alternativas que se desdobram infinitamente, pois uma escolha gera novas possibilidades, e daí por diante” (Reis, 2010, p.51).

Sendo assim, este estudo partiu da experiência pessoal de adoção da pesquisadora, como mãe adotiva e de seu trabalho educativo voluntário em um GEAD (GEADIP⁵), da necessidade de ampliar as investigações sobre adoção e construir reflexões sobre a temática na abordagem da Psicologia Cultural Semiótica, especificamente envolvendo pretendentes à adoção. Deste modo, investigamos como a construção cultural dos significados sobre a decisão de adotar ocorre em pretendentes à adoção, descrevendo sua dinâmica a partir de trajetórias de vida em contexto pré-adotivo.

A partir da noção de que as experiências humanas são organizadas culturalmente e constantemente reconstruídas no âmbito pessoal (Valsiner, 1998), recorreremos, para desenvolver este estudo, ao suporte da Psicologia Cultural Semiótica. Esta abordagem valoriza a construção de significados de experiências de vida pelas pessoas em contexto social e histórico (Bruner, 1997), pela mediação semiótica (Vigotski, 2007) e num tempo irreversível (Lyra, M.C.D, 2006; Lyra, M.C.D., Moura, M.L.S. de. 2000, Valsiner, 2002).

Os principais fundamentos teóricos desta pesquisa estão ancorados em conceitos centrais da Psicologia Cultural Semiótica, cujo interesse é compreender o processo dinâmico do desenvolvimento humano, em qualquer idade, pela mediação semiótica, num tempo irreversível, através de experiências socioculturais afetivas e cognitivas, nas quais todas as pessoas são guiadas e reguladas por dispositivos semióticos (Valsiner, 2007). As noções de ruptura e transição (Zittoun, 2009), na mesma perspectiva desenvolvimental, também constituem nossa fundamentação teórica. Em uma trajetória de vida, a ruptura leva a pessoa a novas ideias, novas soluções, ou novas formas de agir e pensar – neste caso específico, a decisão de adotar pela descoberta da impossibilidade de gerar um(a) filho(a) é a transição, a novidade emergente na necessidade de mudança que segue a ruptura. Nosso estudo tem como aporte metodológico os estudos de *Tatsuya Sato* e colaboradores – que trazem uma nova metodologia para descrever o desenvolvimento humano na abordagem da Psicologia Cultural: *The Trajectory Equifinality Model – TEM* (Modelo de Equifinalidade de Trajetórias) (Sato, T., Yasuda, Y., Kido, A, Arakawa, A., Mizoguchi, H. & Valsiner, J., 2007b; Sato. T., Hidaka, T., & Fukuda, M., 2009; Sato, 2011).

⁵ GEADIP – Grupo de Estudo e Apoio à Adoção do Vale do Ipojuca, entidade sem fins lucrativos, fundado em julho de 2008 e sediado em Belo Jardim –PE.

O presente trabalho é composto por cinco capítulos principais - além da apresentação, os quais se encontram sumarizados a seguir:

O Capítulo 1 – contém a revisão da literatura sobre adoção no Brasil e no exterior. Traçamos um breve percurso histórico da adoção no Brasil, o atual cenário da adoção no país, destacando os mitos e preconceitos que circulam na cultura nas mais diversas formas de mensagens. Tecemos comentários sobre a participação dos grupos de apoio à adoção na trajetória de vida dos pretendentes à adoção.

O Capítulo 2 - apresenta os fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia Cultural Semiótica. Nesse capítulo, discutimos os conceitos e noções da Psicologia Cultural Semiótica elencados para nosso estudo: a cultura como mediação semiótica; a construção de significados nessa abordagem e as noções adotadas para analisar este processo semiótico; a relação interdependente existente entre as noções de sistemas abertos, equifinalidade, trajetória e tempo irreversível para compreender o desenvolvimento humano; o Modelo de Equifinalidade de Trajetória - *TEM (Trajectory Equifinality Model)* que descreve a dinâmica do desenvolvimento humano pelas trajetórias de vida; as concepções orientadoras do método teórico de Amostragem Estruturada Historicamente - *HSS (Historically Structured Sampling)*, cuja orientação nos remete a estudos de caso, uma vez que esse método preconiza que não precisamos de um número grande de participantes para generalizar; e estudos empíricos utilizando o *TEM*.

O Capítulo 3 – os objetivos do estudo; seus participantes; os procedimentos, etapas e instrumentos utilizados para construção dos dados – no qual detalhadamente apresentamos as diretrizes construídas para realização das entrevistas e as diretrizes para traçar as trajetórias; os procedimentos de análise dos dados – no qual apresentamos as diretrizes utilizadas para análise e descrição do processo de construção de significados de adotar, a partir das trajetórias de vida traçadas; além das considerações éticas.

No Capítulo 4, resultados são descritos e discutidos. Esse capítulo foi organizado da seguinte forma: para cada caso, primeiro descrevemos, em texto, a história de vida dos participantes. Em seguida, apresentamos a trajetória final traçada à luz do TEM, que é a descrição da história do caso sob investigação, em desenho. A descrição do desenho da trajetória final constitui a análise do caso. O capítulo é encerrado com uma análise do processo de construção de significados sobre adotar dos dois casos e apresenta uma figura que tenta sintetizar esse processo semiótico.

No Capítulo 5, apresentamos as conclusões e direções futuras do nosso estudo.

Tecemos comentários sobre esta pesquisa como uma possibilidade de investigação de estudos qualitativos da ciência idiográfica centrado na construção de significados.

Sugerimos alguma aplicabilidade para nosso estudo e apontamos possibilidades de estudos futuros na nossa área de investigação.

1. “NÃO SUSSURRE, NÃO MINTA, NÃO É MAIS UM SEGREDO”⁶: REFLEXÕES SOBRE ADOÇÃO NA ATUALIDADE NO BRASIL

*“A adoção hoje é definida como uma outra possibilidade de se constituir família e que pode trazer resultados tão satisfatórios quanto a filiação biológica.
(Schettini, S.S.M., 2007, p.32)*

Segundo Figueirêdo (2009), o instituto da adoção, em suas origens mais remotas, teve um caráter eminentemente privatista, com pouca ou nenhuma intervenção estatal. Prevalecia, nessa dinâmica, a vontade das partes implicadas (doadores da criança, intermediadores e os pais adotivos) e o que “preponderava eram os interesses dos adultos, perdurando em tais moldes por séculos e séculos” (p. 149).

O *Código de Hamurabi*, do Rei da Babilônia (1728-1686 a.C.), é a primeira referência formalizada da adoção. O Direito Romano exigia que o adotante tivesse 60 anos de idade. Nas sociedades gregas e romanas a adoção estava vinculada a crenças religiosas. A respeito da necessidade de se prestar culto aos ancestrais para que a família não se extinguisse, Bandeira (2001, p.17) explica que

[...] a adoção surgiu da necessidade, entre os povos antigos, de se perpetuar o culto doméstico, estando assim ligada mais à religião que ao próprio direito. Havia, entre os antigos, a necessidade de manter o culto doméstico, que era a base da família, sendo assim, a família que não tivesse filhos naturais, estaria fada à extinção.

A partir do Cristianismo, com a promessa de vida e moradas eternas no céu, o temor daqueles que não possuíam descendência foi anulado, e isso diminuiu a prática da adoção na época. Na Idade Média, a Igreja Católica criou as Rodas dos Enjeitados para acolher os bebês abandonados, numa tentativa de reduzir infanticídios da época. As adoções continuaram em baixa (Weber, 2003). Na Idade Moderna, a adoção voltou a ser aceita e, lentamente, passou a ser legislada: Os códigos promulgados por Cristiano V, na Dinamarca, em 1683; o Prussiano, na Alemanha, em 1751 e o Codex Maximilianus, na Bavária, em 1756. Embora essas leis fossem muito restritivas, incluíam direitos sucessórios e a irrevogabilidade do ato (C. H S. Cruz, comunicado em palestra em 31/10/2009). No Brasil a adoção começou a ser legislada em 1916, com o Código Civil. Segundo Weber (2003), em tais leis, é possível verificar “claramente o preconceito e o valor dos laços de

⁶

Peterman (2001)

sangue” (p.20). Essa discriminação quanto à filiação adotiva em leis brasileiras, só desapareceu com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, especificamente em seu artigo 227, parágrafo 6º, onde filhos adotados e naturais passaram a ter direitos e qualificações idênticas, ficando *proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação* e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, que regulamenta e protege os interesses de crianças e adolescentes, regulamentando a adoção dos menores de 18 anos, inclusive prevendo os direitos sucessórios dos mesmos, restando ao Código Civil/1916 somente a adoção dos maiores de idade, que possuíam diferenciação nos direitos sucessórios em face dos filhos naturais e/ou menores adotados (Wald, 1999).

As mudanças ocorridas no cenário da adoção no Brasil desde o Código Civil de 1916 até o mais novo instrumento jurídico brasileiro, a Lei nº 12.010 (2009), apontam para uma inversão essencial no foco das adoções: antes a busca (às escondidas, promovidas por pessoas comuns e motivadas por um sentimento de caridade) era de uma criança para uma família, e hoje a busca é de uma família para as crianças e adolescentes institucionalizados, sempre observando o melhor interesse da criança/ adolescente. Segundo Figueirêdo (2009),

a grande produção doutrinária pós-Estatuto, por certo, foi o lastro da mudança de várias e várias orientações jurisprudenciais, assim como motivou a que muitos pais e filhos adotivos saíssem dos guetos onde viviam escondendo suas relações afetivas. Igualmente observou-se a proliferação de grupos de apoio e incentivo à adoção, com a participação de profissionais dos diversos campos dos saberes, dantes desinteressados e incentivadores da chamada “adoção à brasileira”, fenômeno que só existia em larga escala porque a lei estava completamente afastada do fato social. (p.150)

E ainda, observa-se que a adoção evoluiu de simples a plena e, se antes os direitos sucessórios dos filhos adotivos não eram reconhecidos, a partir da CF (1988) e do ECA (1990), esses foram definitivamente garantidos (Bandeira, 2001). Mesmo com a adoção plena e com mais leis disciplinando as práticas legais da adoção – a exemplo da chamada Nova Lei da Adoção (Lei nº 12.010/ 2009) e do Cadastro Nacional de Adoção - CNA (2008) – mitos e preconceitos que acompanham a filiação adotiva, desde a sua mais remota legislação, permanecem na cultura, podendo ser percebidos em diversas instituições da sociedade, como pontua o Promotor de Justiça do Rio de Janeiro Sávio Bittencourt (2010), quando constata que o atual Sistema de Garantias da Infância e da Juventude não garante o direito à família para milhares de crianças brasileiras, atribuindo ao preconceito uma dessas causas:

[...] a adoção como solução afetiva para a criança sem família é um instituto envolto em mitos e preconceitos. E estes preconceitos podem ser verificados até mesmo em atores sociais que tem o dever de zelar pelos direitos das crianças e adolescentes. O biologismo e

a demagogia matem o sistema emperrado, justificam inércias e sandices, assassinam infâncias. (p.xiv – xv).

A adoção como forma de acolher legal e afetivamente outrem num contexto familiar não é um processo simples e rápido, nem do ponto de vista legal (jurídico), nem afetivo (psicossocial), nem cognitivo (tomada de decisão) e nem cultural. Logo, torna-se indispensável compreender a adoção em todos os seus aspectos, e entender, por exemplo, como a cultura age sobre a decisão de adotar, que para nosso estudo, é compreendida como uma experiência sociocultural na trajetória de vida do ser humano.

A adoção acontece de diferentes formas em diferentes culturas. Segundo Souza (2008), na Oceania, as mães oferecem seus bebês a uma parente estéril ou a uma idosa solitária. Entre os esquimós, a infertilidade é tratada pela troca de pares: homens fecundam o maior número possível de mulheres para assegurar a continuidade social do grupo. Entre os indígenas, a criança órfã é cuidada por todos os membros da aldeia. Para Weber (2003), nós podemos aprender com as sociedades e culturas em que o sistema de adoção de crianças faz parte do dia a dia. Para isso, a autora apresenta-nos alguns exemplos de adoção vivenciados em algumas partes do mundo, entre os quais destacamos dois: nas Ilhas Tonga no Pacífico Sul, cada indivíduo é cuidado por todos os seus parentes, os órfãos são rapidamente adotados e os velhos jamais desamparados; na Polinésia francesa a adoção é uma regra da sociedade; pais biológicos podem escolher os pais adotivos para seus filhos e as crianças convivem com as duas famílias naturalmente.

A partir de todos esses exemplos, sobre formas diferentes de experienciar a adoção em outras culturas, parece-nos que são os significados construídos pelas pessoas (significados pessoais) e pela sociedade (significados coletivos), ao longo do tempo, que colaboram para vivência de tais experiências de forma particular. Mesmo sem uma análise mais aprofundada do processo de construção de tais significados nessas culturas, podemos sugerir que a parentalidade para seus indivíduos não é centrada nos laços sanguíneos como nas culturas que valorizam e reconhecem o traço biológico como autenticidade da parentalidade, como aqui no Brasil e em outros países. Dito de outra forma, significados sobre parentalidade baseados em acolhimento, cuidado e afeto – como vimos acima – e não puramente em laços sanguíneos, estão presentes em diversas sociedades e isso parece ser crucial para experienciar a adoção desvinculada de mitos e preconceitos.

1.1. *Alguns estudos sobre adoção no Brasil e em outras partes do mundo*

Embora a temática da adoção venha ganhando cada vez mais espaço no cenário acadêmico no Brasil e no mundo, observou-se, a partir de revisão bibliográfica realizada, que os estudos empíricos recentes estão centrados nas experiências pós-adoção das famílias adotivas, ou seja, são investigados diversos aspectos da adoção sempre com famílias que já estejam vivenciando a experiência da parentalidade adotiva, ou de forma teórica sobre a adoção e suas implicações.

Reconhecemos a importância de tais estudos, e destacamos os esforços que inúmeros pesquisadores têm realizado, contribuindo para com as discussões no cenário da adoção, ajudando a quebrar mitos e preconceitos da perfilhação adotiva. De modo particular, destacamos o trabalho realizado pelos grupos de apoio à adoção (GAAs) e pelos grupos de estudo e apoio à adoção (GEADs) que tem ecoado em diversas instituições da sociedade, que nem sempre realizam um trabalho de cunho acadêmico, mas que suas contribuições merecem ser consideradas na investigação da construção das novas práticas de adoção no país. Sobre esses grupos, ampliaremos a discussão, neste capítulo, no item 1.3.

No Brasil, os estudos empíricos sobre adoção podem ser agrupados a partir dos seguintes focos: *a)* motivações para a parentalidade adotiva (Reppold & Hutz, 2003; Schettini, Amazonas & Dias, 2006; Weber, 1997; Levinzon, 2006, 2009); *b)* construção da parentalidade adotiva e seus significados (Andrade, Costa & Rossetti-Ferreira, 2006); *c)* adoção tardia (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Ebrahim, 2001; Vargas, 2006) , e *d)* adoção homoafetiva (Futino & Martins, 2006; Araújo, Oliveira, Sousa & Castanha, 2007) e *e)* mitos, preconceitos e segredo (Weber, 2003; Andrei, 2001; Ladvoat, 2002).

Sobre as motivações para parentalidade adotiva, os estudos apontam a infertilidade como principal motivação. Levinzon (2006), a partir da sua experiência clínica, apresenta as diversas razões pelas quais os pais são motivados à adoção:

a esterilidade de um ou ambos os pais; a morte anterior de um filho; o desejo de ter filhos quando se passou da idade em que isto é possível biologicamente; a idéia de que “há muitas crianças necessitadas, e que se estará ajudando-as e fazendo um bem à sociedade”; o contato com uma criança que desperta o desejo da maternidade ou paternidade; o parentesco com os pais biológicos que não possuem condições de cuidar da criança; homens e mulheres que anseiam por ser pais, mas não possuem um parceiro amoroso; o desejo de ter filhos sem ter de passar por um processo de gravidez, por medo deste processo ou até por razões estéticas. (p.16-17)

Schettini Filho (1998), aponta, ainda, o desejo de ter companhia na velhice; o medo da solidão; o preenchimento de um vazio existencial; a tentativa de salvar um casamento; e a possibilidade de escolher o sexo da criança, como outras motivações à adoção encontradas nos pais adotivos.

Nesses estudos sobre motivações à adoção, duas correntes opostas sobre os possíveis riscos advindos de motivações inadequadas são discutidas: Levinzon (2009) declara que “poder ter claras, às vezes contando com ajuda de um profissional clínico, as motivações conscientes e inconscientes presentes nesse processo, ajuda a criar um espaço de prevenção para dificuldades futuras no contato com os filhos.”(p.18) Weber (1997), que também investiga as motivações, a partir de pesquisas com famílias adotivas, revela que não existe correlação entre a motivação dos adotantes e o sucesso da adoção.

Ainda sobre motivações à parentalidade adotiva, Reppold e Hutz (2003) investigaram os aspectos psicossociais da maternidade adotiva, relacionados ao nível de reflexão social, à crença acerca do controle e à percepção de apoio social recebidos. Os resultados revelaram que 60% das participantes relacionaram a adoção a problemas de fertilidade, consoante com as demais pesquisas. Diferenças significativas foram observadas quanto ao apoio social percebido pelas mães. As famílias adotivas são frequentemente expostas a situações de preconceito, “o que pode, inclusive, justificar as dificuldades de adaptação dos adotados” (p.33). Sugerem que os dados da pesquisa deveriam ser considerados pelos profissionais de saúde envolvidos nos processos de adoção e a construção de uma rede de apoio emocional e instrumental.

Nos estudos que envolvem a construção da parentalidade, o trabalho de Andrade, Costa e Rossetti-Ferreira (2006) trata da construção da paternidade. Os resultados mostraram que os homens saem lentamente de um papel de pai mais tradicional, para um novo papel onde a troca de carinho e afeto, os cuidados físicos e a transmissão de valores são também realizados por eles, embora ainda permaneça o papel de provedor da família como a mais forte significação de paternidade.

A adoção tardia, ou adoção de crianças maiores, foi o foco nos trabalhos de Ebrahim, S.G. (2001) e Costa e Rossetti-Ferreira (2007). O primeiro comparou pais que efetuaram adoções de bebês com pais que realizaram adoções tardias, ou seja, de crianças maiores de dois anos. Os resultados mostraram que há uma visão preconceituosa a respeito da adoção tardia no Brasil, ligada à crença de que bebês apresentarão menos problemas quando comparados a crianças que já têm uma história pregressa negativa de abandono,

negligência, abusos etc. O estudo foi realizado com 27 adotantes tardios e 55 adotantes convencionais, e mostrou que a adoção tardia é feita por pessoas de um nível socioeconômico superior, um estado civil mais diferenciado, uma maior presença de filhos biológicos, e uma maturidade e estabilidade mais elevadas.

Costa e Rossetti-Ferreira (2007), usando referencial teórico-metodológico da Rede de Significações, acompanharam um casal e o processo de adoção tardia de duas irmãs. O objetivo foi investigar o processo do casal tornar-se pai e tornar-se mãe dentro de um período de guarda provisória, período frágil, em que são construídos vínculos de maternidade, paternidade e filiação. O casal relatou suas dificuldades no cuidado dos novos filhos, um sentimento de invasão e falta de privacidade com a chegada das crianças, além de questionamentos próprios à adoção. As autoras discutem também a necessidade da rede de apoio às famílias adotivas para que as devoluções das crianças sejam minimizadas. Destacam ainda a necessidade de pesquisas que favoreçam uma reflexão sobre construção da parentalidade adotiva, a partir do discurso de todos os envolvidos.

O estudo de Futino e Martins (2006) não é um estudo empírico, mas teórico. Elencando várias concepções ligadas à construção de vínculos afetivos, através das noções de apego, mostram que a parentalidade sócio-afetiva é construída e não instintiva, sendo um fator chave para que os homossexuais possam exercer a parentalidade adotiva. É discutido também que, embora haja jurisprudência para a adoção por pares homoafetivos no Brasil, os juristas o fazem por meio do discurso de que é melhor a criança se desenvolver por uma família, mesmo chefiada por homossexuais, do que permanecer institucionalizada. O apelo das pesquisadoras é que estas adoções não sejam vistas como as menos boas, “mas como uma possibilidade tão válida quanto a adoção por heterossexuais” (p.158).

A adoção como via do exercício da parentalidade de pares homoafetivos é cercada de medos e incertezas, por diversos atores sociais. Araújo et al (2007) objetivaram analisar e comparar as representações sociais de estudantes em fase final dos cursos de Psicologia e de Direito, acerca da adoção de crianças por pares homoafetivos. Participaram do estudo 104 universitários, de ambos os sexos (56% feminino e 44% masculino), sendo 51 concluintes do curso de Direito e 53 concluintes do curso de Psicologia. Utilizaram-se questionários com perguntas fechadas. Os resultados obtidos indicaram que não houve uma diferenciação significativa no que tange às representações dos universitários, de modo que ambos expressaram posicionamentos contrários à adoção no contexto da homoafetividade.

Uma questão flagrante nesse estudo foi o preconceito percebido entre os universitários de ambos os cursos através das representações sociais, que apontaram o “risco” de a criança seguir a mesma conduta sexual do adotante; a ausência do referencial materno/paterno e a possibilidade do adotado ser alvo de preconceito nas relações interpessoais. Por outro lado, os universitários apontam que “a adoção de crianças por pares homoafetivos concerne a uma atitude inclusiva, tendo em vista que a prioridade no processo de adoção é o bem-estar geral da criança” (p.101), o que independe da conduta sexual dos adotantes. Os pesquisadores alertam para a necessidade de reflexão sobre as possibilidades de mudanças no paradigma da sexualidade humana na contemporaneidade, bem como a necessidade do fomento de mecanismos psicossociais e jurídicos que contribuam na elucidação desta temática complexa e dinâmica na sociedade contemporânea.

Os preconceitos, mitos e medos que envolvem a adoção podem ser percebidos em nossa sociedade, sendo discutidos e combatidos amplamente pelos grupos de apoio à adoção – organizados em um movimento nacional pró-adoção (ver item 1.3.) e através de pesquisas científicas. Pontuaremos algumas reflexões elaboradas por pesquisadores no tocante aos preconceitos, mitos e medos que envolvem a parentalidade adotiva. Weber (2003) afirma que o preconceito se desenvolve a partir das influências que experiências passadas generalizadas têm sobre os indivíduos. Citando Goffman (1988, p.12), ela acrescenta que o preconceito é o parecer que a sociedade constrói sobre aquele que é estigmatizado. A sociedade cria preconceitos para excluir o diferente como uma maneira de tentar garantir sua normalidade. “Filhos adotivos, muitas vezes são alvo desse rótulo de *diferente* entre os *normais*” (Weber, 2003, p.75).

Os mitos e preconceitos mais presentes na adoção, resumidamente, segundo Andrei (2001), são: a) do sangue ruim: o entendimento equivocado de que a criança herdará o possível sangue ruim (em termos comportamentais e de atitudes) de seus genitores. Geneticistas afirmam que não há traço genético característico que marque o comportamento de um grupo ou classe social; b) a criança das fadas: está intimamente ligado ao mito do sangue ruim. O desejo dos pais é de adotar uma criança pura, que é representada no desejo de adotar uma menina, branca e recém-nascida; c) da cor (racial): possui raízes profundas no imaginário da escravidão que retirou dos negros sua humanidade, ao longo de quatro séculos; d) de adotar criança mais velha: medo da história da criança e a crença de que é possível moldar o caráter de um recém-nascido. Esse preconceito tem levado muitas crianças a permanecerem sob o rótulo de crianças

inadotáveis, permanecendo nas instituições de acolhimento até a maior idade, quando são entregues à própria sorte. A partir desta realidade cruel, surge, na atualidade, uma preocupação quanto à situação de inadotabilidade (Alvarenga, 2012) de crianças e adolescentes. Uma das alternativas encontradas é o projeto de apadrinhamento afetivo, desenvolvido por atores do judiciário ou por organizações não-governamentais (ONGs) (através de parcerias, já que não há legislação específica que regulamente a matéria), voltado à estruturação e à manutenção da rede de apoio afetivo e social, oportunizando às crianças e adolescentes institucionalizados, e com difícil colocação em família natural ou substituta, o apadrinhamento/amadrinhamento, que pode ser afetivo e também financeiro. Em Pernambuco, o TJ-PE mantém o Núcleo de Apadrinhamento Estrela Guia⁷ (NAEG), desde 2002. O Aconhego⁸ (ONG que trabalha pela convivência familiar e comunitária) está desenvolvendo, em parceria com o governo federal, um Projeto de Formação de técnicos para implantação do Apadrinhamento Afetivo (vigência: 2012-2013), inicialmente em 10 estados brasileiros, para mobilizar a rede de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Na tentativa de identificar as tendências de pesquisa sobre adoção no cenário internacional, Palacios e Brodzinsky (2010) elaboraram uma revisão da literatura. Desse trabalho destacamos a tendência do início das publicações – entre final de 1950 e início de 1960 – na perspectiva da psicologia do desenvolvimento e da psicopatologia, de focar sempre nos riscos em adotar (destacando problemas psicológicos das crianças adotivas quando comparadas àquelas não adotivas) e nas diferenças de ajustamento entre crianças adotivas e não adotivas. Sobre esse ponto do estudo, os autores sintetizam que os estudos mostraram que crianças adotivas usavam mais os serviços de saúde mental e apresentavam mais problemas psicológicos e acadêmicos quando comparados a crianças não adotivas. Entretanto, Palacios e Brodzinsky alertam-nos que “a maioria das pesquisas foram realizadas sem teoria formal” (p. 273). Friedlander (2003) também realizou uma revisão da literatura sobre a história, as controvérsias e a teoria que envolvem a adoção. Seu trabalho resultou em recomendações práticas para terapeutas que trabalham com filhos adotivos e suas famílias. Ela destaca que está claro que “adoção não é sinônimo de psicopatologia”, que os “psicólogos que desenvolvem, implementam e pesquisam intervenções terapêuticas e preventivas para famílias transições da adoção podem fornecer recomendações valiosas

⁷ Para maiores informações: http://www.tjpe.jus.br/infancia/2vara_naeg.asp; <http://www.aconhegodf.org.br/category/programas/apadrinhamento-afetivo>

⁸ Aconhego – grupo de www.aconhegodf.org.br

voltadas à resiliência e prevenção de tumulto emocional ao longo da vida”. Destaca, ainda, que – nas diversas culturas – os laços sanguíneos são exaltados, ficando a adoção em segundo lugar. Por essa razão as famílias lutam contra estigmas e marginalização. Finaliza alertando: “como profissionais, devemos pelo menos ter conhecimento suficiente para não causar danos” (p.751).

Mudanças na adoção são percebidas em várias partes do mundo, tanto no âmbito jurídico, como nas representações sociais. Na Espanha, por exemplo, Palacios e Amorós (2006) destacam as seguintes mudanças na legislação: a observação do melhor interesse da criança e a necessidade de estes serem atendidos preferencialmente em contexto familiar (biológica ou substituta) e não institucional e a descentralização do poder (agora o governo regional decide sobre os processos de adoção). Com estas e outras mudanças, a prática da adoção internacional, institucionalização permanente e institucionalização objetivando a reintegração familiar, comum em outros países europeus, foram introduzidas na Espanha. No campo das representações sociais, os pesquisadores destacam que a adoção tem deixado de ser mantida como segredo familiar, graças às adoções de crianças maiores (adoção tardia) e de grupos de irmãos através das adoções internacionais. Foi observada também uma aceitação social da adoção no país sem precedentes. Os pais adotivos passaram a sentir a adoção como forma legítima de perfilhação.

No Reino unido, nos últimos 30 anos, ocorreram muitas mudanças nas políticas voltadas à adoção. De acordo com Jones e Hackett (2011), hoje o contato e a abertura entre a família adotiva e a biológica é frequente naquele país. O estudo desenvolvido por estes pesquisadores explorou as relações familiares em um contexto pós-adotivo. O objetivo foi analisar tais relações na perspectiva de pais adotivos, cujas adoções ocorreram no Reino Unido, embora as crianças fossem americanas, ou seja, todas as adoções consideradas adoções internacionais. Elenca e descreve as principais práticas vivenciadas pelas famílias adotivas, a saber: *a)* encontros face-a-face e telefônicos entre a família adotiva e a biológica; *b)* troca de presentes e comunicação escrita entre a família adotiva e a biológica, *c)* procura pelos genitores quando o(a) adotado(a) atinge a idade adulta; *d)* conversas relatando a história de adoção entre os adotantes e os adotados; e *e)* cuidado e zelo na manutenção de objetos relacionados à família biológica, tais como joias, fotografia e outros itens. O estudo foi feito com 22 pais, através de entrevistas biográficas, e as adoções investigadas ocorreram num período de 24 anos. As práticas das famílias adotivas no Reino Unido caracterizam um modelo de adoção – a adoção aberta. Sendo a atual prática

cultural naquele país a manutenção dos laços entre a família adotiva e a família biológica, o estudo aponta a necessidade de um maior apoio às famílias adotivas pelos profissionais ligados à adoção. Um dado importante é que são frágeis os laços entre o adotado e sua família biológica, embora estes sejam mantidos. Isso mostra que o laço biológico não é suficiente para construção de laços parentais, como demonstram pesquisas no mundo inteiro.

As práticas de adoção nos Estados Unidos também sofreram mudanças: antes eram fechadas e secretas; hoje a maioria das adoções é aberta. É estimado que 90% das adoções domésticas (crianças americanas adotadas por americanos) são abertas (Nazario, 2007, in Riley e Van Vleet, 2012), isto é, genitores e pais adotivos se encontram pelo menos uma vez depois do nascimento da criança. O papel dos genitores na adoção varia muito, porque cada um dos 50 estados americanos tem suas próprias leis de adoção, sendo esta realizada por agências públicas e privadas. Por exemplo, eles podem “se envolver totalmente na seleção das pessoas que adotarão seu filho, e depois manter contato regular com a criança” (Riley e Van Vleet, 2012, p. 52).

1.2. Os pretendentes à adoção e o novo cenário brasileiro para quem quer adotar

Pretendentes à adoção são pessoas que manifestam seu desejo de se tornarem pais pela adoção, por diversas razões, como explicitadas no item anterior. A Nova Lei da Adoção (Lei nº 12.010/2009) e o Cadastro Nacional da Adoção – CNA (2008) orientam e disciplinam os caminhos a serem percorridos, do ponto de vista jurídico, pelos pretendentes e pelos profissionais da adoção. Tomada a decisão de adotar, os pretendentes ocupar-se-ão de inúmeros desafios e rituais: tornar pública a decisão para suas famílias e amigos e perante o judiciário; preparar a documentação necessária à habilitação à adoção (ver Lei nº 12.010/2009, Art. 197-A), enfrentar a seleção de pais à adoção realizada por equipe multiprofissional do judiciário e, obrigatoriamente, participar de preparação psicológica, prevista na nova lei da adoção (ver Lei nº 12.010/2009, Art. 197-C, § 1º).

De acordo com o Cadastro Nacional da Adoção (CNA) – dados de abril de 2012, o Brasil possui 2.025 instituições de acolhimento. Um estudo elaborado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ e coordenado pela Corregedoria Nacional de

Justiça, analisou o universo de pessoas inscritas no Cadastro Nacional de Adoção, tendo como base o mês de agosto de 2012. No Brasil há 28.151 homens e mulheres que desejam adotar um filho. A maior parte deles (85%) está nas regiões Sudeste e Sul. Quatro em cada dez pretendentes brasileiros possuem entre 40 e 49 anos e a maior parte deles (79,1%) está casada. Entre os solteiros, divorciados, separados judicialmente e viúvos, as mulheres são a grande maioria (80%). Há 5.281 crianças e adolescentes aptos à adoção no país. Isso significa que o número de pais que querem adotar é cinco vezes maior do que a quantidade de crianças e adolescentes disponíveis. Quase 80% deles também são das regiões Sul e Sudeste. A exigência feita pelos pretendentes quanto à idade e somada à preferência por crianças brancas é o principal entrave para as adoções ocorrerem. O Nordeste chamou a atenção dos pesquisadores pelo percentual de pretendentes divorciados – 3,2% dos candidatos –, o mais expressivo do País. Os viúvos também correspondem ao dobro da média nacional. Embora o Nordeste seja a região brasileira cuja população apresenta a menor expectativa de vida – 70,4 anos, segundo dados de 2009 do IBGE –, 23% dos pretendentes nordestinos inscritos no cadastro têm mais de 50 anos. Esse percentual é superior ao aferido nas regiões Sudeste (22,8%), Norte (20,9%) e Centro-Oeste (20,2%).

A infertilidade é apontada na literatura como a motivação à adoção mais recorrente. Entretanto, novas configurações familiares buscam também a adoção: viúvos, solteiros, casais não estéreis e pares homoafetivos; e os juízes sentenciam, após parecer psicossocial da equipe técnica e parecer favorável do Ministério Público, quem estará apto à adoção. Esse novo cenário brasileiro da adoção no qual os pretendentes se inserem é caminho obrigatório para realizar o desejo de ser pai e de ser mãe. Algumas vezes, o desafio inicial para os pretendentes ocorre dentro da própria família extensa do casal. Segundo Dias (2006), a não aceitação da criança pelos demais familiares pode acarretar em um fracasso na adoção. Uma criança só é verdadeiramente adotada, quando é introduzida na tradição da família do pai, e na família da mãe. Essa inserção é necessária porque, conforme Dolto (1989), “uma criança é adotada por uma família, e não por duas pessoas (...) A adoção é a família que cada um dos pais dá a criança, um lugar nas duas linhagens, um lugar simbólico” (p.22-23, In Schettini, S. S. M., 2007). Entretanto no processo de habilitação à adoção, os profissionais responsáveis pela avaliação dos pretendentes preocupam-se unicamente com os pais, não abrangendo o restante da família.

Vários autores, no que concerne à seleção de pais à adoção, têm demonstrado preocupação quanto à metodologia utilizada pelas equipes que a realizam. Costa e Campos

(2003) apontam o contexto judiciário da seleção e preparação como um importante catalisador para a mudança, mas alertam que esse contexto pode ser precursor de arbitrariedade uma vez que é o responsável por avaliar positiva ou negativamente os pretendentes à adoção. Quanto ao trabalho dos técnicos no judiciário, Weber (2003) afirma que o trabalho com pretendentes que eles realizam é fundamental, “não tanto para selecionar, mas para preparar: esclarecer, informar, instruir, educar, conscientizar, desmistificar preconceitos e estereótipos, modificar motivações, desvelar vocações, lapidar desejos...” (p.35). Silva (2012), apoiada numa visão psicanalítica, destaca a importância de ampliar discussões conceituais sobre família para realizar o trabalho de escuta da equipe multiprofissional demandado nas varas da infância, cada vez que um pretendente se inscreve à adoção.

Do ponto de vista do desenvolvimento humano, Poisson (2001) alerta-nos para o fato de que aqueles que são responsáveis pela seleção de pais à adoção, devem se preocupar com duas noções: a incerteza quanto à evolução das famílias – a imprevisibilidade faz parte do desenvolvimento, e ver uma dificuldade como oportunidade de um novo desenvolvimento. Para ele, essas duas noções mantêm uma relação permanente, visto que, em um processo de seleção de pretendentes à adoção, “uma família muito previsível não seria necessariamente a melhor família adotiva, porque uma boa parte do sucesso de uma vida familiar é feita de imprevistos, de oportunidades que surgem ao acaso e que precisam ser aproveitadas” (p.65)

A preparação psicológica à adoção, prevista na Lei nº 12.010/2009, determina que essa preparação inclua orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores e adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos. Vários juizados, segundo Figueirêdo (2009), “já realizavam cursos preparatórios, alguns diretamente outros tantos em convênios, no mais das vezes com grupos de apoio à adoção”. Bittencourt (2010) explica que a intenção da preparação psicológica aos pretendentes é capacitá-los para “as peculiaridades da paternidade adotiva, e se possível, abrir os horizontes destes para as crianças que têm mais dificuldades de encontrar postulantes interessados”(p.128).

Triseliotis, Shireman e Hundleby (1997), in Levinzon (2009), propuseram uma nova definição de adoção, na qual “ela é vista como uma forma de satisfazer as necessidades de desenvolvimento de uma criança, transferindo legalmente a responsabilidade parental de pais biológicos para os pais adotivos” (p.12). Mas, a

complexidade da adoção não poderia ser reduzida apenas ao ato legal de transferência de responsabilidade, porque qualquer tentativa de fazê-lo impossibilitará a compreensão dessa complexidade gerada por vários aspectos de natureza distinta (relações de poder, relações familiares, mitos, preconceitos, crenças culturais e sociais, transformações políticas, ideologias étnico-raciais e religiosas, classes sociais, organização da sociedade civil sobre a temática, aspectos da reprodução, da sexualidade, de gênero, experiências individuais etc) e pela existência de um “quadrângulo da adoção” (Palacios, 2009): genitores, crianças, pais adotivos e os profissionais da adoção, para pontuarmos aqui, os atores sociais que constituem a adoção enquanto prática cultural.

Sem dúvida, diante da complexidade que envolve as práticas da adoção, desde sempre e diante do atual cenário da adoção no Brasil, surgem demandas até então não consideradas e que, agora postas, revelam a fragilidade do elo que tenta unir os diversos saberes e definitivamente colocá-los no enfrentamento dessa complexidade. Élio Braz Mendes (2012), Juiz de Direito da Infância do Recife, aponta a *interdisciplinaridade* como o caminho necessário a ser percorrido por juízes, promotores e defensores públicos para uma atuação baseada em saberes não exclusivos da ciência do Direito.

O processo penoso e demorado para que a interdisciplinaridade se estabeleça nas esferas do poder Judiciário ainda está começando. Muitos serão os caminhos a percorrer para o encontro do Direito com a Psicologia e demais ciências sociais. Pode-se, de logo, afirmar que nas ações relacionadas às famílias, crianças e adolescentes existe urgente demanda da própria legislação para o enfrentamento desta questão multifocal das ciências envolvidas (p.204).

Podemos sugerir que isso revela o momento de transição atual na trajetória histórica da adoção – suscitada pela implantação da nova legislação que a normatiza, isto é, houve uma ruptura nesta trajetória e agora seus atores sociais buscam caminhos para seguir. As próprias leis ainda não consolidaram esse novo cenário da adoção para o qual elas foram criadas.

Para compreendermos adequadamente tal complexidade, faz-se necessário, segundo O'Halloran (2006), considerar a adoção em um “contexto social particular, no qual funções legais são exercidas” (p.8). Nossa tentativa de entender, neste estudo, como os pretendentes à adoção constroem significados sobre a decisão de adotar configura-se como uma das possibilidades teórico-metodológicas de compreender o funcionamento da cultura na construção de tais significados, especificamente pela perspectiva semiótica da psicologia cultural.

1.3. A participação dos grupos de apoio à adoção nesse novo cenário

A adoção como uma experiência humana básica (Levizon, 2009) ocorre, como já afirmamos, em todas as culturas e em todos os tempos. Com suas especificidades, é uma forma autêntica de perfilhação, isto é, de tornar alguém seu filho. Ao longo da história, o instituto da adoção já viveu inúmeras modificações – evoluiu. E, no Brasil, uma experiência bastante atuante, que representa a sociedade civil organizada e atuando para orientar famílias adotivas e pretendentes à adoção, é o movimento nacional de grupos de apoio à adoção⁹. Grupos de Apoio à Adoção (GAAs) e Grupos de Estudo e Apoio à Adoção (GEADs) são formados, na maioria das vezes, por iniciativas de pais adotivos que trabalham voluntariamente para: divulgar a nova cultura da Adoção, prevenir o abandono, preparar adotantes, acompanhar pais adotivos e conscientizar a sociedade sobre a adoção e principalmente sobre as adoções necessárias (crianças mais velhas, com necessidades especiais e inter-raciais).

Não facilmente os GAAs e GEADs conseguem estabelecer convênios e parcerias com as Varas da Infância e Juventude ou com os Tribunais de Justiça, mas há de se destacar o trabalho independente realizado nos grupos de reflexão que se constitui um espaço de acolhimento, aprendizagem e troca de experiência entre famílias adotivas, pretendentes à adoção, e profissionais de diversas áreas do conhecimento – técnicos e acadêmicos – de forma permanente. Queiroz e Passos (2012) afirmam que o “trabalho dos GAAs tem sido importante no sentido de acolher e de lutar em prol de uma legislação mais justa com aplicação de procedimentos mais ágeis e eficazes” (p.26). Esses grupos estão presentes em todos os estados brasileiros, e estima-se que há mais de 100 deles – formais e informais – em atuação. Anualmente, os GAAs organizam o Encontro Nacional de Apoio à Adoção (ENAPA) que, em 2013, acontecerá em sua 18ª edição. O objetivo dos Enapas é “divulgar, estudar, refletir e estimular as pesquisas, bem como desenvolver uma nova cultura em relação à adoção” (Souza, 2008, p.184). Eles ocorrem geralmente próximo ao dia 25 de maio – Dia Nacional da Adoção (Lei nº 19.447/2002).

⁹ Para conhecer o trabalho do movimento nacional dos grupos de apoio à adoção, consulte: www.angaad.org.br

Segundo o referencial teórico do projeto Novos Vínculos ¹⁰(Aconchego, 2012), aprender a lidar com as especificidades da adoção exige um longo trabalho de reflexão sobre as expectativas e motivações para a adoção.[...] o encontro de pais e filhos somente se tornará possível se ambos se despirem de suas idealizações e construir um projeto de respeito às diferenças e de aceitação do outro como ele se apresenta. (p.12).

A preparação psicológica prevista em lei esbarra em algumas dificuldades. Nem todas as varas da infância e juventude do país possuem equipe técnica disponível para realizar essa preparação. E, mesmo havendo, essa preparação ocorre em um ou dois encontros. Onde não há equipe técnica disponível e havendo um GAA ou GEAD, o trabalho pode ser realizado por esse grupo. O papel dos GAAs e GEADs, no novo cenário da adoção, pode representar uma alternativa para transformar o tempo de espera para a adoção acontecer em preparação. Os pretendentes, nos grupos de reflexão, têm a oportunidade de conversar e refletir a partir da experiência de outras famílias adotivas:

“participar dos encontros mensais sobre adoção me fez ficar menos ansiosa. Eu vejo que não sou apenas eu nessa situação, e que os medos que eu tenho, mas não pude dizer na visita da assistente social na minha casa, aqui eu posso falar. Eu tinha medo de ser reprovada se falasse disso com ela...Estou entendendo meus medos de outra forma. Eu me baseava muito no que já tinha ouvido dos outros, sem saber, diziam da adoção... pouco a pouco tenho aprendido e me preparado para quando meu filho ou filha chegar...” (M.J.P, pretendente à adoção e participante de um grupo de reflexão coordenado por um gead pernambucano)

Além dos grupos de reflexão, os GAAs e GEADs têm, pouco a pouco, descoberto vocações e construído caminhos diversos de atuação junto à sociedade, criando espaços de reflexão sobre a temática da adoção e da atitude adotiva – uma ampliação do conceito de adoção para além das famílias adotivas. Um exemplo do trabalho realizado são os projetos de Adoção e Atitude Adotiva realizados em escolas em Pernambuco – na capital e no interior – por grupos do mesmo estado: o pioneiro, o Grupo de Estudo e Apoio à Adoção do Recife (GEAD-Recife), o Grupo de Estudo e Apoio à Adoção do Vale do Ipojuca (GEADIP) e o mais novo grupo, o GEAD-Sul.

Os estudos apresentados neste capítulo apresentam resultados de pesquisas sobre adoção que focalizaram diversos aspectos relevantes, mas sempre em contexto pós-adoção, excetuando-se o trabalho de Costa e Campos (2003) que aborda os aspectos psicossociais e jurídicos dos processos ¹¹ de adoção com pretendentes. O conhecimento profundamente

¹⁰ Projeto que objetiva contribuir para a promoção da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, fruto de uma parceria entre o Aconchego, a secretaria de Direitos Humanos e o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente.

¹¹ O termo processo aqui se refere ao instrumento concreto e legal pelo qual os pretendentes manifestam seu interesse em integrar o cadastro de pretendentes à adoção.

relevante já construído sobre adoção nos campos da Psicologia e das ciências Sociais, bem como das abordagens psicanalíticas, revela, entretanto, a necessidade de pesquisas voltadas ao contexto pré-adotivo que nos ajudem a compreender outros aspectos além dos comumente discutidos.

Por essa razão o presente estudo propõe uma investigação de perspectiva semiótica da Psicologia Cultural, em contexto pré-adotivo, sobre a construção cultural dos significados presentes na decisão de adotar legalmente em pretendentes à adoção.

2. A PSICOLOGIA CULTURAL SEMIÓTICA E SEUS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS – A CENTRALIDADE DA CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS

*A Psicologia Cultural é o estudo da natureza extraordinária
dos mais ordinários aspectos da vida humana diária em qualquer lugar do planeta.
Nós todos somos um – sendo individualmente únicos.
(Jaan Valsiner, 2007, p.18)*

No final da década de 1980, observou-se uma síntese da antropologia, da psicologia, da sociologia e da história, além das ciências médicas, para o surgimento da psicologia sociocultural (Valsiner e Rosa, 2007). As contribuições de teóricos como Bruner, Rogoff e Valsiner, entre outros, constituem as bases desse novo campo que se desdobra através da perspectiva sócio-histórica de Vigotski.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a psicologia sociocultural contemporânea – doravante psicologia cultural – transita da teoria da atividade à semiótica, sempre tendo a cultura como ponto central. Essa posição recorrente de que a cultura tem papel central na constituição e desenvolvimento humanos encontra respaldo, sobretudo, a partir das ideias de Vigotski, sintetizadas por Reis (2010) ao destacar que este autor

“sugere mecanismos pelos quais a cultura torna-se parte da natureza de cada pessoa. Através de estudos das funções psicológicas superiores (consciência, percepção, atenção, memória, pensamento, linguagem, dentre outras) ele se preocupou em evidenciar aspectos que diferenciavam o ser humano dos seres animais, e em contrapor-se às teorias que consideravam apenas os elementos biológicos no processo de desenvolvimento”(p.44).

Valorizando a história e a cultura, Vigotski propõe uma teoria sociocultural dos processos psíquicos superiores, destacando a necessidade de estudá-los em *movimento* e em *mudança*. Mahn (2010) destaca que ao estudar os processos pelos quais os processos psíquicos superiores se desenvolvem, Vigotski focou na transformação qualitativa que ocorre entre a sinalização – comum no reino animal – e significação - uso de signos: “*a atividade básica e mais genérica do homem que o diferencia dos animais, em primeiro lugar do aspecto psicológico, é a significação, que é a criação e uso dos signos*” (Vigotski, 1997, p.55)

A Psicologia Cultural é pautada na realidade social do dia-a-dia das pessoas, considerando sempre a historicidade (Lyra & Valsiner, 2011) e lida com fenômenos

psicológicos que “ocorrem por causa dos aspectos socioculturais das vidas humanas em contextos sociais variados” (Valsiner & Rosa, 2007, p.1), tornando a psicologia cultural parte da psicologia humana. Esta abordagem valoriza a construção de significados das experiências de vida das pessoas (Sato, et al 2007), em contexto social e histórico (Bruner, 1997), que ocorrem pela mediação semiótica (Vigotsky, 2007) e em um tempo irreversível (Lyra, 2006; Lyra & Moura, 2000, Valsiner, 2002). Esta série de predicados acima elencados, que caracterizam e, portanto, conceituam o fenômeno psicológico humano, exigem uma nova unidade de análise – que chamamos de experiência de vida (Rosa, 2007b; Zittoun (no prelo), Zittoun, Valsiner, Vedeler, Gonçalves & Ferring; 2013) – e uma abordagem teórico-metodológica inovadora¹².

Há duas tendências básicas que orientam os estudos com centralidade na cultura (Valsiner, 2007). A primeira é a *orientação semiótica*, cujo foco recai sobre a capacidade humana de criar e usar signos (dispositivos semióticos), sendo que o ser humano é guiado por um sistema de regulação semiótica e a nossa mente é constituída por signos. A cultura e o ser humano são reconhecidos como fenômenos separados, mas tendo uma interdependência obrigatória entre eles, estabelecendo uma relação chamada de *separação inclusiva* (Valsiner, 1997), isto é, a cultura e o ser humano são reconhecidos como fenômenos separados, mas tendo uma interdependência obrigatória entre eles. Segundo Costa e Lyra (2002), a separação inclusiva resgata a singularidade do sujeito e o seu lugar no mundo, em um processo incontestável de imersão na cultura e nas relações sociais. A segunda tendência se revela através da *perspectiva teórica da atividade* (*activity-theoretic perspective*) que, em termos gerais, concebe o desenvolvimento humano através da participação mutável do homem nas atividades socioculturais de sua comunidade. Enquanto a perspectiva semiótica “ênfatisa a inserção cultural e a construtividade da Psique, as perspectivas teóricas da atividade focam na reciprocidade direta das pessoas e seus *settings* socialmente organizados” (Valsiner e Rosa, 2007, p.4). Ainda de acordo com os autores acima, as perspectivas da atividade e semiótica, através da teoria da ação simbólica de Ernst Boesch, estiveram unidas por décadas - para mais informações sobre a perspectiva teórica da atividade, consultar Michael Cole and Yrjö Engeström (2007).

Para a Psicologia Cultural que aqui adotamos, a cultura é entendida como processo semiótico e não como uma entidade, constituindo as pessoas em uma troca constante entre a construção única do sujeito – cultura pessoal – e a cultura coletiva historicamente

¹²

Todos esses fundamentos serão amplamente discutidos ainda neste capítulo.

construída e reconstruída (Valsiner, 2000). A cultura trabalha tanto pela transformação (flexibilidade) quanto pela manutenção (estabilidade) de normas e valores que funcionam como guias e reguladores semióticos das nossas experiências de vida. (Valsiner, 2007).

Esse trabalho sobre a *construção cultural dos significados* presentes na *decisão de adotar por pretendentes à adoção* teve aporte teórico na psicologia cultural de orientação semiótica. Passaremos a explorar, nos próximos itens, os conceitos fundantes que integram o referencial teórico do nosso estudo, além do conjunto de metodologias utilizadas para a compreensão dessa construção de significados: Amostragem Estruturada Historicamente (*Historically Structured Sampling – HSS*) e o Modelo de Equifinalidade de Trajetórias (*Trajectory Equifinality Model – TEM*).

2.1. Mediação semiótica

“A mediação semiótica desempenha papel-chave na troca de informações entre o sujeito e o meio (ambos culturais), através do processo constante de internalização/externalização.”
(Costa & Lyra, 2002, p.644)

“Mediação semiótica é também uma ferramenta utilizada pelas instituições sociais no âmbito das ações orientadas por metas, na tentativa de regular as funções psicológicas, tanto inter quanto intrapessoais.”
(Valsiner, 2012, p.30)

Em Psicologia, o termo cultura é usado de duas formas. Uma dessas formas está ligada à Psicologia Transcultural, que é quando o termo é usado para designar um grupo de pessoas que compartilham as mesmas características – costumes, línguas, música etc. (Valsiner, 2000, 2007). Esta focaliza sua investigação na comparação entre diferentes sociedades e grupos étnicos.

O segundo uso do termo usado pela Psicologia Cultural assume que sociedade e grupos étnicos *“designam grupos de pessoas que podem ser classificados juntos por alguns tipos de artefatos culturais* (Valsiner, 2000, p.49)”. Entretanto, o fato de tais termos se referirem a uma unidade coletiva de pessoas que compartilham histórias de vida em dado ambiente não pode ser definido como cultura, mas como *“a base social para a cultura ser construída* (p.49).” A cultura é, então, nesta segunda concepção, vista como processo e não como uma entidade. Valsiner (2007) enfatiza a natureza dinâmica e

processual do funcionamento da cultura constituindo os processos psicológicos humanos – tanto intrapessoais (pensar, sentir, agir) como interpessoais (conduta em relação a outros seres humanos). A cultura, nesta perspectiva, pode ser entendida como *mediação semiótica*, isto é, mediação que se estabelece por signos e que integra o sistema de funções psicológicas desenvolvidas pelo indivíduo na organização histórica de seu grupo social, além de desempenhar uma função reguladora nos processos inter e intrapsicológicos (Valsiner, 2007), como veremos a seguir.

2.1.1. Signos e mediação semiótica

Os signos participam das funções psicológicas humanas, ligando as pessoas com o ambiente na constante canalização ao futuro. A noção de signo adotada na psicologia cultural deriva diretamente das formulações de Charles Sanders Pierce na área de semiótica: “*um signo é um objeto que está para a mente (ou aos olhos) de alguém em lugar de outra coisa*” (Pierce, 1873/1986, in Valsiner, 2012, p.39). Os signos se apresentam, segundo Pierce, ao menos em três categorias: ícone, símbolo e índice. Tomemos como exemplo a figura 1.



Figura 1: A pomba da Paz. (Picasso, 1949)

Nessa figura, podemos dizer que o *desenho* da pomba que a representa por similaridade é um signo icônico. A significação de paz que é atribuída a este desenho ou a qualquer pomba branca “de um modo universal [...] e caracterizado pela generalidade” (Peirano, 2006), é um símbolo, que foi construído graças à utilização da figura em um

cartaz para o Congresso pela Paz, em Paris, em 1949. A assinatura de Picasso, abaixo do desenho, é um indicador (índice) do próprio artista, sugerindo que esse não é um desenho qualquer, mas uma obra de arte. O uso semiótico da obra de arte (A pomba da Paz) revela o controle simbólico da mediação semiótica, quando resgata uma luta histórica pós-guerra pela paz; a participação do comunismo numa campanha mundial pela paz (Picasso era fiel às ideias comunistas), e pelo não uso de armas atômicas. Essa transformação de ícone em símbolo mostra-nos a natureza híbrida dos signos.

Mas a mediação semiótica não estuda os signos apenas representando alguma coisa. Se assim o fosse, tal prática não nos ajudaria muito a compreender o caráter desenvolvimental de qualquer fenômeno psicológico sob estudo. A psicologia cultural tem em seus fundamentos um caráter essencialmente desenvolvimental (Toomela & Valsiner, 2010; Valsiner, 2000, 2007; Valsiner & Rosa, 2007). A mediação semiótica vai além da representação do mundo como ele é, porque em cada representação de um signo, está uma apresentação, isto é, uma sugestão para o futuro (Abbey e Valsiner, 2005), que para cada pessoa varia de acordo com seu *background* histórico-cultural. Por exemplo, como coloca Zittoun et al (2013), quando diz que graças à mediação semiótica é possível, antes de enviar uma mensagem, imaginar um argumento que poderá ser feito pelo receptor, e talvez até desistir de enviar a tal mensagem.

Portanto, podemos afirmar que a mediação semiótica trata de uma adaptação ao presente, regulado semioticamente pelo futuro. O futuro cheio de incertezas não pode ser predito, mas pela imaginação (Zittoun et al, 2013, Zittoun, no prelo) dos seres humanos – uma das dimensões da construção de significados de natureza semiótica – os signos usados em uma determinada situação oferecem, no presente, uma gama de possibilidades de realização do futuro. Esta é a *função promotora* dos signos (Valsiner, 2001, 2004, 2007), que orienta o sistema de regulação semiótica na construção de significados, sobre a qual ampliaremos a discussão mais adiante.

2.1.2. *Internalização e Externalização*

Segundo Valsiner (2001), os signos operam psicologicamente somente através dos mundos intrapsicológicos. O autor ainda nos explica que “*os signos são subjetivamente*

construídos, interpessoalmente consolidados, e armazenados em ambos os domínios intra e interpsicológicos” (p.87). Na constante reconstrução de seus mundos intrapsíquicos – através de trocas contínuas de materiais perceptivos (biológico) e semióticos (psicológico) –, os seres humanos são guiados por sugestões sociais (abordaremos este conceito ainda neste item) e campos afetivos (abordaremos no item 2.2.3.), numa relação interdependente, em um processo de *internalização e externalização*. Segundo Valsiner (2007),

a internalização é o processo de análise dos materiais semióticos existente externamente e de sua síntese na forma de novidade no domínio intrapsíquico. [...] A externalização é o processo de análise do material (subjetivo) da cultura pessoal intrapsicologicamente existente durante sua transposição do interior da pessoa para seu exterior, e a modificação do ambiente externo como uma forma de nova síntese deste material. (p.340)

O processo dual de internalização e externalização garante o não-isomorfismo entre as culturas coletiva e pessoal, fazendo com que *cada indivíduo seja uma pessoa única* enquanto baseado no mesmo *background* geral da cultura coletiva. Essa noção descreve o *modelo bidirecional de reconstrução cultural* (Valsiner, 2000, 2007). Trazemos a contribuição de Park e Moro (2006) acerca do desenvolvimento dessa noção. Segundo esses autores, Valsiner (1994), buscando uma reconciliação teórica com as ideias do desenvolvimento infantil de Vigotski, propôs um modelo bidirecional de desenvolvimento. O modelo bidirecional foi formulado a partir do conceito médico de contágio. Valsiner comparou as inúmeras "sugestões sociais" que influenciam uma pessoa com vírus culturais. A pessoa passa, então, a ser considerada como um ser ativo que luta contra estes vírus culturais, podendo neutralizá-los, rejeitá-los ou simplesmente aceitá-los. Nesse processo, à medida que as sugestões sociais são internalizadas pela pessoa, são transformadas em significados pessoais e, então, externalizadas. Como resultado desse processo, surgem novas formas culturais, mas nem sempre esse processo de construção de significados pessoais ocorre sem problemas. Na maioria dos casos, os significados pessoais são construídos a partir de tensões e conflitos, negociações e renegociações com as sugestões sociais existentes.

Podemos afirmar, portanto, que as culturas pessoais são relativamente autônomas da cultura coletiva. A distinção entre cultura pessoal e cultura coletiva, como nos lembra Valsiner (2007b), “é meramente um dispositivo heurístico para nos lembrar que a pessoa - em sua singularidade pessoal - está sempre relacionada com o mundo significativo cultural através do processo constante de internalização e externalização, que são, portanto, processos construtivos (em oposição a processos reprodutivos)”(p.62).

Nesses processos, a mediação semiótica permite tanto a transformação como a manutenção da cultura, através das sugestões sociais que guiam tal processo. Zittoun et al (2013), destacam que “a cultura coletiva é constantemente (re)criada através das externalizações da pessoa, mas que não é uma imagem de espelho da cultura pessoal, nem a cultura pessoal é uma imagem de espelho da cultura coletiva”(p.113).

2.2. *A Construção de significados na perspectiva semiótica da Psicologia Cultural*

*“Há ambivalência na relação organismo-ambiente.”
(Abbey & Valsiner, 2004, p.15)*

Nós experienciamos o mundo e construímos significados através da criação e uso dos signos. Nesse processo semiótico, os significados são co-construídos numa relação afetivo-cognitiva, complexa e interdependente entre seres humanos e ambiente¹³. Dito de outra forma, nos processos de internalização e externalização, como definimos no item anterior. Zittoun (2009) corrobora essa concepção e explica que, metodologicamente, a construção de significados só pode ser acessada através do processo de externalização:

não se pode saber o que uma pessoa pensa sobre A; pode-se saber em quais circunstâncias a pessoa foi exposto à A(ou seja, as condições de uma internalização possível), e o que ela diz ou faz sobre A (o que ela externaliza) – e é apenas nessas bases que o pensamento da pessoa pode ser inferido. (p.407).

Para estudar a trajetória de vida de pretendentes à adoção, especificamente no que concerne ao processo de construção de significados construídos para decisão de adotar legalmente um filho ou filha, consideramos esse evento como uma experiência¹⁴ sociocultural (Sato, et al, 2007), cuja centralidade de investigação está no processo de construção de significados dessa experiência, em contexto específico (pretendente à adoção inscrito no Cadastro Nacional de Adoção - CNA). Mas como estudar esse processo semiótico de construção de significados? Esse questionamento levou-nos a uma elaboração teórico-metodológica que nos permitiu investigar o referido processo elegendo como

¹³ Existem diferentes concepções de ambiente. Todavia, do ponto de vista da Psicologia Cultural, o ambiente é semioticamente investido, e como tal, é entendido como social e historicamente cultural.

¹⁴ Aprofundaremos a noção de experiência como objeto de investigação no item 2.3.

fundamentos teóricos a Psicologia Cultural Semiótica (Valsiner, 2000, 2007; Valsiner & Rosa, 2007; Toomela & Valsiner, 2010; Zittoun, 2012; Zittoun et al, 2011; Zittoun et al, 2013) e as concepções da ciência ideográfica (Molenaar & Valsiner, 2005; Salvatore, S., Valsiner, J., Simon, J.T. & Gennaro, A., 2011) que também orientaram a construção do conjunto de metodologias que adotamos para nosso estudo: HSS e TEM que abordaremos no item 2.5.

Iremos, a partir de agora, explorar outros conceitos e noções orientadoras desses fundamentos teóricos acima citados, que nos permitiu descrever e analisar o processo da regulação semiótica na construção de significados, em pretendentes à adoção, sobre a decisão de adotar legalmente.

2.2.1. *Ambivalência*

No processo de construção de significados, Valsiner (2007) coloca que “os campos de opostos estão automaticamente implicados a cada momento” (p.160). Ou seja, no processo de construção de significados, em um contexto aqui-e-agora, é estabelecido um leque de possibilidades de significados, que surge sempre quando há incompatibilidade entre os *sets* semióticos presentes naquele evento.

Sets semióticos podem ser entendidos como “padrões preferidos de signos, sentimentos e ações, mobilizados em situações rotineiras” (Zittoun, Aveling, Gillespie & Cornish, 2011, p.60). Podem ser construídos por signos mediadores distintos, desde “valores ou campos semânticos” (Abbey & Valsiner, 2005) a memórias concretas de experiências (Valsiner, 2004; Werner & Kaplan, 1963 in Zittoun, 2011; Zittoun, 2007). Por exemplo, “sentar em uma bicicleta” mobiliza no ciclista ações automáticas, atenção aos sinais de trânsito e um sentimento de liberdade. Essa mobilização conjunta de coisas que denotam para alguém experiências coletivas (sentimento de liberdade, por exemplo) caracteriza um *set* semiótico e, separadamente, podem ser definidas como unidades semióticas.

Há *sets* semióticos estabilizados coletivamente e outros que fazem parte de uma cultura pessoal, conferindo à vida das pessoas regularidades e continuidades ao longo de seu desenvolvimento. Entretanto, as pessoas não vivenciam apenas regularidades e

continuidades em suas trajetórias de vida, mas também momentos nos quais estas regularidades são interrompidas, reorientadas e desafiadas (Zittoun, 2009). Por exemplo, quando as pessoas descobrem que não podem gerar um filho. Esses momentos da vida podem ser definidos como rupturas, que constituem pontos de bifurcação em uma trajetória de vida provocados por fatores internos (ex: decisão de romper um relacionamento, entrar na menopausa etc) ou externos (ex: demissão de um emprego, a perda de um ente querido etc). Rupturas experienciadas exigem mudanças substanciais, profundas e processos de ajustamento entre a pessoa e o seu ambiente – o que Zittoun (2012) chama de *mudanças intransitivas*. Neste caso, os *sets* semióticos mobilizados para o enfrentamento das situações diárias são incompatíveis. Aí está dada a ambivalência (Abbey, 2007; Abbey & Valsiner, 2005) no processo de construção de significado daquela experiência. Cada vez que a ambivalência é produzida para uma dada pessoa (“O que fazer agora que não posso gerar um filho?”) pela confrontação entre *sets* semióticos incompatíveis (expectativa da gravidez *versus* expectativa de ser mãe/pai sem gerar biologicamente), a pessoa é, então, chamada a dar um significado à situação e a agir, ou se posicionar socialmente em relação a esta situação.

Ambivalência emerge quando mais de um *set* semiótico é mobilizado em relação a um evento único”. [...] quando as condições mudam, ou as pessoas encontram-se em ambientes desconhecidos encarando experiências desconhecidas, *sets* semióticos contraditórios à ambivalência apresentam-se como interpretações possíveis. Nós consideramos a ambivalência como a experiência de lidar com a saturação semiótica em relação a um evento. Em acréscimo, sugerimos que o contexto social está profundamente implicado não só na emergência da ambivalência, mas também na permissão ou restrição das possibilidades de lidar com a ambivalência. (Zittoun et al, 2011, p.73)

Segundo Valsiner (2007), no processo de construção de significados (signos) existe a tensão entre o que é valorado intraindividualmente (cultura pessoal) e aquilo que é valorado no mundo social (cultura coletiva), e a criação de novos signos ocorre para superar essa tensão. Nessa dinâmica constitutiva do processo de construção de significados, fazemos distinções diante das possibilidades (*sets* incompatíveis) apresentadas, para as quais atribuímos valores de acordo com o sistema de regulação semiótica (discutiremos essa noção no próximo subitem) que nos move para direções futuras no processo de construção de significados. Isto porque a vida humana é focada na extensão temporal orientada para o futuro, ou seja,

cada significado, ou signo, que está em uso durante a infinitamente pequena ‘janela’ do tempo que convenientemente chamamos de ‘presente’, é um dispositivo de mediação semiótica que se estende do passado ao futuro possível, antecipado (mas não conhecido). O papel promotor destes signos é uma função direcionada ao futuro: eles estabelecem as

fronteiras de significados possíveis para as experiências futuras com o mundo, contudo antecipada. (Valsiner, 2007, p.58).

Até aqui, concluímos dizendo que a ambivalência é vista, neste estudo, como um processo semiótico entre a pessoa e seu mundo (Abbey & Valsiner, 2005), emergindo quando a pessoa experiencia uma ruptura no curso de sua trajetória de vida e que opera na mediação semiótica que constitui o processo de construção de significados, no presente estudo, sobre a decisão de adotar legalmente.

2.2.2. *O Princípio do controle redundante*

O enfrentamento necessário à incompatibilidade de sets semióticos – para agir, tomar uma decisão ou opinar, mobiliza a regulação semiótica, constitutiva do processo de construção de significados. Essa regulação é guiada por mediadores semióticos (significados hipergeneralizados) que operam como signos promotores, ou seja, signos que regulam e orientam as pessoas sobre quais direções seguir no futuro em suas trajetórias de vida, a cada ponto de bifurcação (ruptura) que surge “

cada mediador semiótico pode funcionar como signo promotor – guiando o leque possível de variabilidade de construção de significados no futuro. Isto ocorre no processo microgenético no presente – com ajuda do passado [...] Os signos no presente são promotores de **possibilidades** de construção de significados futuros, não de significados específicos (Valsiner, 2004, p.14).[grifo nosso]

Como já discutido anteriormente, essa mediação semiótica é orientada para o futuro. Isto ocorre pela versão generalizada de um significado, sobretudo, “internalizado na forma de sentimentos” (Valsiner, 2004, p.15) (ex.: “filho adotivo dá problema” ou “adotar é bom”). Essa generalização abstrata (signo) de sentimentos – que constitui um valor, por exemplo – pode ser trazida às experiências de vida de uma pessoa de diferentes formas, simultaneamente, e ser carregada por diferentes membros de uma dada sociedade. Portanto, o significado geral de que a parentalidade é construída de forma autêntica e segura (não vai trazer problemas) pela via biológica – excluindo a possibilidade da adoção como outra via possível de parentalidade autêntica, pode ser trazido às pessoas através de uma alta variedade de diferentes canais de comunicação. Segundo Valsiner (2005), “estas mensagens podem vir de qualquer pessoa – intencionalmente ou apenas no fluxo das

interações cotidianas e das mensagens da TV, rádio”, redes sociais etc.

Valores pessoais e crenças, presentes nos significados pessoais, são reconstruções internalizadas das sugestões sociais (Valsiner, 2007) presentes nas mensagens redundantes. A redundância é “uma cobertura da mesma função por mais de um sistema de controle” (Valsiner, 2012, p.52). Como exemplo, pensemos em como o valor cultural “tolerância às diferenças” pode ser estabelecido no mundo de uma pessoa em desenvolvimento. Os pais, irmãos e a família extensa podem ser os primeiros no conjunto de agentes potenciais envolvidos nesse processo. Posteriormente, ou concomitantemente, a escola, os amigos, a igreja, a mídia etc. Esse valor pode ser estabelecido a partir de diferentes formas de experiências, indo de exemplos positivos (ver uma pessoa demonstrando respeito e tolerância a outras pessoas) a negativos (presenciar uma briga de trânsito).

As mensagens redundantes que circulam na sociedade formam o princípio do controle redundante (Valsiner, 2005, 2007), de onde surgem os significados hipergeneralizados (nível mais alto de generalização abstrata da regulação afetiva no fluxo da experiência¹⁵), que atuam como signos promotores. Histórias infantis, mitos, filmes, propagandas, rituais, propostas educativas (formais ou informais), interações cotidianas etc. são exemplos de onde são distribuídos coletivamente esses significados hipergeneralizados, que operam na mediação semiótica como signos promotores e redundantes no processo de construção de significados, canalizando ações futuras (qual opção seguir entre as possibilidades apresentadas no enfrentamento das situações diárias).

2.2.3. *Hipergeneralização e campos afetivos*

Valsiner (2012) declara que as experiências humanas são afetivas e cognitivas, e que a vida psicológica, mediada por signos, é “*afetiva em sua natureza*”, sendo esta a “*tese central da perspectiva semiótica da psicologia cultural*” (p.251). Para esta teoria, as experiências humanas são ainda reguladas socialmente por signos que carregam sugestões sociais em diferentes níveis de generalização. Estes níveis de mediação semiótica dos processos afetivos são organizados hierarquicamente por Valsiner (2007), indo do nível fisiológico (nível 0) ao nível de campo de sentimentos hipergeneralizados (nível 4).

¹⁵ Hipergeneralização será tratada ainda neste capítulo.

Podemos afirmar que a hipergeneralização decorre da integração de sugestões sociais com campos afetivos, transformada em um valor que orienta ações futuras (Valsiner, 2007). A hipergeneralização é a generalização do sentimento elevada ao nível mais alto de abstração e, como tal, não é aberta ao acesso verbal: “a pessoa simplesmente ‘sente algo’, mas não consegue colocar esse sentimento em palavras”(Valsiner, 2012, p.261). Sentimentos estéticos, por exemplo, experimentados por alguém durante uma apresentação musical, espetáculo teatral, leitura de um texto ou a contemplação da natureza são resultado da abstração extensiva das emoções aí presentes, levando a pessoa a hipergeneralizar sentimentos gerais sobre ela mesma e sobre o mundo (Valsiner, 2007).

A noção de campos afetivos sugere que a vivência de diversas situações para as quais se atribuiu um sentimento específico – por exemplo, “adotar é um problema” ou “adotar é bom” – irá regular (regulação semiótica) encontros futuros entre esta pessoa e o mundo social. Os campos afetivos podem aparecer como significados hipergeneralizados saídos de seu contexto original, de onde emergiram, direto a novas experiências e, assim, passando a regulá-las.

Para o presente estudo, nosso interesse se volta ao nível 4 (hipergeneralização do campo de sentimentos) da hierarquia da mediação semiótica dos processos afetivos, que corresponde aos valores internalizados pelo sujeito ativo ao longo da sua história de vida, funcionando como guias (signos mediadores: reguladores ou promotores) na construção de significados do processo semiótico de internalização/externalização da cultura, em um dado contexto social e histórico, em tempo irreversível.

2.2.4. *Regulação semiótica e fronteira semiótica e seu cruzamento*

Quando anteriormente discutimos a noção de ambivalência, destacamos a gama de possibilidades de construção futura de significados, que surge a partir da incompatibilidade de *sets* semióticos numa situação de ruptura na vida de alguém. O signo regulador construído nesse processo semiótico cria, por sua vez, a fronteira semiótica e também sua possibilidade de cruzamento (o ponto de bifurcação), pela natureza ambivalente constitutiva desse processo.

Fronteiras são limites que operam no sistema de regulação semiótica. Há fronteiras

públicas ou políticas (fronteiras geográficas nacionais, muros, concursos públicos etc.), fronteiras de ambiente pessoal (porta da nossa casa, do quarto etc.) e “fronteiras intrapsicológicas” ou semióticas (por exemplo, um ginecologista está autorizado, pela cultura coletiva, a tocar o corpo da mulher – embora que auxiliados por uma enfermeira. A situação de um exame ginecológico não é um ataque sexual, não é uma festa) (Valsiner, 2012).

As fronteiras semióticas são criadas (ou recriadas) por nós mesmos, quando, por exemplo, numa dimensão privada, estabelecemos um limite baseado numa crença ou ritual familiar (ex.: comer pizza só aos domingos) ou pela cultura coletiva (ex.: não comer carne vermelha na Semana Santa). O incesto, a porta, senhas, como exemplifica Valsiner (2012), são fronteiras semióticas de regulação social. No contexto da adoção, por exemplo, quando uma família decide por não contar a história de adoção de seu filho adotivo – a partir da regulação guiada por generalizações abstratas (signos hipergeneralizados) que envolvem mitos e crenças que despertam sentimento de insegurança e medo quanto à parentalidade adotiva – essa família já criou também, a possibilidade desta fronteira ser cruzada, isto é, do “segredo” ser revelado.

Estando nessa fronteira, pela mediação semiótica, a pessoa cria uma distância em relação ao contexto no aqui-e-agora, sendo capaz de refletir sobre ele. “Essa reflexão, que é cognitiva e afetiva ao mesmo tempo, permite que o sistema psicológico considere contextos do passado e imagine contextos no futuro” (Valsiner, 2007, p.33).

2.2.5. *Manutenção e transformação da cultura*

A cultura, como processo semiótico, dispõe de sistemas reguladores das suas mensagens que se organizam em hierarquias, abstratamente construídas criando significados hipergeneralizados. Esses significados hipergeneralizados operam como signos promotores, que regulam a criação e uso de signos. A manutenção da cultura ocorre a partir de sistemas reguladores de suas mensagens que se organizam em hierarquias, abstratamente construídas, criando significados hipergeneralizados que funcionam como reguladores semióticos. Por exemplo, definir a adoção como “um ato de amor” ou pensar que “filho adotivo dá sempre trabalho” são significados hipergeneralizados regulados por

um sistema de crenças que “guiam sentimentos e pensamentos das pessoas num dado contexto” (Valsiner, 2007, p.96), neste caso, no contexto da adoção. A redundância de mensagens – em seus aspectos icônicos, indiciais e simbólicos – que circula nas mais variadas atividades cotidianas e rituais contribui para a eficiência e transmissão de tais significados hipergeneralizados. Se aceitamos esses guias semióticos, fortificamos os significados hipergeneralizados e dá-se a manutenção da cultura.

Numa direção oposta, esse processo semiótico estabelece também possibilidades de transformação, ou seja, na tensão estabelecida entre o que é valorado e partilhado pela cultura coletiva e aquilo que é valorado intra-individualmente (cultura pessoal), a possibilidade de cruzar a fronteira é também sempre levantada. Nesse movimento, podemos manter/reforçar o poder social ou romper com ele, criando a novidade.

Todos os conceitos e noções acima elencados fazem parte da orientação semiótica da psicologia cultural, que adotamos para estudar o processo de construção de significados sobre a decisão de adotar em pretendentes. Nos próximos itens, ampliaremos a discussão sobre outros aspectos da psicologia cultural e da ciência que propõem formas de investigação do fenômeno a partir do estudo de caso(s) único(s), e que fundamentam o conjunto de metodologias adotado para nosso estudo: o Modelo de Equifinalidade de Trajetórias (TEM) e a metodologia de Amostragem Estruturada Historicamente (HSS).

2.3. *A Generalização do conhecimento na abordagem da Psicologia Cultural*

“A Psicologia Cultural é a ciência da constante reconstrução de nós mesmos, e da nossa ciência. Isto a faz infinitamente fascinante, e inacreditavelmente complicada.”
(Valsiner, 2007, p.394)

Há diferentes formas de se construir conhecimento geral (Valsiner 2000, 2007; Zittoun, 2009) e para a Psicologia Cultural, os modos de construção de conhecimento e seus objetos de investigação diferem da maneira como a psicologia tradicionalmente tem feito ciência. Nosso entendimento para realizar a investigação sobre a construção cultural dos significados para a decisão de adotar por pretendentes está coerente com a visão de estudos qualitativos da ciência idiográfica, que, segundo Molenaar (2004) e Molenaar &

Valsiner (2005), baseia-se na generalização a partir das evidências de casos sistêmicos individuais aplicando este conhecimento a novos casos únicos e, assim, atingindo uma generalização que se dá a partir das construções teóricas (modelos teóricos) resultantes.

Para apresentar de forma sistematizada um dos modos de construção do conhecimento em Psicologia Cultural, trazemos a contribuição de Valsiner (2007) que define a Psicologia Cultural como parte da “ciência psicológica que é orientada para descoberta de princípios fundamentais básicos. Portanto, é parte da Psicologia Geral como uma ciência básica” (p.29). Resumimos, abaixo, princípios básicos dessa perspectiva:

- ➡ A amostragem é feita a partir da “seleção de uma pessoa considerada individualmente junto à sua participação em instituições sociais” (Valsiner, 2012, p.28);
- ➡ Um modelo generalizado do funcionamento cultural da pessoa é construído baseado em uma análise sistêmica do indivíduo-em-contexto social;
- ➡ Este modelo é testado empiricamente com base em outro indivíduo, o que leva à modificação do modelo sistêmico. O novo modelo sistêmico é novamente testado com outro caso individual selecionado, e assim por diante;
- ➡ Um modelo geral sobre as pessoas funcionando culturalmente como sistemas – baseado nessa construção hermenêutica do conhecimento – torna-se idealmente aplicável aos seres humanos genericamente.

Surge, também, a necessidade de se expandirem os objetos de investigação tradicionalmente definidos na Psicologia. De acordo com Sato, Watanabe e Omi (2007a), os objetos de investigação de destaque da Psicologia são: sensação e percepção, cognição, personalidade e inteligência. Todavia, eles colocam *a experiência de vida* como devendo ocupar, dentro da psicologia, o papel central, o que leva os “psicólogos a pensarem o ser humano como um todo” (p.56). Concebido desta forma, o estudo da experiência de vida torna-se o principal foco de interesse na psicologia humana. A psicologia cultural “tenta explicar as experiências humanas no tempo e em ambientes sociais e culturais” (Zittoun, 2012, p.515). Além disso, a característica dessa experiência é essencialmente de natureza semiótica:

“A experiência de vida como um objeto da Psicologia pode ser pensada como mediada por signos. Cada circunstância em volta do ser humano tem um signo, então nós deveríamos tentar descrever a experiência de vida como processos mediados por signos”. (Sato, 2007a, p.57)

Estudos centrados na psicologia cultural assim concebida (Zittoun, 2011, 2012, 2013; Valsiner e Rosa, 2007, Sato et al, 2007), destacam o papel do uso de signos nas

experiências pessoais e coletivas:

“Signos criam um campo holístico que geralmente chamamos de ‘experiência’ – a sensação de estar em contato com o mundo circundante além do aqui e agora. Nas formas mais complexas, as experiências tornam-se designadas por signos que são socialmente reconhecidos, tais como palavras, e organizadas em sistemas, como a linguagem”(Zittoun et al, 2013, p. 29)

Consoante com o que acima elucidamos, elegemos como objeto de investigação do nosso estudo a experiência de vida, ou seja, as trajetórias das experiências de vida, de pessoas que são pretendentes à adoção. Para investigar essas trajetórias dos pretendentes à adoção propusemo-nos fazê-lo através de dois estudos de casos únicos (cada caso representa um casal), isto porque assumimos a concepção de que os seres humanos são únicos – embora compartilhando o mesmo *background* geral da cultura coletiva (em separação inclusiva), vivendo suas experiências de vida numa relação cognitiva e afetiva com o ambiente e construindo significados sobre elas.

2.4. *Sistemas Abertos, equifinalidade, trajetória e tempo irreversível: uma relação interdependente*

*No caso de sistemas abertos, dependentes do tempo, as relações se tornam o alvo central da investigação.”
(J. Valsiner, comunicação pessoal, em 18/10/2011¹⁶)*

Von Bertalanffy, fundador da Teoria dos Sistemas Gerais (1968), considerou organismos vivos, incluindo os seres humanos, não como sistemas fechados, mas como *sistemas abertos* (Toomela & Valsiner, 2010), isto é, recebem informações e interagem dinamicamente ou trocam com seus ambientes (Valsiner & Sato, 2006).

“Sistemas fechados são considerados não dependentes de seus ambientes para funcionar. Se fenômenos em uma ciência particular podem ser assumidos para serem tipos de sistemas fechados, a técnica de amostragem tradicional seria suficiente e não haveria a necessidade de desenvolver uma alternativa perspectiva” (Sato, Wakabayashi, Nameda, Yasuda & Watanabe, 2010, p.105). No item 2.5 trataremos à discussão uma alternativa de

¹⁶ Jaan Valsiner, gentilmente, cedeu-me seu original em inglês do artigo *Facing the Future – Making the Past: the permanent uncertainty of living*, parte integrante de um livro sobre TEM, editado em Japões por Sato, e publicado em 2009.

amostragem desenvolvida para investigação de fenômenos que consideram os seres humanos como sistemas abertos que se transformam no tempo irreversível.

De acordo com a teoria de Bertalanffy, uma diferença profunda entre sistemas fechados e sistemas abertos é expressa pela concepção de *equifinalidade* que significa que o mesmo estado pode ser alcançado a partir de diferentes condições iniciais e em diferentes formas, no curso do tempo. Em nosso estudo, por exemplo, a equifinalidade foi definida como a condição comum (no tempo presente) dos participantes terem decidido adotar legalmente, sendo pretendente à adoção no CNA. Em suas trajetórias de vida, os participantes estão sob as mesmas condições, mas percorreram caminhos distintos, saindo de condições iniciais também distintas (cada participante sofreu uma ruptura diferente em sua trajetória de vida), até alcançar este mesmo ponto (equifinalidade).

Valsiner e Sato (2006) e Sato et al (2007b) enfatizam que equifinalidade não implica uniformidade – que é uma condição impossível em qualquer sistema histórico. Antes, vincula uma região de similaridade no curso temporal de *trajetórias diferentes*. Sato et al (2009) propõem uma nova noção de trajetória que rompe com perspectivas reducionistas e apresenta outro meio de acessar o dinamismo da trajetória de vida, que alcance a mudança (não estabilidade) e que enfatize os significados culturais da experiência, isto é, a trajetória resulta de interações entre a pessoa e o ambiente. É curso de vida das pessoas.

Na perspectiva teórico-metodológica adotada em nosso estudo, trajetória “não é uma linha juntando pontos distintos no tempo. Trajetória em nossa metodologia é considerada como aquela construída histórica e culturalmente.” (Sato et al, 2010, p.92). As trajetórias de vida e desenvolvimento são diversas e resultam das interações entre as pessoas e o ambiente, por isso, são construídas histórica e culturalmente, num tempo irreversível, a partir da noção de sistemas abertos (Sato et al, 2009). A trajetória é o próprio curso de vida das pessoas.

A dimensão tempo, em fenômenos psicológicos, só pode ser considerada a partir da adoção da noção de sistemas abertos. Valsiner (1986) insiste: “Se um psicólogo rejeita a ideia de sistemas fechados do fenômeno psicológico, e aceita a visão de sistemas abertos, seu tratamento da dimensão tempo, em pesquisas psicológicas, mudará (p.352, In Sato et al, 2010, p. 105). O tempo, na perspectiva semiótica da psicologia cultural (Valsiner, 2007), é considerado a partir da noção de irreversibilidade, ou seja, não há possibilidade de voltar o tempo, nenhum momento vivido se repete (Valsiner, 2002). A irreversibilidade

do tempo “faz com que o sujeito precise enfrentar um tempo presente que, constantemente, se torna futuro (desconhecido).” (Costa & Lyra, 2002, p.645). Nessa relação entre sistemas abertos e tempo irreversível, “qualquer organismo em desenvolvimento não se desenvolve *no tempo*, mas *com o tempo*” (Valsiner, 2000, p.7).

As concepções orientadoras do conjunto de metodologias utilizadas neste estudo para investigar o processo de construção de significados da decisão de adotar legalmente, em pretendentes, e discutidas no próximo item dependem da noção de sistemas abertos que está conectada à noção de *equifinalidade*, e esta às noções de *trajetórias* e *tempo irreversível*, inevitavelmente.

2.5. O Modelo de Equifinalidade de Trajetórias (TEM) e a metodologia de Amostragem Estruturada Historicamente (HSS): pela heterogeneidade dos seres humanos

*“Inventamos uma nova metodologia para descrever a vida humana dentro do tempo irreversível, conhecido como TEM.”
(Sato e Valsiner, 2010, p.89)*

Nosso estudo, de ancoragem na Psicologia Cultural Semiótica, filia-se à noção de que os seres humanos são únicos e devem ser estudados em seus contextos de vida. Segundo Sato et al (2007b) a Psicologia Cultural requer uma perspectiva teórica e uma metodologia rigorosas. Eles propõem-nos um novo olhar sobre o método de amostragem, uma vez que o que será objeto de investigação, mas o processo dinâmico e complexo que o indivíduo experiencia como sujeito ativo.

Essa abordagem, sabedora da inevitável operação que é a amostragem em qualquer pesquisa, concebe uma nova filosofia de método de amostragem para a investigação de um fenômeno: as amostragens estruturadas historicamente – *HSS (Historically Structured Sampling)*. Baseado nas histórias prévias do curso de vida até o presente, *HSS* é um método de amostragem de casos individuais analisado como uma série de pontos de bifurcação. Requer uma amostragem *teórica* (Patton, 2002 in Sato et al 2007), de casos individuais para o estudo, considerando as trajetórias históricas que se desenvolvem até um ponto comum temporário – o ponto de equifinalidade (EFP). (Valsiner & Sato, 2006).

Essa amostragem segue o seguinte raciocínio: O *EFP* definido na pesquisa localiza, em diferentes trajetórias de vida, o ponto temporariamente comum aos participantes. E decorre do interesse do estudo psicológico do indivíduo, voltado muito mais à experiência vivida (por exemplo, decidir adotar; a transição da adolescência à vida adulta ou transição à maternidade (Bastos, A. C. S. B.; Uriko, K.; Valsiner, J. (2011); decidir não ter filhos etc.) do que ao comportamento. Eles alcançaram esse mesmo ponto dentro de um sistema historicamente organizado, vindos de pontos iniciais distintos, em que o pesquisador ou pesquisadora “decide que aspectos são os objetos de investigação” (Sato et al, 2007, p.97) nessas trajetórias. O ponto de equifinalidade (EFP) implica uma seleção teórica de amostragem, isto é, o pesquisador determina o que seleciona para estudar a partir da “teoria e da metodologia que derivam do método” (Valsiner & Sato, 2005, p.02). Para essa nova filosofia de método (HSS), o ponto de equifinalidade “desempenha papel central na seleção de casos” (Sato, 2007b, p.97) e a amostragem torna-se “uma parte do esquema conceitual do pensamento do pesquisador” (Valsiner & Sato, no prelo). Uma vez que o ponto de equifinalidade depende do foco e das questões de investigação do pesquisador, Sato propõe que seja estabelecido o “ponto de equifinalidade polarizado (PEFP), para neutralizar o sistema de valor implícito do pesquisador” (Sato et al, 2007, p.98). No nosso estudo, o PEFP foi definido como “não adotar”, em contraponto ao EFP Ser pretendente à adoção após ter decidido adotar, cujo rótulo no desenho da trajetória é “adotar”.

O Modelo de Equifinalidade de Trajetórias - TEM (Valsiner & Sato, 2006; Sato, et al 2007b; Sato et al, 2009, Sato & Valsiner, 2010) é uma *ferramenta teórica e metodológica* que organiza, pelo mapeamento, experiências humana vividas ao longo do tempo. Trata do “processo dinâmico de tomada de decisão como um processo que envolve ambigüidade e incerteza” (Sato, 2011, p.129), descobrindo como os participantes dão *sentido às suas experiências* de modo a chegar a decisões (escolhas), pela avaliação de diferentes pontos de bifurcação. O TEM surgiu de uma necessidade teórica da ciência contemporânea para manter, segundo Valsiner (2009) e Zittoun et al (2013), duas características centrais em seu esquema analítico: tempo e a transformação de potencialidades em realidades. A imaginação, como proposta por Zittoun et al (2013) – desempenha um papel central na criação de possibilidades de construção de significados no futuro. Isto porque o TEM considera não apenas as construções “como-é” (AS IS) e “como-se” (AS-IF), mas também as construções “como-poderia-ser” (AS-COULD-BE), “como-deveria-ser” (AS-SHOULD-BE), “como-foi”(AS-IT-WAS) (reconstrução da

história), “como-eu-queria-que-fosse” (AS-I-WANT-IT-TO-BE), no futuro, e “como-poderia-ter-sido” (AS-IT-COULD-HAVE-BEEN) (possibilidades passadas não realizadas). Todas essas construções, capturadas pelo TEM, tornam possível considerar componentes imaginários, possíveis, desejados e reais da estrutura em desenvolvimento e seu progresso. Todas essas possibilidades surgem a cada ponto de bifurcação, tornando o processo de escolha entre as possibilidades complexo e semioticamente regulado: “todos esses domínios fazem com que o movimento em um ponto de bifurcação seja muito complicado. A mudança para o futuro é regulado por um complexo de todos os domínios de significados a medida em que o movimento ocorre” (Valsiner, 2009, p.5).

De acordo com Sato et al (2007b), O Modelo de Equifinalidade de Trajetória (*TEM*) é uma estratégia para pesquisa qualitativa e propõem, então, tanto o *HSS* como *TEM*, como um conjunto de metodologias interdependentes:

HSS e TEM dependem um do outro. HSS é um método de amostragem baseado numa visão sistêmica, enquanto que o TEM é um caminho para descrever a história completa de vida dos casos que incluem tanto os movimentos realizados no passado quanto as ações (consideradas) possíveis – que por uma razão ou outra – foram deixadas no campo das possibilidades [...] Ambas as trajetórias realizadas e as não-realizadas tem impacto nas decisões tomadas no presente para enfrentar o futuro. Nosso método HSS sugerido permite, portanto, uma perspectiva desenvolvimental do fenômeno sociocultural. (p.104).

O desenvolvimento humano deve ser visto à luz do tempo irreversível (Valsiner, 1994, 2000), e o *TEM* foi elaborado exatamente para ser uma nova proposta para descrever o desenvolvimento humano na perspectiva da abordagem histórico-cultural, nesta concepção de no tempo. (Sato & Valsiner, 2010). Algumas noções fundantes do TEM já foram discutidas neste capítulo, são elas: irreversibilidade do tempo (a característica de nunca repetir nenhum acontecimento do tempo vivido), ponto de equifinalidade - EFP (definido na pesquisa pelo(a) pesquisador(a), é o ponto comum alcançado de diferentes formas, em trajetórias diversas, a partir de condições iniciais também distintas) e ponto de bifurcação - BFP (ponto na trajetória de vida que oferece opções alternativas a seguir).

Além dessas, outras noções também fazem parte do TEM. As trajetórias, para este modelo, organizam as experiências de vida do sujeito a partir do mapeamento de diversos pontos de passagem – estes são os eventos experienciados desde o ponto inicial (indicado na trajetória da experiência pelo próprio sujeito e não pelo pesquisador) até a chegada ao ponto de equifinalidade. Esses pontos de passagem, no TEM, são sempre pontos de bifurcação – apresentam opções a seguir, e são encontrados pelo pesquisador nas trajetórias de vida dos sujeitos (do ponto inicial até o ponto de equifinalidade). Por

exemplo, as diversas possibilidades de escolha que se apresentam para alguém, após esta pessoa ter sido demitida de um emprego (matricular-se em um curso focando uma nova área de atuação, buscar outro emprego na mesma área, buscar qualquer emprego em qualquer área, abrir um negócio próprio etc.). Os pontos de passagem nas trajetórias possuem natureza distinta: “alguns são triviais e outros cruciais. Alguns são inevitáveis, outros sugeridos como se fossem inevitáveis” (Valsiner & Sato, 2006, p.12). Uma situação ou evento inevitável no curso da vida das pessoas – como a morte de um ente querido – é chamado, no TEM, de ponto de passagem obrigatória (OPP – Obligatory Passage Point).

No processo de construção de significados, na perspectiva semiótica da psicologia cultural, a mediação semiótica desempenha papel estruturante, como discutido anteriormente neste capítulo. Utilizando o Modelo de Equifinalidade e Trajetórias (TEM) somos capazes de visualizar, a partir do mapeamento dos pontos de passagem (bifurcação), como a cultura afeta as escolhas no processo semiótico de construção de significados. Dessa forma, duas outras noções foram pensadas e constituem o TEM, exatamente para esta visualização no processo de escolha: direção Social (Social Direction –SD) e orientação Social (Social Guidance- SG).

Baseado nas concepções dos processos de internalização/externalização (Valsiner, 1997, 2000), os mundos (culturas) pessoal e social são dinamicamente interdependentes. Essa relação pessoa-ambiente tem uma função co-constitutiva, baseada no sistema de significados culturais que tem um papel formativo no desenvolvimento da ontogênese humana (Valsiner, 2000). Se aceitarmos a concepção do desenvolvimento como um processo de co-construção, faz-se necessário considerar a existência do sistema de controle semiótico que garante a flexibilidade psicológica humana (*orientação social*), e ao mesmo tempo seu oposto – a inflexibilidade no modo de pensar ou sentir algo (*direção social*, isto é, normas sociais, tradições, pressão social etc.). Situando essas noções no TEM, quando analisando as escolhas feitas nos pontos de bifurcação de uma dada trajetória, é possível visualizar aquilo que fez com que a pessoa tenha seguido uma direção em detrimento de outra. A noção de direção social “deriva da noção do poder cultural social” (Sato et al, 2009, p.230) que funciona como regulador semiótico, sendo definida como o poder que inibe o alcance do EFP. Por outro lado, a orientação social é o poder pessoal que se opõe à direção social e promove o caminho ao EFP.

Para traçar uma trajetória, o pesquisador ou pesquisadora tem a liberdade de traçá-la da forma que sua imaginação e criatividade permitirem que compreendam as trajetórias

dos indivíduos investigados. Sato, um dos criadores do *TEM*, diz que o *TEM* é como um jogo de cruzadinhas: “você pode encontrar em duas delas diferenças de forma, cor, objetivo e assim por diante, mas você as chamará de cruzadinhas” (T. Sato, comunicação pessoal em 19/01/2012). Entretanto, a construção dessas cruzadinhas (aqui, trajetórias) seguem regras metodológicas precisas que nos permitem compreender as histórias de vida dos indivíduos sob investigação. Podemos sintetizar em três, os passos preconizados por Sato (2012), Sato (2007), Sato (2009) e Valsiner & Sato (2006) necessários ao uso do conjunto de metodologias *HSS – TEM*:

- ➡ Localização do ponto de equifinalidade (*EFP*) relevante, bem como de todos os pontos de passagem obrigatória (*OPP*) relevantes, e de bifurcação (*BFP*), criando um mapeamento das trajetórias sob investigação;
- ➡ Mapeamento empírico de todos os casos particulares (o estudo do que se move entre esses pontos);
- ➡ Comparação de diferentes trajetórias que alcançaram o *EFP*.

O *TEM* possibilita, portanto, no tempo irreversível, mapear o curso de vida passado e o futuro possível de um caso único, em uma trajetória considerada histórica. Na base retrospectiva (passado < > presente) da trajetória, podemos identificar tanto o caminho seguido pelo sujeito até o ponto de equifinalidade, como outros caminhos não realizados, isto é, as outras opções que ficaram no campo das possibilidades por diversas razões. Na base prospectiva (presente < > futuro), a partir das análises das trajetórias realizadas e das não realizadas, é possível projetar as opções possíveis de desenvolvimento da trajetória do sujeito, após o ponto de equifinalidade, ou seja, é possível com o *TEM* traçar uma Zona de Finalidade. O termo zona de finalidade, segundo Sato et al (2009), refere-se aos diversos caminhos (finalidades) possíveis após o ponto de equifinalidade. Mesmo o ponto de equifinalidade sendo definido pelo interesse de investigação do pesquisador, cada participante do estudo tem sua própria vida e finalidade. Os autores recomendam o uso do termo zona de finalidade, e não outro termo, por entenderem que a perspectiva futura de uma trajetória é ambígua, e não claramente predita.

Considerando a análise de trajetórias, o *TEM* propõe os passos supracitados, todavia nosso estudo comparou apenas dois casos individuais, cada um representado por um casal de pretendentes à adoção. Assim, nosso estudo se configura como Sato classifica, uma descrição aprofundada de histórias de vida (T. Sato, comunicação pessoal em 19/01/2012). No capítulo 3, descreveremos o plano metodológico e apresentaremos as

diretrizes para traçar e analisar as trajetórias, segundo o TEM, para nosso estudo.

2.2.1. Estudos utilizando o TEM

“O TEM quebra a espinha dorsal da psicologia contemporânea - sua confiança na generalização indutiva e sua elaboração prática, convencionalmente chamada de “medida”.
(Zittoun 2013)

A metodologia adotada em nosso estudo tem uma história recente, entretanto, já podemos ver estudos que utilizaram o *TEM* e o *HSS*. Os estudos aqui relatados, consoantes com os pressupostos teóricos do *TEM*, investigam experiências de vida como fenômenos sistêmico-abertos, em que a “noção de irreversibilidade do tempo é levada a sério” (Sato et al, 2009) e onde os signos são entendidos como organizadores do futuro, assumindo uma posição construtivista.

Tatsuya Sato, professor e pesquisador da Universidade Ritsumeikan (Quioto, Japão), vem realizando estudos aplicando tal metodologia com sucesso. Entre eles, destacamos seu estudo, com colaboradores, no campo forense – O Incidente Hamamatsu (Sato et al, 2010): no Japão, mesmo a constituição proibindo a condenação baseada em confissão, esta é considerada o Rei das Evidências nos processos criminais, então conseguir a confissão de uma pessoa presa é algo muito importante para a polícia. Sato, neste estudo, aplicou o *TEM*, definindo que o *EFP* da trajetória seria *confessar o crime*. O caso real analisado trazia dois suspeitos (A e B) da morte de uma criança, por afogamento, numa banheira, onde não havia evidências de um intruso adentrar a casa da vítima. A criança era o filho mais novo do suspeito B, que era divorciado. Eles foram interrogados separadamente e ambos confessaram o crime e, posteriormente, num tempo diferente, negaram o crime. Sato esclarece que o suspeito, em interrogatórios, pode ser forçado a confessar o crime e isso, nesses termos, é encarado como um *OPP*. Analisando as declarações de A e de B, percebeu-se que elas foram refinadas ao longo do tempo, e as mudanças foram analisadas. Os resultados das análises mostraram que há transição e diferença entre as declarações dos suspeitos. As declarações de A tem uma clara diversidade no curso, principalmente depois que confessou o crime, tornando-as mais

complexas. Ao contrário, o curso das declarações de B, depois que confessou o crime, mostrou uma estrutura simples e diferiu daquelas narradas antes da confissão. Com o uso do *TEM*, foi possível organizar as narrativas¹⁷ de ambos os suspeitos, detectando a inconsistência das confissões. Sato, nesse estudo, demonstrou que o *TEM* pode ser aplicado no campo forense como uma “ferramenta de visualização, que mostra as oscilações da narrativa” (p.116) das pessoas sob investigação. Isso não significa que o *TEM* seja capaz de detectar o que é verdadeiro ou falso, mas mostra o processo de confissão. A partir do uso do *TEM*, neste caso, as diferenças das trajetórias traçadas pode sugerir para cada suspeito, uma investigação diferente.

Outro estudo que demonstra a aplicabilidade do *TEM* foi desenvolvido por uma orientanda de Professor Sato, Ayae Kido (2006), que investigou a transição para o uso de maquiagem (ou não) por mulheres japonesas nos Estados Unidos, buscando compreender os processos psicológicos e de comportamento nesta transição. Participaram cinco estudantes universitárias japonesas que foram entrevistadas e suas trajetórias de vida foram descritas pelo *TEM*.

No Japão, a maioria das mulheres usa maquiagem e algumas mulheres japonesas sentem isso como uma obrigação. Kido percebeu que quando as mulheres viviam no Japão sentiam-se obrigadas a usar maquiagem, mas que poderiam escolher não usar maquiagem nos Estados Unidos. Portanto, parece que no Japão, fortes forças sociais constroem as mulheres ao uso da maquiagem. E ainda, quando o uso é estabelecido, permanece um hábito.

Trazemos também o estudo de Arakawa e Takada (2006), que aplicaram o *TEM*, para investigar o processo psicológico de experiências de aborto no Japão. Foram entrevistadas três mulheres entre 21 e 27 anos que interromperam a gravidez. O estudo ilustrou como o *TEM* revela os pontos que a mulher tem que passar e onde ela pode não ter que passar. O *TEM* se mostrou adequado para visualizar, nesse estudo, a direção social, isto é, que tipo de poder na cultura e na sociedade afeta as opções das mulheres no processo de tomada de decisão do aborto.

Por fim, apresentamos o estudo de Yuko Yasuda (2005) que estudou a diversidade de experiências de infertilidade de casais, no Japão contemporâneo, após tratamentos de fertilidade no curso do tempo. Foram entrevistados nove casais incapazes de ter filhos após

¹⁷ Ao *TEM*, o pesquisador pode acrescentar novas idéias e concepções de acordo com seus objetivos. Nesse estudo Sato acrescentou a noção de narrativa a partir da contribuição de Jerome Bruner. Não será objeto de nosso estudo a noção de narrativa.

o tratamento de infertilidade e que estavam considerando a adoção. Sato et al (2007b) destaca, sobre este estudo, o fato de que “*ser consciente sobre a infertilidade e considerar a adoção* não são meramente experiências pessoais e/ou opções de vida, mas são experiências estruturadas historicamente.”(p.98) Para descrever a diversidade das trajetórias, Yasuda extraiu das entrevistas: a experiência de parar o tratamento de fertilidade, definida como *EFP* (ponto de equifinalidade); considerar a adoção, definido como *OPP* (ponto de passagem obrigatória), desistir da adoção, definido como *BFP* (ponto de bifurcação), submeter-se a tratamento de fertilidade, procurar adoção, e experiências atuais de autoconsciência. Yasuda identificou quatro categorias associadas à experiência de infertilidade em nove casais japoneses: tipo 1: conscientes da adoção antes de terminar o tratamento de fertilidade, mudando a opção do tratamento pela adoção; tipo 2: conscientes da adoção após o término do tratamento de fertilidade, mas não tentaram a adoção por não haver consenso entre o casal. Terminaram o tratamento e decidiram viver sem filhos; tipo 3: terminaram o tratamento de fertilidade e decidiram viver sem filhos. Mais tarde tomaram consciência sobre a possibilidade da adoção e, então, tentaram realizá-la; e tipo 4: terminaram o tratamento e mais tarde tomaram consciência sobre a possibilidade da adoção. Contudo, não foram capazes de adotar, desistiram da adoção e decidiram viver sem filhos. Com o TEM foi possível descrever as trajetórias dos participantes, facilitando a compreensão da diversidade de experiências que existem quando pensamos na seleção de tratamento de fertilidade. Limites de possibilidades nessa escolha precisam ser considerados, uma vez que o sistema social que envolve ‘tratamentos de fertilidade’ e ‘adoção’ são diferentes. Cada sociedade tem sua forma única de proibir ou permitir técnicas de reprodução humana.

3. O PRESENTE ESTUDO

“A metodologia da Psicologia Cultural é uma estratégia para entender a generalidade dentro de contextos únicos... é, portanto, sistêmica, ideográfica, e qualitativa”
(Valsiner, 2007, p.388)

Realizar uma pesquisa demanda várias escolhas. Para nós, descobrir a Psicologia Cultural de orientação semiótica permitiu-nos planejar um estudo sobre a decisão de adotar legalmente, centrado na construção de significados sobre essa experiência que é compreendida como uma experiência sociocultural na vida de um indivíduo.

Nosso estudo elegeu o contexto pré-adotivo para investigar como ocorre a construção de significados para a decisão de adotar legalmente, feita por pretendentes à adoção, inscritos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Esta condição – presente e comum – na trajetória dos participantes deste estudo foi definida como o ponto de equifinalidade para nossa investigação, à luz do Modelo de Equifinalidades de Trajetória (TEM).

Segundo Valsiner e Sato (2006), quando o foco é investigar processos de desenvolvimento humano, amostragens adequadas do fenômeno estudado se referem àquelas em que se podem traçar as trajetórias dos sistemas em estudo, no tempo irreversível. Estas trajetórias incluem, então, o passado (numa base retrospectiva), o presente e também uma análise de construção de trajetórias futuras (Scorsi, 2009). Com o TEM, foi possível organizar e descrever, pelo mapeamento e ao longo do tempo, as experiências vividas pelos pretendentes à adoção – de um ponto inicial (passado) até alcançar o ponto de equifinalidade (presente) – descobrindo como eles construíram significados sobre essa experiência, de modo a chegar à decisão de adotar. Foi também possível projetar, a partir da teoria adotada, o leque de possibilidades (futuro) para os participantes seguirem em suas trajetórias de desenvolvimento sob estudo. O TEM, portanto, é um método adequado para descrever, em trajetórias, o desenvolvimento humano na perspectiva sociocultural.

Como método de amostragem teórica (Patton, 2002 in Sato et al 2007), adotamos as noções da Amostragem Historicamente Estruturada (*Historically Structured Sampling – HSS*) (Valsiner & Sato, 2006, Sato et al, 2007b), que surgiu a partir da visão de que as

funções psicológicas humanas funcionam como sistemas abertos – lugar central para a noção de equifinalidade. O foco muda e as experiências consideradas fenômenos socioculturais eliminam a seleção aleatória e passam a considerar a seleção de participantes a partir dos eventos significativos na vida do sujeito e selecionado pelo pesquisador para compreender a trajetória de vida do sujeito sob investigação, do ponto inicial até o ponto de equifinalidade.

Essa amostragem ocorre na forma de estudo de caso e são esses casos que podem ser comparados para proposição de modelos generalizáveis sobre os processo de construção de determinada experiência sob estudo, no caso particular, adotar legalmente. Para contribuir com a discussão sobre amostragem, trazemos a distinção feita por Yin (2003) entre *generalização estatística* – habilidade de fazer inferência estatística sobre uma população, baseada na pesquisa de uma pequena amostra daquela população, e *generalização analítica* – que se utiliza de uma teoria previamente desenvolvida como modelo genérico com o qual se devem comparar os resultados empíricos do estudo de caso (Yin, 2003, p. 55). Nosso estudo filiou-se à generalização analítica, a partir da qual investigamos dois estudos de caso (dois casais de pretendentes à adoção).

Conceitos da Psicologia Cultural Semiótica, discutidos no capítulo 2, integraram a proposta de análise (ver item 3.4.1.) do processo semiótico de construção de significados deste estudo.

3.1. Objetivo

“A adoção é, portanto, uma parte crucial da vida social no século XXI, permitindo caminhos alternativos para famílias serem construídas e desafiam-nos a refletir e renovar nossas concepções de família, sociedade, e self no futuro.”
(Riley & Van Vleet, 2012, p.131)

A Psicologia Cultural Semiótica lida com as funções psicológicas superiores que são mediadas por signos (Rosa, 2007a). Nosso estudo, com aporte teórico-metodológico na Psicologia Cultural Semiótica, compreende que a decisão de adotar é entendida culturalmente como uma experiência de ruptura na trajetória de vida do ser humano e

configura-se também como uma prática sociocultural, e, portanto, carrega valores, crenças, mitos e significados socialmente partilhados (cultura coletiva) e, ao mesmo tempo, aquilo que cada um valora intraindividualmente (cultura individual), decorrente de um processo de internalização e externalização de significados (cultura).

Assumimos, a partir da filiação teórico-metodológica detalhada anteriormente, que nosso objeto de investigação foi a experiência de pretendentes à adoção decidirem adotar legalmente um filho ou filha e, portanto, estarem no cadastro nacional de adoção (CNA). Essa condição comum temporária aos pretendentes, cujas trajetórias de vida são diversas, foi o nosso Ponto de Equifinalidade (*EFP*), este central para a nossa pesquisa.

Dessa forma, nosso **objetivo geral** foi investigar a construção de significados para a decisão de adotar em pretendentes à adoção ao se inscreverem para o CNA.

E temos como **objetivos específicos**:

- a) Traçar as trajetórias de vida dos participantes dos estudos de caso à luz da metodologia proposta (*HSS e TEM*); nas quais são consideradas as possibilidades – potenciais e realizadas – de construção de significados, pela avaliação de diferentes pontos de bifurcação;
- b) Descrever e analisar, a partir das trajetórias traçadas, como se dá o processo semiótico de construção de significados sobre adotar em pretendentes, de modo que eles cheguem a esta decisão.

3.2. Participantes:

Os pretendentes à adoção são aquelas pessoas que vivenciaram um processo psicossocial e jurídico de habilitação à adoção e só então passaram a integrar o Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Para esse estudo, definimos que os participantes deveriam ser formalmente pretendentes à adoção e, portanto, recorreremos à Vara da Infância e Juventude de um município pernambucano para solicitar a lista dos pretendentes daquele município, que havia sido eleito pela pesquisadora como local de realização da pesquisa. Após todo o trâmite legal, recebemos a lista e verificamos os perfis quanto à variação das configurações familiares e quanto à presença de filhos em cada família inscrita à adoção. Todos os pretendentes eram casais heterossexuais e entre eles havia casais sem filhos, casais com

filhos biológicos e casais com filhos adotivos. Neste estudo, 2 casais de pretendentes aceitaram participar, compondo cada casal um caso:

Caso 1: casal de pretendentes com uma filha biológica;

Caso 2: casal de pretendentes sem filhos;

Definido os dois casos, procedemos com os convites para participação na pesquisa, conforme descrito no próximo item.

3.3. *Procedimentos, etapas e instrumentos de construção de dados:*

A construção de dados deste estudo foi marcada por três fases distintas:

A **Etapa 1** consistiu na solicitação da lista atualizada de pretendentes à adoção da 2ª Vara da Infância e Juventude (VIJ) do município escolhido. Na condição de membro do GEADIP – entidade não-governamental que atualmente realiza em parceria com a VIJ e Ministério Público em alguns municípios a preparação dos pretendentes, entre os quais o município escolhido – a disponibilização da lista à pesquisadora por parte da VIJ foi facilmente concedida. Destacamos que a solicitação seguiu os trâmites formais que a pesquisa científica demanda, conforme exigência e comprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), quando da submissão do projeto ao referido comitê para análise e aprovação.

Na **Etapa 2**, o convite aos pretendentes para participação na pesquisa ocorreu em duas fases:

- a) O contato telefônico: falamos em linhas gerais sobre a pesquisa e fizemos o convite;
- b) A visita aos pretendentes que aceitaram participar: procedemos com a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a explicação minuciosa dos objetivos da pesquisa e sua assinatura, formalizando a participação dos pretendentes na pesquisa. Nessa fase, foi agendada a primeira entrevista.

Na **Etapa 3**, realizamos as entrevistas e traçamos as trajetórias. Anteriormente, na fase de elaboração do projeto de pesquisa, já havíamos definido e listado os temas que seriam abordados nas entrevistas, conforme será explicitado ainda neste item.

Apresentaremos a seguir, de forma minuciosa, como realizamos as três entrevistas

audiogravadas em aparelho MP4, bem como suas pré-fases e pós-fases, além de apresentar as diretrizes utilizadas para traçar as trajetórias.

SOBRE A 1ª ENTREVISTA:

Pré-fase da 1ª entrevista:

A 1ª entrevista foi aberta, logo, sua pré-fase girou em torno da confirmação da data e local da entrevista, não havendo elaboração de roteiro para sua realização.

1ª entrevista:

Teve por objetivo fazer os participantes falarem livremente da sua experiência de ser/estar pretendentes à adoção a partir de uma pergunta deflagradora, que os remeteu a um ponto inicial daquela experiência, em suas trajetórias de vida. Formulamos a seguinte pergunta: “*Gostaria que vocês me contassem um pouco sobre quando vocês, pela primeira vez, pensaram em adotar.*” Desse modo, foi possível para os participantes elegerem o ponto inicial em suas trajetórias de pretendentes à adoção, a partir daquilo que eles próprios consideraram como ponto deflagrador. Durante essa entrevista, a pesquisadora interferiu o mínimo possível, fazendo apenas perguntas de caráter complementar ou elucidativo do evento narrado, ou perguntas para manutenção do foco da entrevista, e ainda perguntas que garantissem que eles narrariam integralmente sua experiência, do ponto inicial que eles próprios elegeram até o Ponto de Equifinalidade (decidir adotar legalmente, sendo pretendentes à adoção) da pesquisa.

Pós-fase da 1ª entrevista:

Três atividades marcaram esta pós-fase:

- 1) Transcrição da entrevista;
- 2) Leitura e análise à luz do referencial teórico de HSS e TEM, para mapeamento dos eventos narrados;
- 3) Traçar a 1ª trajetória (TEM).

Em consonância com as orientações teórico-metodológicas assumidas para esse estudo e apresentadas anteriormente, criamos uma figura utilizando uma ferramenta de desenho vetorial – o *Inkscape*, que é um *software* livre. Esta figura, uma vez criada, foi utilizada como base para traçar todas as demais trajetórias neste estudo. Ao traçar a 1ª trajetória experimental, foi possível visualizar a história de vida dos participantes, baseada no relato da 1ª entrevista, na qual foram destacados:

1º) *Pontos de passagem*:

- a) *o ponto de equifinalidade (EFP)*, momento comum e atual na vida dos participantes, definido pelo pesquisador;
- b) *os pontos de passagem obrigatória (OPP)*, evento ou situação inevitável ou considerados pelos participantes como inevitável ou obrigatório, não tendo havido opções de escolha;
- c) *os pontos de bifurcação (BFP)*, evento ou situação que nos apresenta possibilidades de escolha a seguir na trajetória;

2º) *a trajetória realizada* (convencionada na figura por uma seta verde-clara em linha cheia);

3º) *as trajetórias não-realizadas* (convencionadas na figura por setas pretas em linhas tracejadas);

4º) *Direção Social (DS)*, normas e valores presentes na cultura coletiva na qual estamos inseridos e que, no TEM, é entendida como o poder social que inibe a chegada ao ponto de equifinalidade;

5º) *Orientação Social (OS)*, diversas mensagens que nos atingem, a partir da diversidade de culturas pessoais vindas de pessoas que nos circundam. O TEM compreende que a sugestão social é o poder de defesa que se opõe à direção social;

6º) outros eventos.

SOBRE A 2ª ENTREVISTA:

Pré-fase da 2ª entrevista:

Esta fase representou o planejamento da 2ª entrevista, que foi semiestruturada. Foi aqui que lançamos mão da lista elaborada previamente com os temas que imaginamos trazer ao estudo elementos suficientes sobre os eventos vivenciados, mas também sobre eventos não vivenciados, eventos que poderiam ter sido vivenciados e até eventos que os sujeitos gostariam de ter vivenciado, mas que por razões diversas ficaram no campo das possibilidades. Tudo isso é de extrema relevância para traçar as trajetórias e projetar a continuidade do curso de vida da experiência sob investigação. Os temas foram assim definidos:

- decisão de ter filho(a)s e as razões de optar pela adoção;
- facilidades e dificuldades em decidir pela adoção;
- experiência prévia ou não de adoção;
- dúvidas sobre a experiência da adoção;
- apoio recebido;
- o processo de inscrição/ habilitação à adoção;
- visitas a instituições de acolhimento;
- participação em atividades/projetos sociais ligados à infância;
- participação em eventos sobre adoção;
- decisão pela adoção legal;
- experiências frustradas de adoção;
- propostas ou não de facilitação da adoção feita às margens da lei brasileira.

Alguns temas da lista foram contemplados parcialmente ou totalmente na primeira entrevista. Assim, o roteiro de perguntas para 2ª entrevista de cada caso único foi elaborado de modo a contemplar os temas não abordados pelos participantes na primeira entrevista, além de elucidar os pontos imprecisos ou ambíguos daquilo que já havia sido narrado anteriormente.

2ª entrevista:

A 2ª entrevista foi semiestruturada e foi iniciada apresentando aos participantes a figura de sua 1ª trajetória traçada (ver Apêndices A e C), enquanto pretendentes à adoção. Esse foi o momento em que a ordem dos eventos foi confirmada e perguntamos se eles gostariam de modificar ou acrescentar alguma informação não mencionada anteriormente em relação aos dados presentes na 1ª trajetória experimental. A partir daí seguimos com a entrevista abordando os temas previamente definidos, sem necessariamente seguir uma ordem. A nossa preocupação foi realizar as perguntas a partir do curso da história construída no momento da entrevista e assim focar nos “pontos de virada” (T. Sato, comunicação pessoal em 19/01/2012) na trajetória, que será transformada após essa entrevista.

Pós-fase da 2ª entrevista:

Três atividades marcaram esta pós-fase:

- 1) Transcrição da entrevista;
- 2) Leitura e análise à luz do referencial teórico da HSS e TEM, para mapeamento dos novos eventos narrados;
- 3) Modificação da 1ª trajetória, resultando na figura da 2ª trajetória experimental.

SOBRE A 3ª ENTREVISTA:

Pré-fase da 3ª entrevista:

Esta fase representou o planejamento da 3ª entrevista, que foi semiestruturada. O objetivo foi encontrar pontos nas duas últimas entrevistas, principalmente na segunda, que merecessem ser mais explorados para que pudéssemos identificar não apenas aquilo que foi experienciado, ou seja, as opções seguidas nas trajetórias, mas também as outras opções que no processo de mediação semiótica foram deixadas no campo das possibilidades ao

longo da trajetória. Para cada caso único, foi elaborado um roteiro próprio para essa entrevista.

3ª entrevista:

Iniciamos a 3ª entrevista a partir da 2ª trajetória modificada. Nessa fase, já havia um clima de confiança estabelecido entre os participantes e a pesquisadora e isso representou uma possibilidade de retomar alguns pontos das duas entrevistas anteriores, visando esclarecimentos mais detalhados. Mais uma vez, a pesquisadora confirmou as informações presentes na trajetória apresentada, elucidou pontos ambíguos da 2ª entrevista e perguntou se os participantes gostariam de modificar ou acrescentar alguma informação não mencionada anteriormente.

Pós-fase da 3ª entrevista:

Três atividades marcaram esta pós-fase:

- 1) Transcrição da entrevista;
- 2) Leitura e análise à luz do referencial teórico da HSS e TEM, para mapeamento dos novos eventos narrados;
- 3) Modificação da 2ª trajetória experiemntal. A partir desta última modificação, foi definida, então, a Trajetória Final dos participantes, como resultado de um processo de transformações sucessivas de suas versões anteriores.

De forma sintetizada, apresentamos na figura 2 abaixo as três etapas que vivenciamos neste estudo para a construção dos dados, sendo também possível perceber a relação de interdependência entre a pós-fase de uma entrevista e a pré-fase da entrevista seguinte, bem como entre as fases de cada entrevista. Outro fator relevante no nosso plano metodológico foi o processo de análise utilizando os pressupostos do TEM, ao término de cada entrevista, para que as trajetórias pudessem ser traçadas, como detalharemos no item seguinte.

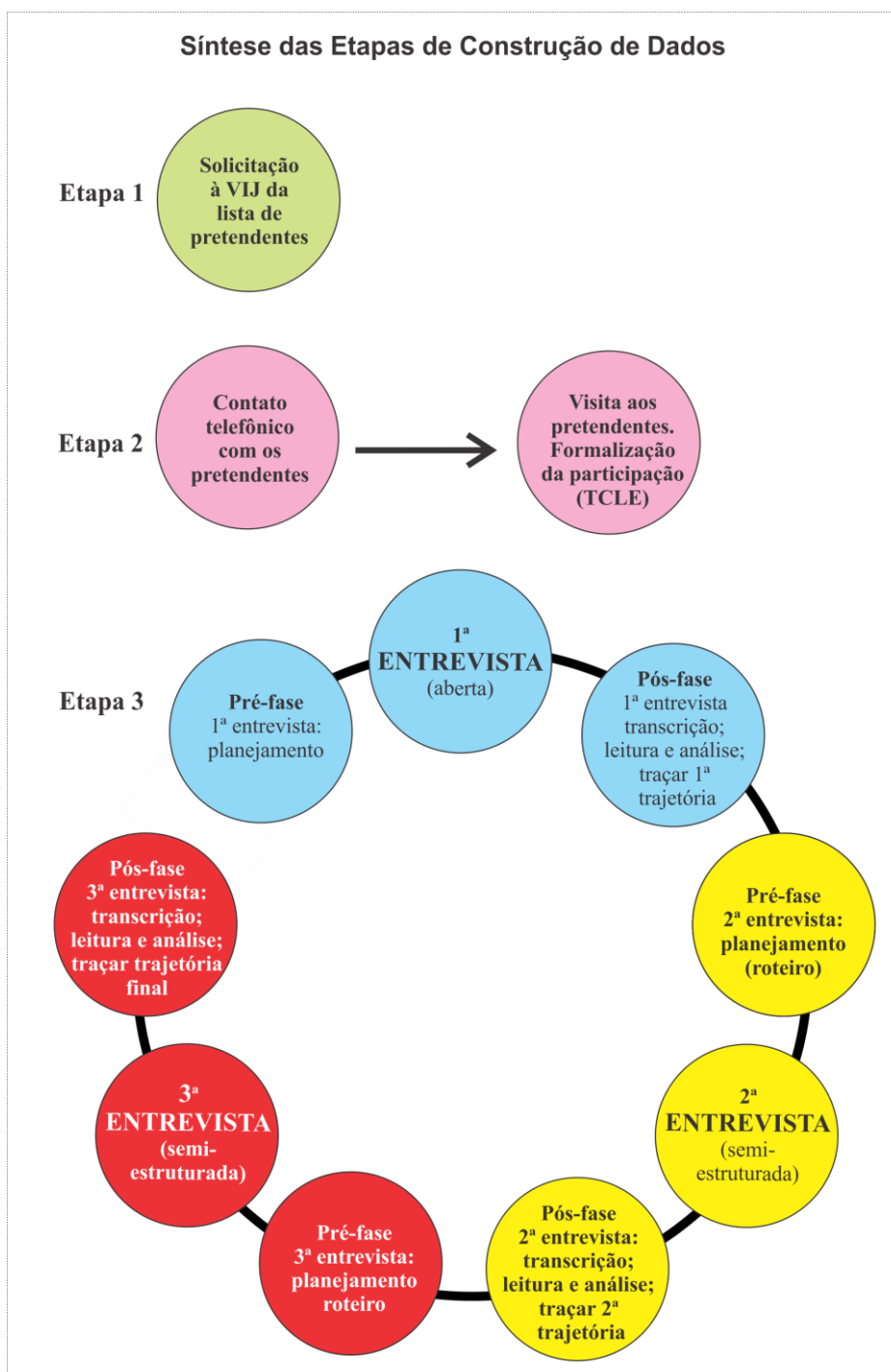


Figura 2. Síntese das etapas de construção de dados.

3.3.1. Diretrizes para traçar as trajetórias:

As trajetórias, segundo Sato et al (2009), possibilitam visualizar o curso de vida dos

participantes de um ponto inicial (o participante volta a um ponto no curso de sua vida, a partir da questão deflagradora feita na primeira entrevista) até o Ponto de Equifinalidade (definido pelo pesquisador), em tempo irreversível. São traçadas a partir do ponto de vista da(s) pessoa(s) cujo curso de vida está sob estudo (Sato et al, 2007b, 2009). Através do Modelo de Equifinalidade de Trajetórias (TEM) é possível descrever a dinâmica do curso da experiência vivida e a continuidade da vida (Sato et al, 2007a, 2007b, 2009, 2010, Valsiner & Sato, 2006; Zittoun et al, 2011).

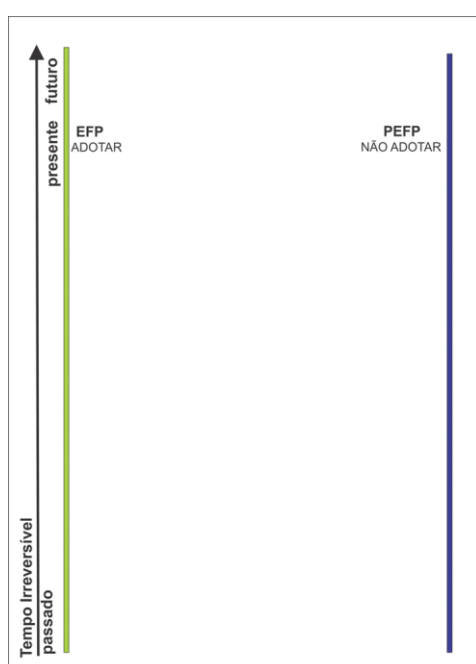


Figura 3. Localização dos Pontos de equifinalidade e equifinalidade polarizado.

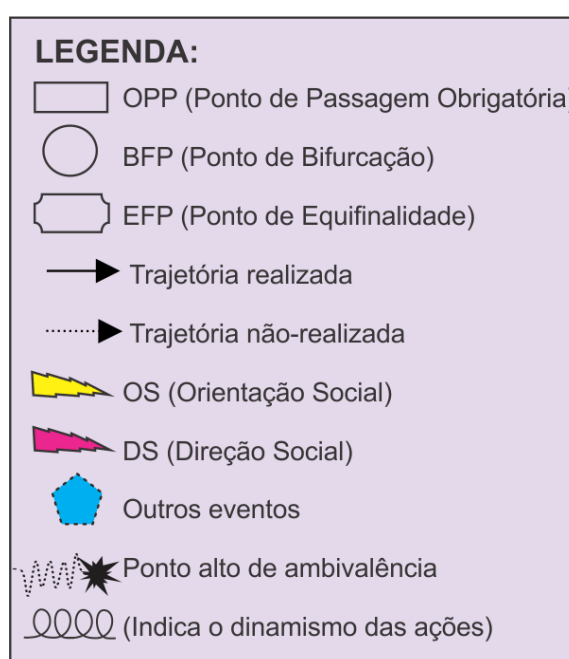


Figura 4. Legenda dos símbolos utilizados nas trajetórias traçadas.

Inicialmente traçamos uma “seta” definindo o tempo irreversível, em que localizamos o presente, o passado e o futuro. Os Pontos de Equifinalidade (*EFP*) e Equifinalidade Polarizado (*PEFP*) também foram localizados na figura: o *EFP*, paralelo e próximo à seta do tempo irreversível e o *PEFP*, paralelo ao *EFP*, mas na sua extremidade oposta. (ver figura 3 acima) A partir da análise das entrevistas transcritas e identificados os pontos de passagem, trajetórias não-realizadas, sugestões sociais, direções sociais, pontos de ambivalência e demais eventos experienciados, começamos o trabalho de localizar tudo que foi identificado a partir de cada entrevista, na sequência temporal (do passado ao presente) e através de símbolos que convencionamos nas nossas trajetórias, como mostra a

figura 4 acima. Além disso, é possível visualizar a aproximação ou distanciamento do que foi mapeado em relação ao EFP ou ao PEFP, isto é, é possível visualizar a aproximação ou distanciamento dos pretendentes em relação ao ato de adoção e o que os leva a isso, pela forma com que os símbolos são organizados nesse mapeamento de eventos, que é a trajetória segundo o TEM.

Para cada entrevista feita, traçamos uma trajetória assim definida:

1ª entrevista (aberta) ➡ 1ª trajetória experimental;

2ª entrevista (semiestruturada) ➡ 2ª trajetória experimental;

3ª entrevista (semiestruturada) ➡ Trajetória Final (TF)

A 2ª trajetória experimental é o resultado da atualização da 1ª trajetória experimental, a partir da inserção de novos dados construídos na 2ª entrevista. Da mesma forma que a TF é a atualização da 2ª trajetória experimental.

É importante ressaltar que após a descrição e análise da TF, o pesquisador poderá ainda atualizar a TF, visto que a análise do processo semiótico de construção de significados proposta por nosso estudo é feita após a última etapa do TEM, ou seja, traçar a TF.

3.4. *Procedimentos de análise dos dados*

O método de pesquisa adotado neste estudo exigiu um plano de construção dos dados, a partir do qual a análise fosse feita em duas etapas. A primeira etapa ocorreu concomitantemente à construção dos dados, seguindo a sequência apresentada no item anterior. Apresentaremos a seguir as diretrizes que criamos e utilizamos para analisar a construção dos significados sobre adotar legalmente pelos pretendentes – a segunda fase da análise, em que utilizamos a TF e identificamos os conceitos e noções ligados à perspectiva semiótica da psicologia cultural explicados no capítulo 2, para descrever o processo de regulação semiótica na dinâmica de construir significados sobre adotar pelos participantes.

3.4.1. Diretrizes para descrição e análise do processo de construção de significados sobre adotar legalmente a partir das trajetórias de vida (TEM)

Com as TFs traçadas, após a última entrevista, foi possível descrever a dinâmica da experiência sociocultural e semiótica de escolher adotar legalmente e, portanto, ser considerado pretendente à adoção. Descrevemos tal processo a partir da concepção orientadora do Modelo de Equifinalidade de Trajetórias (TEM), que organizou, pelo mapeamento, tal experiência humana vivida no tempo irreversível (Valsiner & Sato, 2006; Sato et al, 2007b). Já o processo semiótico de construção de significados foi realizado considerando a atuação da mediação e regulação semióticas deste processo. Para tanto, procedemos com a identificação de todos os signos culturais que guiaram e regularam o processo semiótico. Dito de outra forma, identificamos os aspectos constitutivos do processo de construção de significados, discutidos no capítulo 2 deste estudo. Nessa identificação, realizamos com os seguintes passos:

- a) Releituras das três entrevistas;
- b) Agrupamento dos eventos narrados com base nos conceitos e noções da teoria que organizou nosso modelo, em fichas elaboradas para esse fim (APÊNDICE E). Para exemplificar, considere a noção de campos afetivos: ao longo das três entrevistas, a releitura foi feita de modo a identificar todos os rituais e atividades corriqueiras, além das mensagens redundantes que contribuíram para a criação de tais campos.

A partir dos pressupostos teóricos do conjunto de metodologias adotado e da análise das trajetórias realizadas e daquelas não realizadas pelos pretendentes, na TF, foi possível traçar projeções que constituíram o leque de possibilidades para a construção de significados futuros para a continuidade da experiência de adotar legalmente dos participantes, sendo estas projeções incorporadas à TF. A localização dessas projeções foi feita no espaço reservado ao futuro.

Para a análise, foram utilizados os seguintes conceitos da psicologia cultural que retomamos agora: ruptura, ambivalência, mensagens redundantes, campos afetivos, signo hipergeneralizado, signo promotor, signo regulador, fronteira semiótica, mediação semiótica, orientação social, direção social, sugestões sociais.

3.5. *Considerações Éticas*

Este estudo, após aprovação na Banca de Qualificação em fevereiro de 2012, foi submetido eletronicamente ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFPE, através da Comissão Nacional de Ética em Pesquisas (CONEP), sob o CAAE nº 00830812.9.0000.5208. A autorização para coleta de dados foi aprovada através do **Parecer Consubstanciado do CEP nº 6508**, de 29 de março de 2012, e assinado pelo Relator Geraldo Bosco Lindoso Couto. A partir de então, o contato com os participantes foi iniciado e as demais etapas, previstas no plano metodológico e explicitadas no item 3.3, foram realizadas. Foi preservada a identidade dos participantes deste estudo através da troca de nomes e garantido o livre acesso às informações coletadas, além da suspensão da participação se assim fosse a vontade dos participantes.

Concluída a pesquisa, o Relatório Final foi enviado pela pesquisadora ao CEP/ CONEP através da Plataforma Brasil. Em 14 de fevereiro de 2013 a aprovação da presente pesquisa foi atesta sob o **Parecer Consubstanciado do CEP nº 196.753**. Cumprida esta etapa obrigatória pela pesquisadora, o Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva autorizou a defesa da dissertação que ocorreu em 23 de fevereiro de 2013, sendo a mesma aprovada sem correções.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

*“Assumimos (na ciência idiográfica) que o modelo é uma das formas possíveis de ver o fenômeno na linguagem da ciência.
(Salvatore & Valsiner, 2010)”*

4.1. *Histórias de vida: as experiências de casais que desejam adotar*

A chegada de uma criança em uma família é um evento esperado, culturalmente construído e regulado na história da humanidade. A via biológica dessa chegada é aceita como a norma cultural, tendo a medicina avançado em muitos aspectos para “reparar” o que a natureza por si só não deu conta, mas nem sempre a gravidez acontece. Aqueles que não conseguem gerar seus filhos pela via biológica, se veem diante de uma ruptura (ponto de bifurcação) no curso esperado do seu desenvolvimento humano.

Nosso estudo buscou conhecer as histórias de rupturas na trajetória de vida de dois casais pretendentes à adoção, para desvendar, através da investigação do processo cultural da construção de significados sobre adotar, *como* a cultura é integrada à vida psicológica deles e por que eles decidiram adotar legalmente.

4.1.1. *CASO 1 - Casal A (Lucas e Maria)*

Casados há 12 anos, Lucas e Maria, ambos com 36 anos, são de classe média, católicos praticantes e residem no agreste pernambucano. Ele trabalha em uma empresa prestadora de serviço e ela trabalha em uma empresa de grande porte do agreste. As três entrevistas foram realizadas na casa do casal, entre abril e maio de 2012 e somaram aproximadamente 100 minutos. Dois aspectos observados durante as entrevistas, que nos chamaram atenção, foram: a espontaneidade e o entusiasmo com que eles relataram o curso de suas vidas até a chegada ao ponto de equifinalidade: ter decidido adotar legalmente, sendo pretendentes à adoção no CNA.

Desde o namoro, Lucas e Maria planejaram o número de filhos que gostariam de

ter: “um filho biológico e uma criança adotada, ou dois biológicos e um adotado, ou dois adotados e um biológico.” Maria tem uma irmã adotiva 14 anos mais nova que ela e isso a fez ter uma relação quase maternal com sua irmã. Lucas cresceu ouvindo sua irmã mais velha dizer que adotaria uma criança, mas isso não chegou a acontecer por ela ter falecido antes. Após o nascimento da filha biológica, hoje com 9 anos, Lucas teve sérios problemas de saúde, sofreu algumas intervenções cirúrgicas e as chances de engravidar do casal, após investigação de fertilidade, foi declarada remota. Ao ser comprovado que Lucas *“tinha uma possibilidade remota de ter um filho biológico”*, o casal optou por não fazer nenhum tratamento de fertilidade e decidiu pela adoção: *“a partir daí, a gente já tinha na cabeça... essa ideia de adoção... já era uma coisa assim, vamos dizer, já pré-definida... na cabeça da gente.”* O processo de habilitação à adoção foi então iniciado: o casal levou os documentos exigidos ao fórum e diz que não teve problemas para realizar a inscrição em si, mas que teve *“problemas para entrar no cadastro”*. A habilitação saiu um ano depois da inscrição.

Desde que tornaram pública a decisão de adotar, eles têm recebido apoio de amigos, colegas de trabalho e das famílias de ambos, sendo que a mãe de Lucas, a princípio, era reticente. Lucas passou, após a formalização da decisão, isto é, da inscrição à adoção, por um processo de dúvida sobre estar ou não fazendo a coisa certa, que foi dissipada a partir da experiência de passar um final de semana com uma criança institucionalizada¹⁸:

“[...] Eu me fazia essa pergunta: ‘Meu Deus do céu, será que é isso que eu quero? [...] eu obtive uma resposta... a partir de um final de semana que a gente teve oportunidade de ficar com uma criança de um lar...”

Lucas e Maria frequentam regularmente uma instituição acolhedora (I.A.) e já construíram vínculo afetivo com duas crianças, em épocas distintas. A primeira criança, Joana, foi o bebê que passou um final de semana com eles, a pedido da diretora da I.A., e, embora eles soubessem que a criança não ficaria com eles (era um teste para genitora da

¹⁸ Contrariando as orientações legais previstas para o trabalho realizado por instituições acolhedoras, a diretora do abrigo que eles visitavam, decidiu fazer um teste com a genitora de uma das crianças abrigadas, um bebê de 7 meses. Segundo relatos do casal, a mãe biológica demonstrava carinho, mas tinha *“um problema psicológico. E... a diretora queria fazer um teste de quando a mãe chegasse lá, a mãe biológica, e não encontrasse ele, qual seria a reação dela. É... a intenção dela (a diretora) era preparar ela pro futuro, porque a criança iria para uma possível destituição.”* Diante da condição deles de habilitados e por eles terem construído um vínculo afetivo com este bebê durante visitas regulares que eles faziam à instituição, a diretora achou por bem convidá-los a participar deste teste e levar o bebê para passar o final de semana na casa deles. Eles aceitaram e destacam: *“Ela foi bem clara. Ela explicou que era para essa experiência”*.

criança), ficaram muito mais envolvidos com ela e emocionalmente abalados depois dessa experiência, já que devolver a criança à I.A. não foi nada fácil para eles. Foi traumático, ainda que tenha sido avaliado por eles também como uma experiência boa, que mudou a vida deles e de outros membros da família extensa, principalmente da mãe de Lucas, que demonstrava preconceito quanto à filiação adotiva, e isso o incomodava bastante. Maria surpreendeu-se com a mudança percebida na sogra após esse final de semana: *“...eu me surpreendi. Eu digo, “Meu Deus! Deus seja louvado!” Porque tudo que ela dizia era só da boca pra fora. Porque realmente ela se apegou à menina... e olhe que só ‘foi’ dois dias, né?”* Lucas acredita que esse evento foi a resposta de Deus às suas dúvidas sobre adotar ou não.

Para Lucas e Maria, a prática religiosa católica vivenciada por eles através de vários movimentos, tais como, Grupos de Jovens, Renovação Carismática Católica (RCC), Encontro de Casais com Cristo (ECC), Equipes de Nossa Senhora e pastorais, os *“faz caminhar”*: *“A estrutura que nós temos hoje de casamento, de matrimônio, ela é... solidificada nisso, nessa caminhada cristã que a gente tem... Então, assim, contribui muito nesses 12 anos de casados e 21 anos de convivência”*.

Embora amigos e parentes já tenham ofertado crianças ao casal, eles declaram que se mantêm firmes, principalmente o marido, quanto ao desejo de adotar por vias legais. Eles se dizem incomodados com a oferta de crianças quando estas são condicionadas a um ganho (pagar a ligadura de trompas, por exemplo) para a genitora. Lucas não aceita de forma alguma e Maria revela sua ambivalência: *“a emoção diz, Meus Deus, tá chegando a hora. Por outro lado, tem a questão também da razão. Peraí, não é dessa forma, não tô querendo comprar, nem receber nenhuma mercadoria.”* Lucas diz que entende o sentimento de Maria, porque é o lado maternal dela falando. E Maria concorda com Lucas sobre seus sentimentos maternais sempre a deixarem em dúvida diante da oferta de bebês para adoção à margem da lei, isto é, quando não indicada pela justiça. Durante sua trajetória de pretendentes à adoção, eles contrataram um advogado para impetrar uma ação judicial pleiteando a guarda de um bebê, enquanto a genitora ainda estava grávida. Ela queria doar o bebê porque o genitor da criança tinha ido embora. Depois do nascimento, o genitor reapareceu, eles reataram e desistiram de doar a criança à adoção. Lucas e Maria afirmaram que se a genitora não tivesse desistido da doação do bebê, e mesmo tendo sido alertados pelo advogado que era crime requerer a guarda de um bebê ainda na barriga da mãe, eles acham que não teriam desistido da criança. Acreditam que teriam lutado até o

fim para adotá-la.

Depois dessas experiências frustradas de adoção – desistência da doação do bebê à adoção e pedido de guarda da menor que passara o final de semana com eles ter sido deferido a outras pessoas –, eles criaram vínculo afetivo com outra criança institucionalizada, que tem o mesmo nome da primeira, Joana, e a visitam semanalmente, nos finais de semana – já que a visita durante a semana, feita por pretendentes, foi proibida pelo Ministério Público, numa tentativa de coibir a construção desses vínculos afetivos entre pretendentes e crianças institucionalizadas e, posteriormente, pedidos de guarda. Hoje eles continuam habilitados, aguardando a chegada de uma criança através do Cadastro Nacional da adoção (trâmite legal), ao mesmo tempo em que esperam a decisão da justiça quanto à guarda requerida da segunda Joana.

4.1.1.1. A Trajetória (TEM) e a construção de significados sobre a decisão de adotar legalmente de Lucas e Maria

De acordo com o Modelo de Trajetória de Equifinalidade (TEM), o mapeamento das experiências de vida do sujeito organiza, no tempo irreversível, os pontos de passagem (eventos do curso da vida) que eles percorreram até chegar ao ponto de equifinalidade do estudo (ter decidido adotar legalmente, sendo pretendente à adoção no CNA), que é definido pelo pesquisador ou pesquisadora. O TEM ainda orienta que para chegar ao ponto de equifinalidade, o(s) sujeito(s) irão definir o ponto inicial de sua trajetória histórica, a partir de um questionamento do pesquisador, referente à experiência sociocultural sob investigação.

Consoante com o que acima elucidamos, a Trajetória Final do caso 1, Lucas e Maria (Figura 5), é iniciada com o namoro – ponto inicial indicado pelo casal. Isto porque a questão deflagradora da 1ª entrevista pedia que eles falassem sobre quando eles primeiro pensaram em adotar e, segundo o casal, desde essa fase que eles já cogitavam a possibilidade de adotar. O casamento acontece e, depois desse evento, a trajetória deles revela-nos eventos sucessórios classificados como Pontos de Passagens Obrigatórias (OPPs), isto é, fases ou eventos que eles experienciaram inevitavelmente.

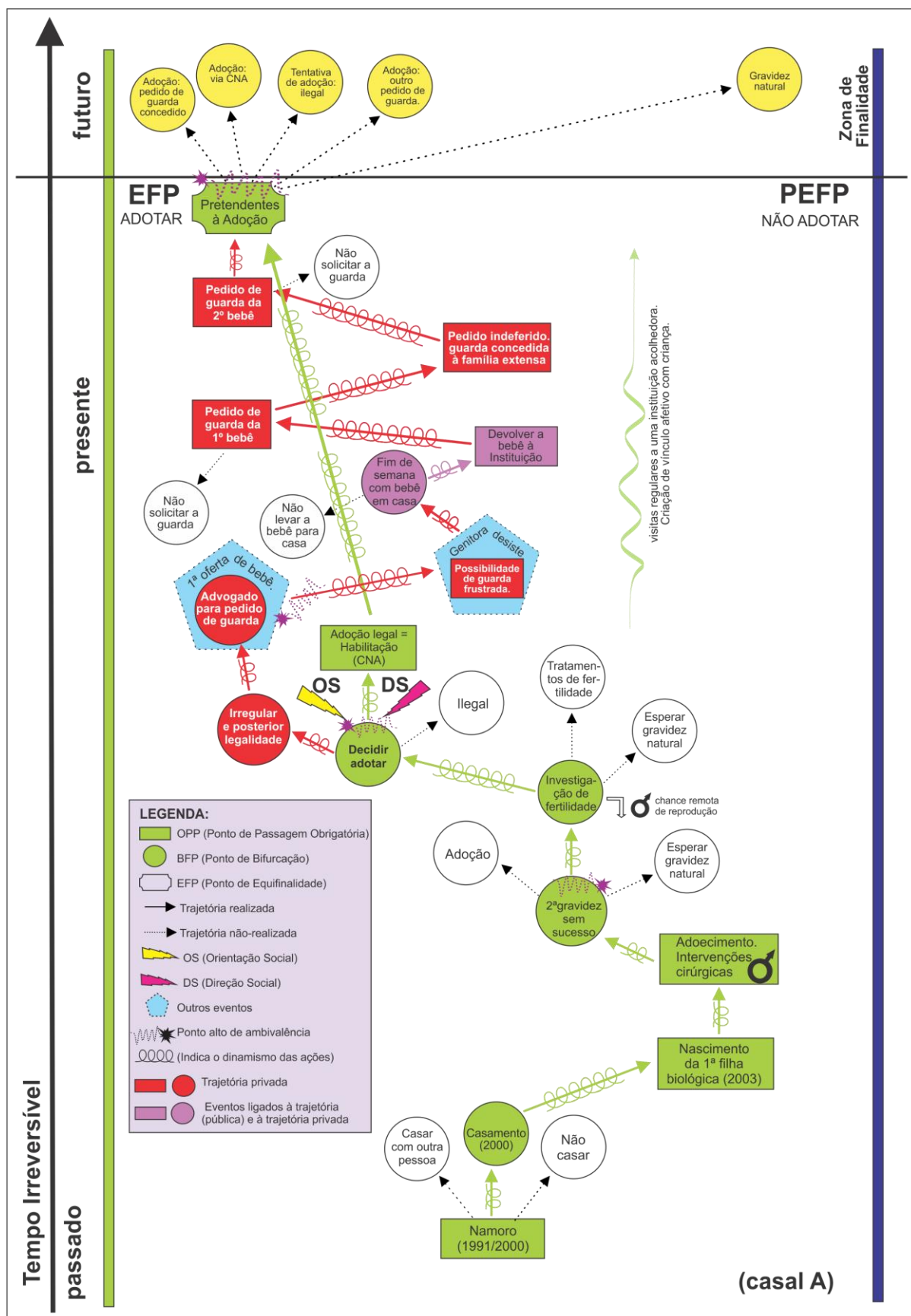


Figura 5. Trajetória Final (TEM) do Casal A (Lucas e Maria): a trajetória da experiência de pretendentes à adoção em decidir adotar legalmente.

O 1º OPP refere-se ao nascimento da 1ª filha do casal. O 2º foi o adoecimento de Lucas.

A experiência seguinte descrita como a tentativa de engravidar pela 2ª vez, mas sem sucesso, representou para o casal uma ruptura no curso de sua vida familiar, principalmente. E, por sua vez, a ruptura “*é um chamado a novas ideias, soluções novas, ou jeitos novos de agir ou pensar*” (Zittoun, 2009, p.409). Lucas e Maria, então, diante desse ponto de bifurcação precisavam considerar as opções que se apresentavam a eles, e precisavam tomar uma decisão para continuar construindo o projeto do casal de ter mais filhos. Eles poderiam continuar esperando para engravidar naturalmente, poderiam optar por uma adoção, ou ainda poderiam fazer uma investigação de fertilidade para posteriormente realizar algum tratamento. Eles optaram pela investigação de fertilidade, mas não por tratamentos posteriores, como explicam abaixo:

“L.: Desde o início que a gente decidiu que gostaria de ter uma criança adotiva ou mais de uma. A gente só não sabia, assim, o momento certo. A gente casou, os dois primeiros anos a gente passou sem filho... era tudo novo, e aí veio a 1ª gravidez e , e eu imaginava que eu ia ter em seguida outra gravidez. Eu, eu imaginava que o terceiro filho seria adotivo. Na minha cabeça seria assim...”

“L.: Ela(a filha) ia fazer um ano, quando aconteceu esse problema de saúde comigo. Aí, assim, isso aflorou mais, tá entendendo, esse pensamento de adoção. Já era uma coisa já...pensada [...] Depois da cirurgia ficou aquela dúvida: será que eu tive alguma complicação? Será?... aí foi quando a gente foi procurar ver se tinha algum problema[...].”

“M.: Foi a partir daí, assim... o ponto inicial, de dizer, pronto, esse é o momento (para adotar).”

Após a confirmação de que a doença de Lucas tinha deixado o casal com chance remota de reprodução, eles compreendem que isto fora um sinal de Deus para indicar-lhes o momento certo de adotar. Podemos perceber, a partir dos relatos do casal, que em sua trajetória de vida, o casal se autorregula através de um signo hipergeneralizado: Deus. Para Lucas e Maria, Deus é a divindade que orienta suas vidas mesmo antes de eles se conhecerem. Através de mensagens redundantes, rituais, ou significados partilhados na cultura-coletiva, em circunstâncias diversas (1ª Eucaristia, Grupos de jovens; Renovação Carismática Católica (RCC); Equipes de Nossa Senhora; Encontro de casais com Cristo (ECC); participação ativa nas atividades da Igreja católica), eles criaram sentimentos generalizados sobre Deus. E assim, no processo de generalização abstrata, isto é, na internalização de um signo na forma de sentimento (Valsiner, 2007), o signo-Deus (hipergeneralizado) tornou-se um signo promotor, canalizando ações futuras (Valsiner,

2004) na Trajetória de Lucas e Maria. A função promotora do signo opera como orientações pessoais baseadas em valores (Valsiner, 2007), orientando a gama de variabilidade na construção de significados possíveis no futuro, não os significados em si. Claro que os significados estarão entre as possibilidades de construção futura, mas o que o signo promotor faz é orientar o leque de possibilidades para que, assim, a pessoa seja capaz de se adaptar ao futuro incerto, no presente, sem esquecer que essa construção de significado única e pessoal é marcada por um sistema de regulação semiótica que nos move do passado ao futuro.

Observemos o que diz Lucas e que demonstra a atuação do signo hipergeneralizado Deus na sua vida de casal:

“L.: Graças a Ele (Deus), Ele nos permitiu o dom de ter a primeira filha biológica. Então, como essa vontade já... foi bem antes dela nascer, assim... a partir de que ela nasceu, que a gente percebeu esse pequeno problema, então, eu assim, eu disse assim: ‘não, isso já é a coisa predestinada por Deus.’ Então já ter essa ideia amadurecida na cabeça, antes dela(a filha biológica) nascer, nos deu a graça de ter ela, e posteriormente esse problema. Então assim, entre insistir num tratamento e decidir para adotar...aflorou mais o pensamento da adoção.”

Decidir pela adoção, colocou Lucas e Maria em mais um ponto de bifurcação. Eles agora precisavam saber, entre outras coisas, a forma que iriam adotar: a) legalmente – atender às exigências da justiça, seguindo os trâmites legais vigentes; b) ilegalmente – adotar à margem da lei, provavelmente registrando filho alheio como seu, ou c) ilegalmente com posterior legalização – conseguir uma criança fora do CNA sem nenhuma interferência da justiça e depois tentar legalizar essa adoção. Quando perguntamos a que eles atribuíam a decisão de optar pela adoção legal, eles justificaram dizendo:

“L.: Basicamente às informações que a gente escuta, ouve, assiste...”

“M.: É tanta coisa ilegal que a gente vê e convive que a gente decidiu optar, mesmo por demorar um pouco mais... mas a gente ia ter uma segurança até pra criança, também... pra nós. E principalmente pra criança, uma vez que fosse totalmente legalizada, a gente ia saber que, assim, a gente não ia ter problema de ninguém tá na nossa porta querendo tomar... chantagear, seja lá o que for.”

“L.: O que nos ajudou muito foi aquele curso que teve lá... o de pretendentes. Os depoimentos que a gente escutou, os testemunhos, aquela senhora de Garanhuns mesmo, tá entendendo [...] foi que a gente: não, o caminho é esse, vai ser um pouco dificultoso, vai ser mais trabalhoso, mas é a coisa correta a fazer.”

Nos excertos acima, é possível perceber a externalização de sentimentos hipergeneralizados sobre adotar legalmente para Lucas e Maria: repúdio à ilegalidade constante; o desejo de fazer o que é certo; e a certeza quanto à irrevogabilidade do ato de

adotar. Podemos dizer que a hipergeneralização de sentimentos identificada nesse caso revela tanto a complexidade do processo psicológico de construir significados – caracterizada pela relação interdependente entre os seres humanos e a cultura – como a função promotora que os signos hipergeneralizados exerceram no referido processo, neste caso especificamente, quando estabeleceram para Lucas e Maria as possibilidades de construção de significados sobre adotar legalmente. Nessa dinâmica, é possível observar a atuação da Direção Social, representada pela legislação vigente (instituição jurídica) sobre adotar, que os afasta da possibilidade de adotar uma criança fora do CNA, mesmo havendo ofertas concretas nesse sentido.

Tudo que eles apresentam como argumentos para adotar de forma legal revela-nos como o princípio de controle redundante opera no sistema de regulação semiótica quando refletimos (sobre adoção), tomamos decisões (vou adotar e de forma legal) ou agimos (“vou me inscrever no CNA”). Essas mensagens, que circulam na sociedade nas mais diferentes formas (filmes, novelas, livros, histórias infantis, mitos, propagandas, redes sociais, rituais, propostas educativas - formais ou informais – etc.) distribuem coletivamente significados sobre adoção.

Vejamos o quadro 1, abaixo, que elenca as mensagens redundantes pró-adoção (e adoção legal) identificadas ao longo dos relatos das três entrevistas realizadas com o casal A, Lucas e Maria:

<i>Mensagens Redundantes</i>
• A irmã de Lucas falava muito sobre seu desejo de adotar; • Lucas tem colegas de trabalho com histórias de adoção (uma adoção legalizada e outra ilegal); • Maria tem uma irmã adotiva 14 anos mais nova (relação maternal); • Maria e a filha participaram de um evento sobre adoção promovido por um grupo de apoio à adoção; • Maria e a filha participaram de um evento sobre adoção promovido pela escola da filha. • Uma novela – Laços de Família (2000-2001, Rede Globo), mostrava a adoção de uma criança com síndrome de <i>down</i>. • Depoimentos de famílias adotivas;

- Participação em curso de pretendentes à adoção;
- Sentimento de fazer o que é certo;
- A mãe de Maria acolhe uma criança recém-nascida (típica adoção à “brasileira”) e a genitora pegou o bebê de volta 8 dias depois (sentimento negativo quanto à forma da adoção) porque se arrependeu.

Quadro 1. Mensagens redundantes de experiências sobre adoção que constituem um controle redundante para a decisão de adotar legalmente para o casal A.

Podemos sugerir que eles foram regulados semioticamente pelo Princípio do Controle Redundante (Valsiner, 2004, 2007) nessas tomadas de decisões acima relatadas (adotar agora – tempo certo de adotar e adotar legalmente), ou seja, as mensagens redundantes acima descritas (relacionadas positivamente à adoção legal) e os sentimentos hipergeneralizados trabalharam na regulação do casal, afastando-os do desejo de pegar uma criança ilegalmente e levando-os ao Ponto de Equifinalidade deste estudo: ser pretendente à adoção, isto é, ter optado pela adoção legal.

Depois de decidirem pela adoção legal, Lucas e Maria vivenciaram um ponto de passagem obrigatória: a inscrição para o CNA na Vara da Infância e Juventude de sua cidade. Ainda como desdobramento deste ponto de passagem obrigatória vivenciaram as etapas necessárias¹⁹ à habilitação de pretendentes à adoção e finalmente passaram a fazer parte do CNA. Hoje, na condição de pretendentes à adoção, aguardam a chegada do filho adotivo.

O fato de estarem devidamente habilitados à adoção desencadeou na trajetória de vida deles a experiência de eventos que se distanciam da condição de pretendente à adoção pelas vias legais. Na Trajetória deles, o mapeamento dessas experiências foi chamado, em um único rótulo, de Trajetória Privada – termo proposto por nós, que conceituaremos e analisaremos no próximo item.

4.1.1.2. A Trajetória Privada de Lucas e Maria

¹⁹ Para saber sobre os procedimentos da habilitação dos pretendentes à adoção e o CNA consulte a Lei 12.010/2009, artigos 197-A a 197-E, e <http://www.cnj.jus.br>, respectivamente.

Durante a 1ª entrevista, o casal relata sua trajetória construída desde o namoro (ponto inicial que eles elegeram a partir do momento que disseram que foi nesse período que planejaram a adoção de crianças), até chegar ao *EFP* deste estudo: ser pretendente à adoção. Em síntese, eles se veem como um casal que já planejara a adoção e que, por isto, não precisariam fazer tratamento de fertilidade. Fizeram a investigação apenas para saber se era o momento certo para adotar. E que “*é tanta coisa ilegal*” que eles decidiram optar pela adoção legal, “*mesmo demorando um pouco mais*”, mas assim, eles teriam “*uma segurança*”, não teriam “*problema de ninguém estar na porta querendo tomar (a criança)... chantagear*”.

Mas a partir da pós-fase da 2ª entrevista, percebemos que era possível traçar uma outra trajetória para esse casal, que decidimos chamar de Trajetória Privada. Podemos defini-la como a trajetória construída, mas nem sempre plenamente explícita para os participantes. Os eventos não são narrados espontaneamente nem percebidos pelo casal como sendo parte integrante de trajetória de vida deles, mas revelados a partir das perguntas elaboradas para a 3ª entrevista semiestruturada, baseada nos achados da 2ª entrevista. Isto não quer dizer que ela seja uma trajetória secreta, omitida. Foi possível perceber e traçar essa trajetória, a partir da análise das duas trajetórias experimentais traçadas, quando identificávamos elementos semióticos que revelassem a ambivalência (Zittoun, 2011) que perpassa qualquer processo de construção de significados.

De forma expressa, eles defendem a adoção legal, dizem saber que é um processo que demora um pouco mais, que representa uma segurança tanto para eles quanto para a criança. Lucas alega que um amigo adotou de forma ilegal e que sempre apresentava “*uma preocupação muito grande*”, que havia “*uma sombra*” na vida dessa família, que era a ilegalidade. Maria, aos 7 anos, viveu de perto o drama da mãe que em 8 dias adotou e viu a genitora se arrepender da doação e pegar o bebê de volta. Estas experiências trouxeram para eles a necessidade de adotar legalmente. Entretanto, para Lucas e Maria, adotar legalmente significa: ter um processo aberto com um pedido de guarda, não sendo necessário que a criança seja indicada a eles por uma Vara da Infância e Juventude (justiça) – única instituição, segundo as leis brasileiras, autorizada a realizar adoções. O significado que eles construíram sobre o ato de adotar pode ser percebido a partir dos excertos abaixo:

“L.: [...] minha irmã me ligou uma vez: ‘Tem aqui, em Olinda, tem um casal de gêmeos, a coisa mais linda! Se tu vê...’ (ele interrompe a irmã) Não, não. Não é dessa forma, não. ‘Mas...’ (a irmã tentando argumentar, é interrompida novamente por ele) Não, não, não.

M.: Se não tiver legalizado, pra gente...

L.: A gente nem habilitado tava ainda no cadastro... então eu não vou nem tentar.

M.: É, a gente ainda tava aguardando...

L.: Eu sempre faço questão de cortar, tá entendendo, já pra não criar expectativa, nem anseio, tá entendendo.

M.: A gente tava ainda aguardando o resultado da inscrição que a gente fez ..ainda não tinha saído o cadastro.”

Embora o entendimento atual da adoção seja buscar famílias para as crianças e adolescentes institucionalizados e assim garantir-lhes o direito à convivência familiar (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007), percebemos que uma prática cultural que por muito tempo orientou as adoções no Brasil – procurar crianças para casais que não pudessem gerar seus próprios filhos – ecoa ainda hoje entre os pretendentes e a sociedade. Muitos ainda são os intermediadores ilegais de adoções, como recentemente noticiado amplamente na mídia nacional sobre um caso no interior da Bahia e como abordado na trama de uma novela exibida, em horário nobre, no principal canal televisivo do país.

Uma vez habilitado, o pretendente à adoção integrará o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) (Lei nº 12.010/2009). O próximo passo é esperar a chegada do filho. Considerando as noções de regulação semiótica já discutidas anteriormente, a espera do filho adotivo para o pretendente à adoção que esteja no CNA é apenas uma das possibilidades de adoção, embora, aparentemente, deveria esta ser a única. “Pegar” uma criança que lhe é oferecida (sem ganhos financeiros) e depois de alguns anos de convivência tentar adotá-la é outra possibilidade sempre considerada por quem quer adotar. Conhecer uma criança em alguma instituição de acolhimento, apaixonar-se por ela e “lutar” para adotá-la é outra possibilidade. Comprar um filho – tráfico de pessoas – é também outra possibilidade cogitada.

Para nosso estudo, as leis que orientam os trâmites legais da adoção podem ser consideradas, na abordagem da Psicologia Cultural Semiótica, além de direções sociais, como fronteiras semióticas, cujo objetivo é regular normas, condutas ou valores para a manutenção da cultura (neste caso específico, uma norma). Entretanto, cada fronteira criada, além de ter essa possibilidade de manutenção da cultura, carrega nela mesmo seu oposto, isto é, seu cruzamento semiótico, exemplificado neste caso pelas outras possibilidades colocadas ao pretendente e descritas acima. Claro que cada uma dessas possibilidades levantadas serviu apenas para ilustrar o cruzamento de fronteiras semióticas

do processo de regulação semiótica.

Percebemos que Lucas e Maria criaram para si uma regra (fronteira semiótica): crianças ofertadas por amigos e parentes, principalmente antes de eles estarem habilitados, não seriam consideradas por eles para adoção. Esta fronteira semiótica, criada por eles, passa então a funcionar como um signo promotor no desenvolvimento de suas trajetórias de vida.

Como descrito na Trajetória Privada, Lucas e Maria, desejando ansiosamente adotar, criam vínculos afetivos e entram com pedido de guarda de crianças institucionalizadas que não estão ainda disponíveis para adoção (ou seja, seus genitores ainda têm o poder familiar sobre elas, embora temporariamente este poder seja exercido pelo estado).

Eles se colocam para as pessoas e para sociedade como pretendentes à adoção, cadastrados no CNA e o fazem com o sentimento de fazer o que é certo. Mas a partir da análise da Trajetória Privada do casal, percebemos que na construção de significados sobre ser pretendente e adotar, a tensão que gera ambivalência é exercida pelo confronto entre orientações sociais (OS) (buscar uma criança para adotar; receber indicação de pessoas sobre a existência de bebês para adoção) e direções sociais (DS) (habilitar-se à adoção e integrar o CNA; aguardar a indicação da criança pela justiça) presentes na regulação semiótica que caracteriza o processo cultural de construção de significados.

Essas orientações sociais, a partir das noções orientadoras do TEM, impulsionam as pessoas para chegarem ao *EFP*. Atuando de maneira oposta estão as direções sociais que bloqueiam a chegada ao *EFP*. Nessa tensão entre OS e DS emerge, através do processo de internalização e externalização da cultura (Valsiner, 2004, 2007), a síntese pessoal do sujeito. Dito de outra forma, o casal tem o desejo de adotar e, na vivência dessa experiência, é guiado e regulado, de um lado, por OS diversas (conseguir uma criança para adotar) vindas de diferentes fontes (mensagens), por outro lado e em ambivalência (pólo oposto), por DS (especificamente neste caso, leis e normas da adoção), tudo isso numa fronteira semiótica criada em cada *BFP*.

Seguindo no curso da Trajetória desenhada, destacamos agora o início da Trajetória Privada. Quando Lucas e Maria se descobriram habilitados à adoção, passaram a considerar a possibilidade de adotar crianças não indicadas pela justiça, sendo estas indicadas por outras pessoas ou descobertas por eles próprios. Isto porque o significado construído por eles sobre adotar (ter um processo aberto com um pedido de guarda, não

sendo necessário que a criança seja indicada a eles por uma Vara da Infância e Juventude), mediava tais externalizações (pensamentos e ações).

A primeira indicação chegou através de uma pessoa conhecida de Maria. Era um bebê cuja genitora ainda estava grávida²⁰. De acordo com os relatos, eles se preocuparam em dizer à genitora que queriam fazer a adoção através da justiça, como podemos ler abaixo:

“L.: A gente deixou bem claro, pra ela, tá entendendo? Que queria, mas queria que fosse tudo regulamentado. E que pra isso a gente ia procurar um advogado. E ele ia nos instruir sobre o que fazer, e posterior a isso, ela seria envolvida. A gente quer... a gente frisou: olhe, uma vez tomada essa decisão, quando for para outra etapa... vai se envolver justiça... é bom que você tenha isso... bem definido na sua cabeça. [...] A gente frisou muito: isso não é uma mercadoria que você dá... você pode se arrepender, que é um filho... gerado por você. E mãe... tem dessas coisas. Então você tem que ter muita consciência do que você tá fazendo”. E a genitora: “Não, se eu não der a vocês, vou dar a qualquer outra pessoa.”

Podemos inferir, a partir das externalizações acima, que eles agiram dessa forma a partir do significado pessoal que construíram sobre o ato de adotar, cuja construção foi marcada por uma forte ambivalência, tanto pela natureza do próprio processo de construção de significados quanto pela ambivalência vivenciada atualmente no âmbito institucional jurídico, ou seja, o que estamos afirmando é que o próprio instituto da adoção, no Brasil, encontra-se num período de ruptura-transição (Ver Estudos Futuros, item 5.3).

De volta ao relato da oferta do bebê, o companheiro da genitora retorna ao lar e o motivo que a fizera querer doar o filho – o abandono do marido – desaparece e não havia mais motivos para a doação do bebê à adoção acontecer. Ela desiste. Lucas e Maria se conformam e mais uma vez aguardam a justiça realizar o desejo deles, estando agora experienciando um *OPP* em sua trajetória.

O evento seguinte, mapeado na trajetória deles está ligado tanto à trajetória pública quanto à privada, embora que indiretamente a esta. Foi quando eles passaram o final de semana com Joana em casa. Esse evento está ligado à Trajetória pública porque eles relataram o fato espontaneamente como fazendo parte da trajetória deles (foi a resposta de Deus às dúvidas de Lucas sobre adotar ou não; e foi uma experiência boa para mãe de Lucas que quebrou preconceitos e aceitou a adoção), ao mesmo tempo está ligado indiretamente à Trajetória Privada pela decisão deles de entrarem com o pedido de guarda, baseado, como explicado anteriormente, no significado pessoal e único construído por eles.

²⁰

No Brasil, essa prática é criminosa.

Consideramos importante para compreensão do processo de decisão que marca esta trajetória em particular, a noção de campos afetivos semióticos, que regula a experiência humana (Valsiner, 2007), e que pode operar como signo promotor. Essa noção nos ajudará a compreender ainda a dinâmica da ressignificação da mãe de Lucas sobre adoção e da dissipação da dúvida dele quanto à adoção. Vejamos o que eles relataram sobre a experiência de ficar com Joana um final de semana em casa:

“L.: [...] E como eu lhe disse, no decorrer do sábado a gente foi se envolvendo, eu fui tendo oportunidade, às vezes, pela ocupação de Maria, nos afazeres de casa... eu comecei a pegar no colo (falando com entusiasmo)... e abraçava, e dava cheiro... e isso foi gerando um sentimento dentro de mim, e... eu já tava pensando na possibilidade de, no domingo, ter que devolver... E na minha cabeça já tava inconformado, porque ia chegar o domingo, ia ter que devolver...”

“L.: [...] como eu falei, ela é que era mais ... é... vamos dizer assim, decidida, mais presente. E, assim, houve esse despertar em mim, e... de certa forma eu... eu era, eu era muito impulsionado pela vontade dela. [...] Ao chegar a criança em casa... aí é aquilo que eu lhe disse. É algo que acontece que eu não sei explicar com palavras [...] Na 1ª noite eu fiquei meio distante... meio arredio, feito um animal.... [risos] acuado! Mas, no dia seguinte, eu comecei a pegar ela, ver trocando a fralda, a... ver alimentando, isso tudo aí foi aflorando, foi despertando esse sentimento de pai mesmo”

M.: “A mãe dele se apegou a essa menina, que eu vou dizer! (enfaticamente) No dia que eu disse, “Tô indo”, que tinha até um aniversário da sobrinha dele (Lucas) lá, que eu disse: “Pessoal, eu tô indo, que eu tenho que tá lá antes de 7 horas”. Parecia que tinha um velório [...] Foi um chororô dentro da casa.... dentro do aniversário... todo mundo começou a chorar, inclusive a mãe dele”

O fato de a criança, durante esse final de semana, ter sido inserida na rotina da família, fez com que Lucas e Maria criassem um campo afetivo, a partir da vivência das mais corriqueiras situações familiares (alimentar, trocar fralda, cheirar, abraçar, pegar no colo, brincar etc.) que envolvem pais e filhos. Eles participaram também de um ritual familiar – o aniversário da sobrinha de Lucas, que somado às atividades familiares corriqueiras descritas acima, representaram o lugar de circulação de mensagens redundantes sobre “ser pai, ser mãe, ser avó” e “como é bom adotar”. Esse campo afetivo criado, segundo Valsiner (2007), pode ser um signo hipergeneralizado (p.315) da experiência, que neste caso funcionou como signo promotor tanto para Lucas quanto para a mãe dele.

Eles devolveram a criança (OPP), mas o afeto gerado, que funcionou como signo promotor e orientou uma ação futura (pedido de guarda), os fez cruzar uma fronteira semiótica criada pela instituição acolhedora (era apenas uma experiência para a genitora da criança institucionalizada - não era nem estágio de convivência nem apadrinhamento

afetivo²¹) e decidiram por requerer a guarda da menor. O pedido de guarda representa para Lucas e Maria uma possibilidade incerta (= adotar a criança com a qual criamos um vínculo afetivo), embora antecipada do futuro, e estabelece o cruzamento da fronteira semiótica. Como já esclarecemos anteriormente, quando uma fronteira é criada, concomitantemente possibilidades opostas àquela regulação também são criadas. O pedido de guarda, para eles, foi indeferido. A justiça deferiu a guarda para uma pessoa da família extensa da criança. Mais uma vez eles se viram diante de um *OPP*.

Lucas e Maria, depois de mais essa experiência frustrada, criaram vínculo afetivo com outra criança, na mesma instituição de acolhimento, e entram com um novo pedido de guarda para esta criança, que também se chama Joana.

“M.: ... quando eu já ia visitar Joana 1, eu já tinha observado ela, só que assim, despertou o sentimento de.... aquela coisa, mais uma criança... eu gostaria de tê-la também, mas eu vou lutar pela guarda da minha Joana, que eu dizia assim, “minha Joana”. Mas como ela foi pra essa família, eu cheguei assim pra Lucas, “Lucas, tem uma Joana lá no abrigo. Eu tava tentando procurar aqui na região, mas vamos tentar logo ela. Vamos ver o caso dela.”

Mais uma vez, o casal entrou com um pedido de guarda da menor, numa tentativa de realizar a adoção. À época da última entrevista, eles continuavam visitando Joana semanalmente na instituição acolhedora e aguardavam tanto a decisão da justiça quanto ao referido pleito, quanto aguardavam que surgisse uma criança pelo CNA.

Com a Trajetória de Lucas e Maria (Caso 1), descrevemos a experiência sociocultural deles de escolher adotar legalmente, além de investigar a construção semiótica dos significados dessa experiência. Destacamos, nesta análise, que a construção de significados e os caminhos que eles tomaram foram determinados pelos signos hipergeneralizados, que parecem ser elementos semióticos centrais na construção de significados para a decisão de adotar legalmente. Os sentimentos construídos como signos hipergeneralizados “fazer o que é certo” e “Deus orienta minha vida” serviram como signos promotores daquela decisão. A trajetória pública revelou um movimento do ponto inicial ao ponto de equifinalidade sempre guiado por tais signos. Concomitantemente à trajetória pública, o casal construiu uma trajetória privada, revelando a ambivalência constitutiva do processo de construção semiótica de qualquer significado para uma decisão. Essa ambivalência entre a trajetória pública e a privada aponta que a tensão é estabelecida

²¹ O **estágio de convivência** é o período de tempo no qual o magistrado expede um termo de guarda antes de deferir a adoção, com base nos artigos 46 e 167 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Mais informações, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm

entre dois pólos opostos: a) o desejo de adotar mediado e regulado por práticas socioculturais vivenciadas por décadas – funcionando como signos promotores e presentes nas sugestões sociais partilhadas nas mensagens redundantes e b) as normas atuais estabelecidas para a adoção no país. Podemos exemplificar com estes dois pólos opostos a atuação de forças (OS) que impulsionam os pretendentes ao ponto de equifinalidade e forças (DS) que bloqueiam, ou tentam bloquear esse caminho.

A existência de uma trajetória privada na experiência de decidir adotar e ser pretendente à adoção no CNA, para este casal, sugere que, embora eles sejam defensores da legalidade quanto ao processo brasileiro de adotar, eles, a partir do significado pessoal construído sobre adotar legalmente – “ter um processo aberto com um pedido de guarda de uma criança” –, encontraram uma forma de cruzar a fronteira semiótica representada pela lei da adoção que diz que eles devem aguardar a indicação da criança pela justiça. Neste caso, esse cruzamento não é feito para adotar uma criança específica, mas para adotar qualquer criança, pois o signo promotor da trajetória deste casal é principalmente o signo hipergeneralizado-Deus que os “revelou” ser a hora certa de adotar. Por isso, cada vez que o pedido de adoção impetrado foi negado ou a tal intenção tenha sido frustrada por alguém (a desistência da genitora em doar), como ocorreu, os faz continuar a busca por crianças para adotar, uma atrás da outra.

4.1.1.3. Um olhar prospectivo da Trajetória de Lucas e Maria

A análise da Trajetória de Lucas e Maria, até aqui, tratou de descrever como eles atingiram, em suas trajetórias de vida, o *EFP* definido pela pesquisadora – ter decidido adotar, sendo pretendentes à adoção. Mas o TEM nos permite olhar para “trajetórias potenciais e/ ou não-realizadas de ambos o passado e o futuro possível” (Sato et al, 2009, p. 226) nas histórias de vida dos pretendentes à adoção, como discutido no capítulo 2. Abaixo, a figura 6 (abaixo) mostra a Zona de Finalidade da Trajetória de Lucas e Maria que projetamos. Está localizada no mapeamento da trajetória, após o EFP, no espaço da linha do tempo irreversível destinado ao futuro.

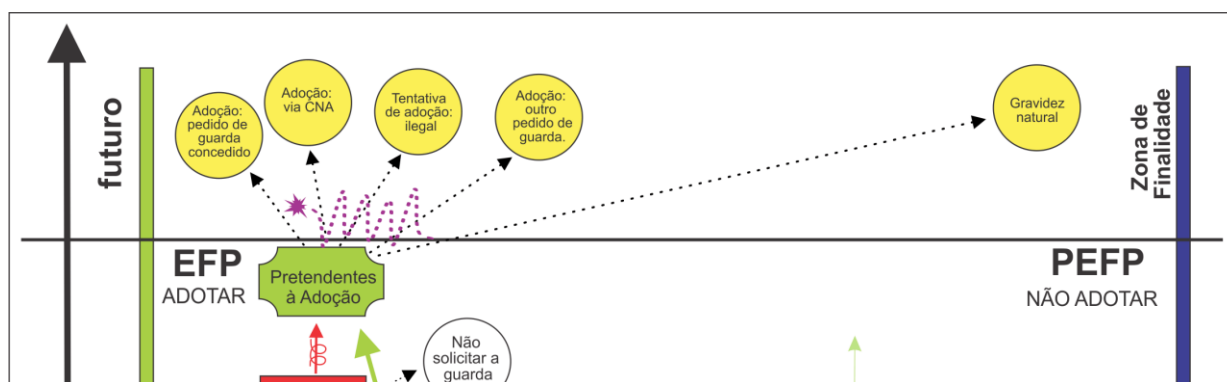


Figura 6. Zona de Finalidade projetada para a trajetória final do casal A.

Para o TEM o olhar prospectivo da trajetória deve ser baseado nas concepções de construção, no presente, do futuro (antecipado, embora incerto) que orientam outras concepções, tais como, mediação semiótica, ambivalência, construção de significados e tempo irreversível. Todas essas concepções na abordagem da Psicologia Cultural Semiótica. Portanto, podemos afirmar que a construção (projeção) da zona de finalidade no nosso estudo – com o uso do TEM – *não* é feita aleatoriamente e/ou baseada em um escopo em que todos os sujeitos que vivenciassem a mesma experiência seriam enquadrados. Ao contrário, o objetivo não é enquadrar todos os sujeitos na mesma gama de possibilidades, mas traçar uma zona de possibilidades que corresponda à finalidade (meta, sonho etc.) do sujeito sob investigação, baseada na análise também das trajetórias não realizadas, mostrando a diversidade de trajetórias e, conseqüentemente, a unicidade desse sujeito. Isto porque o ponto de equifinalidade definido pelo pesquisador é um ponto comum na história da experiência vivida para todos os sujeitos (para nossa concepção de pesquisa) do estudo, mas eles experienciam suas vidas de forma diferente.

Ao projetar a zona de finalidade do casal Lucas e Maria, foi possível elencarmos cinco possibilidades de movimento do casal para o futuro. A partir das construções de significados já feitas no passado e da dinâmica desse processo semiótico, essas possibilidades projetadas representam um futuro possível, mas incerto, que medeia as ações no presente. Esta noção é válida quando entendemos que nossas ações no presente são orientadas para metas futuras. As possibilidades são:

- ➡ A adoção seria realizada a partir da decisão favorável da justiça ao pedido de guarda em favor da menor Joana;
- ➡ A adoção seria concretizada a partir do CNA. Significaria que a justiça, na busca por

famílias para crianças institucionalizadas e aptas à adoção, iria localizá-los a partir do cruzamento do perfil de uma criança disponível, com o perfil apontado por eles no cadastro;

- ➡ Acolheriam uma criança que lhes seria entregue fora do CNA, por terceiros, mesmo sabendo que essa prática é ilegal e que dificilmente obteriam êxito diante do novo cenário nacional da adoção;
- ➡ Ter o pedido de guarda de Joana indeferido, criar vínculo afetivo com outra criança nas visitas à instituição acolhedora que eles têm acesso e entrar com novo pedido de guarda;
- ➡ Maria ficaria grávida, mas mesmo assim eles continuariam no CNA.

Como podemos ver, a Zona de Finalidade que projetamos baseia-se na mesma forma da estrutura semiótica que orienta o surgimento da gama de possibilidades que se apresenta a cada ponto de bifurcação no curso de vida do casal. É marcada por ambivalência, mediada por signos e regulada socialmente.

4.1.2. CASO 2 - Casal B (João e Raquel)

João e Raquel são casados há 06 anos e não têm filhos. Ambos têm 30 anos, são autônomos e possuem estabilidade financeira. As três entrevistas foram realizadas na casa do casal, no agreste pernambucano, entre abril e junho de 2012, totalizando aproximadamente 80 minutos. Eles estão bem ansiosos para adotar e, antes mesmo de tomarem essa decisão, já realizavam visitas regulares a uma I.A. municipal, mas sem esse objetivo. Acompanhavam uma irmã de Raquel que já era mãe adotiva e também pretendente à adoção.

Após três anos de casados, Raquel com um diagnóstico de síndrome dos ovários policísticos (SOMP), e após tratamento medicamentoso, conseguiu engravidar. Com aproximadamente dois meses de gestação sofreu seu 1º aborto espontâneo. Ela ficou muito abalada e nesse período começou, então, a conversar com o esposo sobre a possibilidade da adoção para serem pais. Ela relata que para ela a adoção é uma coisa natural, pois o pai dela, quando estava vivo, sempre quisera adotar, mas não conseguiu. E uma irmã dela tem um filho adotivo que é “*o amor da vida deles*”. Nessas conversas sobre adoção, Raquel perguntava a João se ele queria adotar e ele sempre respondia que sim. Mas Raquel diz que

“tinha muito medo”, porque *“a gente às vezes tem um pensamento, mas não ‘sabemos’ o pensamento do nosso companheiro”*. E ela tinha a sensação de que ele dizia que sim, apenas para agradá-la, *“não era de coração”*.

No ano seguinte, 2010, continuando com o tratamento medicamentoso para indução à ovulação, ela engravidou novamente e também perdeu o bebê antes de completar dois meses de gestação. Embora Joana soubesse de todos os preconceitos e mitos que circulavam na dinâmica familiar do marido quanto à adoção e que influenciavam a opinião dele sobre eles adotarem, ela decide acatar o sim que ele já dissera sobre esta forma de parentalidade. Assim, nesse mesmo ano, eles fizeram a inscrição para adoção e duas semanas depois já participavam do curso de pretendentes à adoção. Receberam a visita psicossocial em casa algumas semanas depois. Da inscrição ao Cadastro Nacional de Adoção (CNA) à habilitação transcorreram apenas 4 meses.

Em 2011, já habilitados à adoção, Raquel toma conhecimento, através de uma pessoa do hospital, de um bebê que o conselho tutelar retirara da família por denúncias de maus tratos praticados pelos pais biológicos que eram *“alcoólatras, moravam numa pocilga e pediam esmolas”*. O casal conhece, então, este bebê, uma menina de 70 dias, que estava internada no hospital em estado deplorável: *“Ela tinha feridas na cabeça, escorrendo pus pelo pescoço... e quando tiraram a fralda dela, ‘caiu’ os pedaços dela, da assadura... Lá no hospital, não teve quem não chorasse.”* Quando teve alta, o bebê foi para a I.A. e o casal passou a frequentar o local quase que diariamente, fortalecendo cada vez mais o laço afetivo com a menina. O casal entrou com um pedido de guarda para ficar com a criança e depois tentar a adoção, mas o pedido foi negado.

Quando decidiram adotar, o casal recebeu apoio e incentivo de amigos e da família de Raquel. Para João, em relação a sua família, a situação era oposta. Sua família era totalmente contra a adoção, verbalizando muitas vezes seus medos em relação à decisão deles. A visão de João em relação à adoção foi mudada. Até então, embora tivesse concordado com Raquel em entrar no CNA, compartilhava de muitas das ideias de sua família, fundadas em preconceitos e mitos: *“Mudou tudo. Assim, mudou mais quando eu conheci Marcela. A gente começou a visitar (a criança na I.A.) [...] Quando eu entrei no cadastro, eu entrei, mas não entrei por completo. Aí depois que conheci ela, aí mudou tudo”*. Hoje, por causa da decisão do Ministério Público no município, que proíbe a visita de pretendentes à adoção à I.A., eles pararam de visitá-la. E sofrem muito com isso.

Em 2011, Raquel engravidou pela terceira vez após mais um tratamento

medicamentoso. Não pensaram em desistir ou adiar a adoção e já haviam entrado com pedido de guarda de Marcela. Nesse período, eles ainda vivenciam a visitação à I.A., e quando questionados sobre ainda querer adotar, mesmo depois da gravidez, Raquel foi enfática: *“Se eu não quisesse, eu não tava fazendo com o coração, eu só tava fazendo porque eu não engravidava, porque queria pegar uma criança pra criar. Esse não é meu objetivo. Eu quero adotar, amar...”*.

Mas não diferente das outras gestações, eles perderam o bebê. Só após esse 3º aborto eles resolveram procurar um especialista em reprodução humana, pois, até então, eram acompanhados por obstetras que alegavam, entre outras coisas, que a recorrência de até cinco abortos espontâneos era um evento normal. Após vários exames, foi diagnosticado que a dificuldade deles não era em gerar uma criança – informação que os fez descartar a fertilização *in vitro* e a inseminação artificial, que já era considerada por eles com cautela pelos altos custos –, mas a dificuldade era em levar a gestação adiante por causa da trombofilia (ou hipercoagulabilidade) em Raquel, que a faz ter trombose na placenta: *“o sangue vai coagulando, vai tapando a passagem dos nutrientes para o bebê, e ele morre”*.

Hoje, Raquel está fazendo o tratamento adequado ao problema dela. Ao mesmo tempo, eles aguardam a decisão da justiça sobre o futuro de Marcela, com revolta pelos procedimentos da justiça, embora esperançosos de que possam, finalmente, tê-la em casa porque eles já consideram Marcela filha deles e já se sentem os pais dela:

*“R.: Pais, nós já nos sentimos. [troca de olhares cúmplices] nós já tivemos três sentimentos de pais, e de perdas. [emocionada] E hoje temos o sentimento vivo. E como eu digo assim, que a qualquer momento... eu botei a foto dela ali dizendo, ela pode não ser nossa, mas ela foi nossa [...] Ela não passou na nossa vida? A gente amou ela, ama como pais. Então ela vai tá ali pra sempre.
J.: E aqui pra sempre [apontando para o coração].”*

4.1.2.1. A Trajetória (TEM) e a construção de significados sobre a decisão de adotar legalmente de João e Raquel

A história desse casal, João e Raquel, começou com a impossibilidade deles em gerar uma criança, como podemos ver em sua Trajetória Final (figura 7). Este ponto

inicial na trajetória de vida deles foi deflagrado a partir do questionamento inicial da 1ª entrevista (*“Quando vocês pensaram em adotar pela 1ª vez?”*).

Segundo o Modelo de Trajetória de Equifinalidade (TEM), eles atravessaram vários pontos de passagem – a partir de um ponto inicial – até alcançarem o ponto de equifinalidade sob investigação (no nosso estudo o ponto de equifinalidade refere-se à condição presente do casal ter decidido adotar legalmente e estar no CNA), sendo, assim, considerados pretendentes à adoção. João e Raquel iniciaram seus relatos apresentando-nos uma ruptura no curso de suas vidas, especificamente no contexto familiar: não conseguiam engravidar. Essa ruptura experienciada por João e Raquel é considerada um ponto de passagem obrigatória (OPP) e, ao mesmo tempo, um ponto de bifurcação (BFP), para eles, em sua trajetória, pois os chama a se posicionarem e seguirem o curso da vida, fazendo uma escolha entre as possibilidades que surgem sempre diante de um BFP, quais sejam, neste caso específico: esperar a gravidez naturalmente; iniciar uma investigação de fertilidade para a realização de um posterior tratamento; decidir pela adoção ou decidir não ter filhos.

O casal opta pela investigação de fertilidade quando é diagnosticado que Raquel tem dificuldade de engravidar por ter a síndrome dos ovários policísticos (SOMP). O tratamento básico de indução de ovulação foi, então, realizado. Eles conseguiram engravidar, mas pouco tempo depois ocorreu o primeiro aborto. Em sua trajetória o aborto espontâneo foi para o casal, um evento experienciado inevitavelmente, ou seja, um OPP.

Após esse 1º aborto, Raquel, que sempre conversara com sua família sobre a possibilidade de adotar caso não engravidasse, levanta essa mesma possibilidade agora para o marido, que concorda, mas o aceite de João não convence Raquel. Ela se sente culpada por não conseguir gerar o filho e pela situação desconfortável que se criou entre João e a família dele, já que ele quer agradar a esposa, aceitando a adoção, mas para isso desagrada sua família, que desaprova essa escolha:

“R.: [referindo-se ao marido] Você tá fazendo por minha causa. Eu me sinto... assim, mulher quando tem um problema, ela se sente um pouco culpada pelas coisas, e... eu dizia que sentia que ele passava por tudo isso com a família dele [ela fica mais emotiva] por minha culpa, porque eu não conseguia (segurar o bebê).”

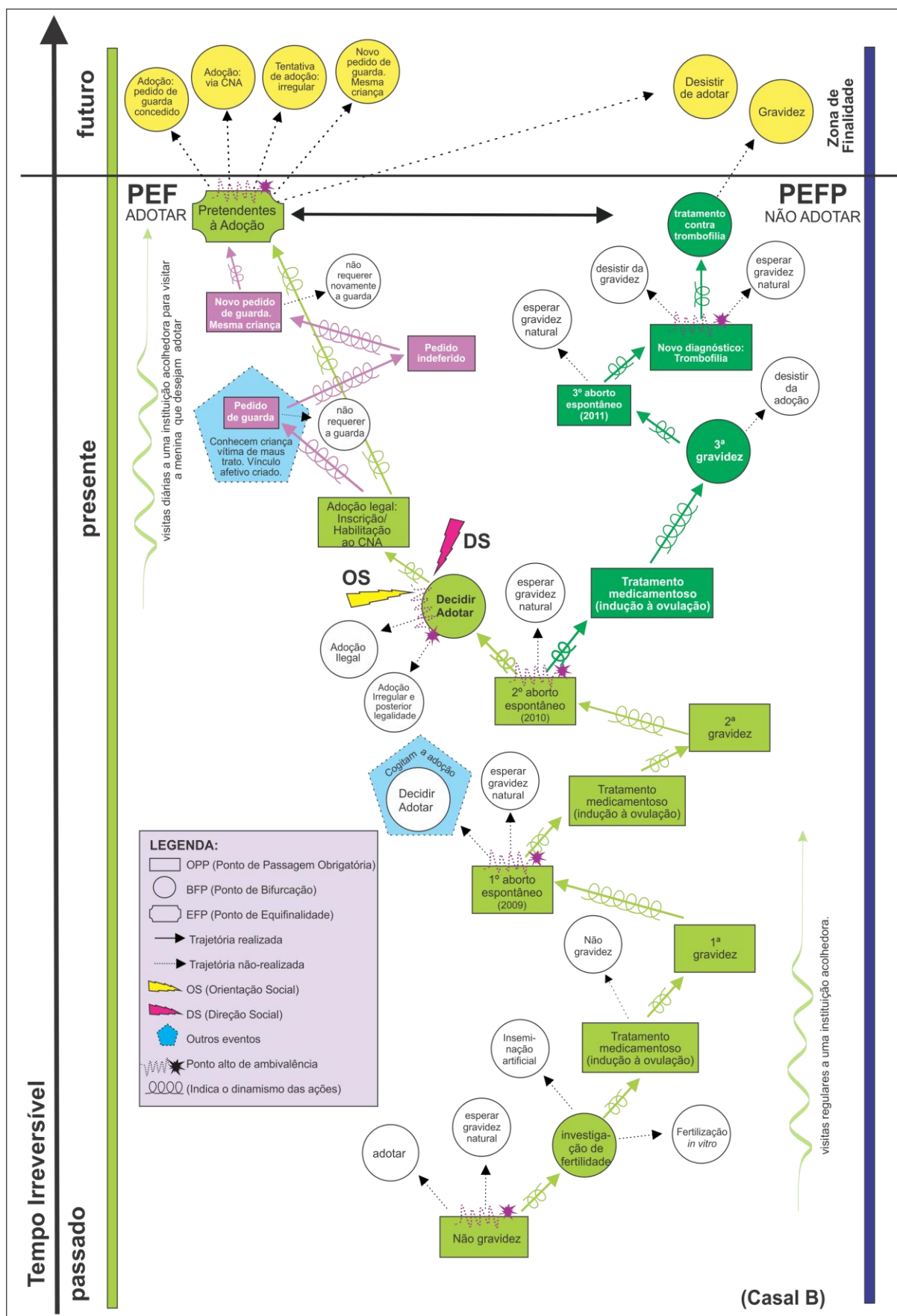


Figura 7. Trajetória Final (TEM) do Casal B (João e Raquel): a trajetória da experiência de pretendentes à adoção em decidir adotar legalmente.

Na mediação semiótica, neste BFP, o sentimento dela em não gerar, atinge sua generalização abstrata de nível mais alto – a hipergeneralização, ou seja, este sentimento (signo) hipergeneralizado passa a funcionar como regulador semiótico, neste caso, inibindo a tomada de decisão do casal em adotar. As sugestões sociais presentes na cultura dissemina aos casais, a ideia de que eles devem ter filhos e tê-los pelo viés biológico, pela gestação. Essa é a norma cultural, que também se torna um valor hipergeneralizado que atua como signo promotor na construção de significados sobre *ter filhos*. Isto é, há uma expectativa da sociedade sobre cada casal formado *em gerar* seus filhos. Quando essa expectativa não é correspondida, ocorre a ruptura no desenvolvimento do curso de vida da família e o casal é, então, chamado a uma transição, isto é, a uma mudança.

Como relatado pelo casal, eles só começaram a considerar a possibilidade de adotar depois do 1º aborto. Mas a decisão em si não acontecia. Raquel tem medo de adotar e João não amar o filho adotivo e afirmou: *“Tinha muito medo dele. Porque ele tinha a cabeça mais fechada. Mas, assim, como ele disse, pelo que ele ouvia (da família dele). Eu tinha medo dele aceitar, adotar por mim, mas não criar o amor de pai no coração[...]”*

O sistema de controle redundante sobre adotar que existe na sociedade e age sobre eles é alimentado por mensagens redundantes de conteúdos (sugestões sociais) opostos. Como discutido anteriormente, a redundância dessas mensagens pode ocorrer tanto na cultura coletiva quanto através de orientações sociais (Sato et al, 2007, 2009) que circulam na dinâmica familiar – por exemplo, através de conversas, contação de histórias etc. Para João, a construção de significados sobre adotar, nesse momento, era mediada por signos partilhados por sua família, quais sejam, mensagens carregadas de crenças, mitos e preconceitos. Embora ele estivesse vivenciando de perto uma adoção que ocorreu na família da esposa, as mensagens redundantes que ele recebera de sua família sobre adoção regulavam sua construção do significado pessoal de adotar. Já Raquel, num movimento oposto, crescera ouvindo mensagens pró-adoção, além de experienciar a adoção de um sobrinho, através de atividades corriqueiras e rituais familiares envolvendo a criação/educação de filhos e esta adoção considerada uma adoção satisfatória pela sociedade. Isso favorece à criação de um campo afetivo que funciona como signo promotor, isto é, funciona, para Raquel, como um guia para o futuro e a orienta no processo de construção de significados sobre a decisão por adotar.

No ano seguinte, seguindo no tratamento de indução de ovulação, ocorre a segunda gravidez. Mais uma vez, com menos de 2 meses de gestação, eles experienciam o 2º aborto

espontâneo – outro OPP. Raquel retoma as conversas sobre adoção com João, e eles decidem adotar, embora ele próprio afirme que no início era apenas para agradar à esposa:

“J.: No começo eu era bem travado, já por conta disso. De escutar eles (os pais) falar, falar, falar... Quando ela (a esposa) disse, ‘vamos adotar’, eu não tinha adotado ainda. Tinha só falado de boca.”

Após a decisão de adotar ser tomada, o casal comunica o fato as suas famílias. A família de Raquel apoia e incentiva o casal. A de João não se opõe abertamente, mas o casal sente que eles não apoiam a decisão deles:

“J.: Eu cheguei e falei que ia adotar. Você vê logo... o semblante. Ela (a mãe dele) não ia dizer não, mas a pessoa vê[...] (Ela) olha pra mim e faz, ‘certo’.”

Ao decidir adotar, o casal chega a outro BFP em sua trajetória. Eles agora deveriam decidir como eles iriam adotar: através da adoção legal; da adoção ilegal (irregular ou à brasileira), ou da ilegal com posterior legalidade. Eles ponderam bastante, recebem ofertas de bebês de pessoas conhecidas e Raquel diz que ficou *“bem tentada”*. Mas por medo de terem que devolver a criança, optam pela adoção legal para não terem problemas:

“R.: [...] Eu ainda pensei, por algumas vezes, não vou mentir, de tentar, porque tem muita gente que diz, vai que você consegue. Fulano conseguiu, Sicrano conseguiu, por que você não consegue? [...] eu ainda tentei, pensei, tentei, o povo me cutucou, ‘olha, tem um ali’, mas aí eu, “não!”

“R.: Ofereceram, mas a gente não quis.

J.: Tu queria!

R: Tive vontade, peguei uma briga ainda com ele, mas não. Queria pegar, né? Aí depois, pensa direitinho, vamos pelo certo... a gente quer ir pelo certo, mas as coisas a cada dia tão mais difíceis.”

“J: Meu maior medo era adotar e depois vir alguém e tirar...”

Raquel e João, como podemos observar nos três excertos acima, optam pela adoção legal por conhecerem as leis que normatizam a adoção no Brasil e as consequências geradas a partir de uma adoção feita às margens da lei. Todas as informações sobre como adotar foram inicialmente apresentadas ao casal pela irmã de Raquel que é mãe adotiva.

O significado de adotar que o casal construiu emerge da tensão entre orientações sociais (pegar uma criança indicada por pessoas conhecidas) e direções sociais (a instituição jurídica representada pelas leis da adoção). As direções sociais impedem que eles adotem de forma ilegal. É este poder (a direção social) que os impede de adotar da forma mais fácil, desejada e indicada pelas pessoas mais próximas do casal. Eles sabem que caso pegassem uma das crianças ofertadas, dificilmente conseguiriam adotá-la

legalmente, visto que a justiça poderia reaver a criança, e eles ainda responderiam pelo crime praticado. Eles desejam evitar tal situação, o que os obriga a seguir para um OPP, neste caso, de natureza exógena: inscreverem-se para o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), como determina a lei. Não há outro modo.

Eles iniciam, então, a inscrição para habilitação à adoção. Tudo ocorre tranquilamente e de maneira rápida. Inscritos, foram informados que em duas semanas aconteceria o curso de pretendentes à adoção na comarca local, e eles deveriam participar para receberem as orientações psicossociais e jurídicas relativas à adoção – pré-requisito à habilitação ao CNA. Após quatro meses, eles já integravam o CNA, e eram, portanto, declarados pretendentes à adoção.

Paralelamente, seguindo o caminho na Trajetória, agora indicado pela cor verde escura, vimos que João e Raquel não desistem da gravidez quando decidiram adotar. Eles seguem no tratamento medicamento para conseguirem engravidar novamente.

Voltando ao caminho da decisão de adotar, eles após a inscrição à adoção, passaram, então, a frequentar regularmente a Instituição Acolhedora (I.A) municipal aos finais de semana, e João acredita que essas visitas o fizeram construir um novo significado sobre adotar, porque encontraram uma bebê institucionalizada e construíram um vínculo afetivo com ela:

“J.: Anteriormente... eu pensava de outra forma, né? Porque, assim, ela sempre tentando, a gente tava tentando engravidar e não conseguia, não conseguia e ela falava a possibilidade de adotar, e eu, assim: ‘vamos adotar’. Mas no fundo eu tinha um receio de a gente conseguir engravidar. Mas aí, foi quando a gente foi pra o abrigo, começou a visitar as crianças, né? Conheceu uma princesinha lá, e isso aí modificou tudo! Mudou tudo, e muito!”

A princesinha a quem João se refere é Marcela, uma criança de 70 dias de vida, vítima de maus tratos praticados pelos pais e denunciados ao conselho tutelar. Alguém do hospital, sabendo que eles tinham interesse em adotar, avisa-os da chegada dela no hospital. Começa aí, segundo Raquel, o vínculo afetivo entre eles e Marcela. Quando teve alta médica, Marcela foi para a I.A. do município. Lá, Raquel e João passaram a visitá-la quase que diariamente. Eles constituíram um advogado que impetra um pedido de guarda. O vínculo afetivo cada dia ficava mais forte, segundo o casal. É com essa ação (pedido de guarda) que a trajetória de João e Raquel começa a mostrar o seguimento de um terceiro caminho. Eles agora vivenciam três trajetórias públicas: a) pretendentes à adoção após decidir adotar legalmente; b) tentar adotar Marcela após vínculo afetivo construído e c) continuar o tratamento de fertilidade.

A vida psicológica humana em suas formas mediadas por signos é afetiva em sua natureza. Damos sentidos às nossas relações com o mundo através de sentimentos que são culturalmente organizados através da criação e uso de signos e isto é central para construção da cultura pessoal. Para João e Raquel, o campo afetivo criado através da vivência de situações corriqueiras e rituais familiares durante as visitas à Marcela na I.A., funcionou na dinâmica de construção de significados sobre adotar como signo promotor. Dito de outra forma, sugestões sociais presentes na cultura coletiva sobre a dinâmica da relação pais-e-filhos identificados nas entrevistas (Quadro 2 abaixo) revelam como um campo afetivo semiótico foi criado por João e Raquel e como passa a guiá-los numa meta futura: adotar Marcela e não qualquer criança.

<i>Atividades corriqueiras e rituais familiares:</i>
✓ Fotos dela que integram a decoração da casa; ✓ Fotos e vídeos dela nos celulares do casal; ✓ Ficar na área de lazer da I.A. para brincar e registrar, em fotos e vídeos o desenvolvimento da criança: ela fazendo “besourinho” com a boca, balbuciando etc; ✓ Brincadeiras comuns entre pais e filhos; ✓ Usar o tempo livre para ficar com os filhos (visitas diárias e depois semanais).

Quadro 2. Atividades corriqueiras e rituais familiares que criaram um campo afetivo para o casal B.

Valsiner (2007) propõe que os campos afetivos semióticos não são abertos ao acesso verbal direto (p.306). A inacessibilidade verbal do fenômeno afetivo é parte da centralidade psicológica do afeto no funcionamento humano, isto é, são os sentimentos, não as categorias de emoções (descritas pela língua/linguagem), que ocupam a centralidade da condição humana. E nesse complexo semiótico de criação de campo afetivo, surge um signo hipergeneralizado para João e Raquel: a parentalidade, o sentimento de pai e mãe.

Até vivenciar a experiência de conhecer Marcela, João construía seus significados pessoais sobre adotar, regulado por um sistema de controle redundante de mensagens criado na sua família – especialmente sua mãe, sua avó e suas duas irmãs, que carregavam mitos e preconceitos sobre adoção. O fato de ter vivenciado essa experiência com Marcela o fez cruzar a fronteira semiótica do “não adotar”. Tal fato nos revela o poder das

experiências afetivas na construção de campos afetivos que passam a regular nossa criação e uso de signos (os significados) no presente e regulados pelo futuro (função promotora dos signos na construção cultural semiótica de significados), neste caso, para o casal adotar Marcela.

Seguindo na trajetória de João e Raquel, enquanto eles aguardam a resposta da justiça quanto ao pedido de guarda de Marcela, ocorre a terceira gravidez do casal. Para eles, essa gravidez agora se configura em um BFP, diferentemente das gestações anteriores. Durante as 1ª e 2ª gestações não havia nenhuma outra possibilidade a ser considerada. Eles agora precisavam escolher o caminho a seguir: continuar tentando adotar neste momento de suas vidas, desistir de adotar ou aguardar para ver se levariam a gravidez até o fim e só então tomar alguma decisão. O que move esse casal em sua trajetória é o desejo da parentalidade, não especificamente adotar ou não adotar. Esse signo hipergeneralizado funciona como signo promotor para a concretização do desejo de ser pai e ser mãe do casal. Logo, tanto a gravidez quanto a adoção traz em si a possibilidade de viver essa experiência para eles. Eles não se referem ao ato de adotar como adotar qualquer criança, mas adotar Marcela, que já integra, mesmo estando na I.A., a rotina deles de família (fotos na carteira, fotos e vídeos no celular, fotos em porta-retratos, coisas matérias compradas para Marcela e entregues na I.A – roupas, brinquedos, sapatos, remédios). A decisão deles foi continuar com o processo de guarda e não desistir de Marcela e continuar no CNA. Embora, para eles, estar no CNA, significa vivenciar OPP por causa de Marcela. Eles não aguardam a chegada de uma criança que esteja em qualquer I.A. do país. A meta é adotar Marcela.

Mais uma vez eles enfrentam um OPP endógeno: o terceiro aborto. Vivenciaram a dor do luto pelo filho não nascido e, com essa ruptura, decidem procurar um especialista em reprodução humana. Outro OPP surge, já que o novo diagnóstico – Trombofilia – impede o feto de se desenvolver, provocando o aborto espontâneo até o 2º mês de gestação. Raquel inicia, então, o tratamento específico para seu caso. Nesse mesmo período, o pedido de guarda de Marcela é indeferido e fica claro que o sentimento hipergeneralizado da parentalidade (signo promotor) guia as ações do casal naquele momento presente. Esse OPP faz com que eles solicitem ao mesmo advogado que entre com outro pedido de guarda para Marcela. E isso é feito. Hoje João e Raquel estão realizando o tratamento contra a trombofilia e aguardam a decisão da justiça sobre o novo pedido de guarda.

Com a Trajetória de João e Raquel descrevemos e investigamos a construção semiótica dos significados da experiência sociocultural de escolher adotar legalmente pelo

casal. Os caminhos seguidos por eles nessa trajetória evidenciam que inicialmente havia signos hipergeneralizados de qualidades distintas que os impedia de chegar à decisão da adoção: ele era regulado por signos hipergeneralizados criados a partir da redundância de mensagens cheias de mitos e preconceitos, contrárias à filiação adotiva e partilhada no seu núcleo familiar. Ela, numa direção oposta, tinha seu sistema de regulação semiótica orientado por signos hipergeneralizados favoráveis à adoção e resultantes de uma generalização de campos afetivos criados pelos sucessivos eventos, ao longo de sua história pessoal, que mobilizaram mensagens redundantes pró-adoção. Essa tensão existente nesse BFP da trajetória do casal denuncia a presença da ambivalência (pólos opostos de tensão) constitutiva do processo de construção de qualquer significado para se chegar a uma escolha.

A criação de um campo afetivo pelo casal fez João chegar a uma nova síntese e construir um novo significado para a escolha de adotar, previamente feita apenas para agradar sua esposa. Esse campo afetivo surgiu a partir da vivência de experiências centradas nos papéis parentais (significados coletivos distribuídos na cultura), envolvendo eles e a criança institucionalizada e desejada como filha. Os significados coletivos presentes nessas experiências foram internalizados na forma de sentimentos e assim generalizados, atingindo o nível de hipergeneralização (sentimento de parentalidade em relação a Marcela) na mediação semiótica e passando a funcionar como signo promotor nesse processo semiótico de construção de significados individuais (observado na externalização). Destacamos ainda a presença marcante de uma fronteira semiótica criada pela instituição jurídica, que determina quem, como e quando adotar quem e onde. Essa fronteira bloqueou a possibilidade do casal de adotar através de práticas culturais presentes nas orientações sociais e partilhadas pelas pessoas mais próximas a eles (adotar fora do CNA). Por exemplo, pegar uma criança que lhes fora ofertada por terceiros, não pela justiça. Como toda fronteira carrega nela mesma a possibilidade de seu cruzamento, o casal, então, tenta adotar uma criança institucionalizada, ou seja, eles sabem que não há possibilidades de adotar fora do CNA, mas estabelecem vínculo afetivo com uma criança institucionalizada e ainda não destituída do poder familiar e lutam por ela. Essa ação do casal pode ser configurada como o cruzamento da fronteira e estabelece a recriação de seu leque de possibilidades de construir significados sobre adotar, enquanto pretendentes. Isso nos faz ver a dinamicidade do processo de construção de significados.

Podemos inferir que, neste caso 2, os signos hipergeneralizados, mesmo que de

qualidades diferentes – signo-pró-adoção; signo-contrá-adoção e signo-parentalidade – desempenham papel central na construção histórica da trajetória do casal até atingir o ponto de equifinalidade desse estudo: escolher adotar legalmente.

4.1.2.2. Um olhar prospectivo da trajetória de João e Raquel.

Na Trajetória do casal B, podemos observar que três caminhos foram seguidos publicamente por eles. Hoje fazem tratamento para engravidar e são pretendentes à adoção no CNA. Como pretendentes, João e Raquel experienciam situações distintas e públicas: aguardam a indicação de uma criança do CNA e lutam para adotar Marcela (criança institucionalizada). A identificação do signo central e hipergeneralizado que medeia e regula toda essa experiência – para eles, o signo-parentalidade – além do mapeamento, no passado, de todas as possibilidades de construção de significados em cada ponto de bifurcação, permite-nos projetar o leque de possibilidades de construção de significados no futuro, para este casal. Destacamos que essa projeção – característica inovadora e importante para o TEM – é também única para cada caso e construída historicamente a partir da identificação do processo de construção semiótica de significados, vivenciado pelo caso individual. Esta considera a imaginação (Zittoun et al, 2013) nos relatos da experiência. Os sujeitos além de reconstruírem a história da experiência no seu curso de vida, apontam outros caminhos não seguidos, mas que por uma razão ou outra, foram deixados de lado.

Como apontado na análise da Trajetória, o casal B, movido pelo sentimento de parentalidade construído a partir do campo afetivo criado por eles, considera e segue as possibilidades que os levará a assumir essa parentalidade, isto é, tanto gerar e ter um filho quanto adotar possibilita essa construção futura. Diante dessa descoberta, projetamos para João e Raquel, o leque de possibilidades de seguir na trajetória, após o ponto de equifinalidade, que constitui a zona de finalidade da Trajetória (figura 8) do casal, a saber:

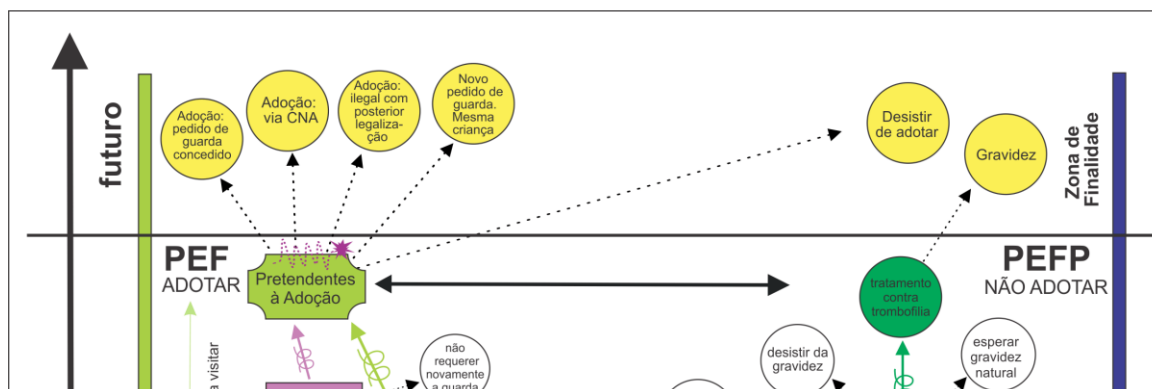


Figura 8. Zona de finalidade projetada para a Trajetória Final do casal B.

- ➡ Eles adotariam a partir do deferimento do pedido de guarda de Marcela por parte da justiça;
- ➡ A adoção aconteceria a partir do CNA, ou seja, a justiça indicá-los-ia – quando no cruzamento dos perfis – como pais substitutos para alguma criança institucionalizada e disponível à adoção;
- ➡ Eles acolheriam uma criança que lhes seria entregue fora do CNA, por terceiros, mesmo sabendo que essa prática é ilegal e que dificilmente obteriam êxito diante do novo cenário nacional da adoção;
- ➡ Sendo o pedido de guarda indeferido pela 2ª vez (eles estão aguardando a resposta da justiça), eles impetrariam, mais uma vez, um recurso na tentativa de conseguir adotar Marcela;
- ➡ Eles desistiriam de adotar;
- ➡ Eles conseguiriam ter um filho após o tratamento contra trombofilia.

A zona de finalidade que projetamos para o casal B obedece à mesma estrutura semiótica vivenciada por eles a cada BFP que antecede o ponto de equifinalidade em sua Trajetória, isto é, a cada BFP temos uma gama de possibilidades de construção do futuro.

4.2. No caminho de possibilidades de construção de uma tipologia sobre a decisão de adotar

Lucas e Maria (casal A) e João e Raquel (casal B) chegaram à decisão de adotar legalmente por caminhos diversos. Esse é o princípio da equifinalidade e uma das concepções orientadoras de nosso estudo. Mas mesmo com trajetórias diversas, foi possível propor possibilidades de generalização para o processo semiótico de construção de significados sobre a decisão de adotar em pretendentes, a partir da avaliação de cada ponto de bifurcação. A estrutura semiótica do processo psicológico de construir significados sugere que a regulação semiótica mobilizada segue um padrão nos dois casos: signos hipergeneralizados, de qualidades diferentes para cada sujeito, parecem guiá-los. Para Lucas e Maria (caso 1), estar na fronteira semiótica, isto é, estar no lugar onde lidamos com as ambivalências que são constitutivas dos processos de criação e uso de signos, mobiliza seus sistemas de regulação semiótica. Sentimentos (signos) hipergeneralizados (Deus, justiça, fazer o que é certo aos olhos de Deus e da justiça terrena) passam a canalizar (guiam, regulam, promovem ou inibem) seu futuro.

No Brasil, escolher uma criança e tentar adotá-la, mesmo que pela justiça, vai de encontro às normas vigentes sobre adotar e caracteriza atos que envolvem adoções irregulares. A lógica mudou e, hoje, a justiça é quem procura famílias para as crianças institucionalizadas e disponíveis para adoção, não mais como num passado recente, quando crianças eram procuradas para atender ao desejo de pais que não podiam gerar biologicamente seus filhos. Os signos hipergeneralizados, que guiam e regulam Lucas e Maria no processo de construção de significados, os impedem de cruzar a fronteira semiótica criada por eles mesmos a partir da existência da lei (sentimento de fazer o que é certo). Entretanto, a partir do significado sobre adotar construído por eles (uma vez habilitados à adoção, eles se autorizam a estabelecer vínculos com crianças e tentam obter a guarda delas), se permitem cruzar a fronteira semiótica, mesmo que esse cruzamento de fronteira não seja significado por eles como atos que levam a práticas que envolvem adoções irregulares. Eles não expressam tais experiências nos relatos como eventos constitutivos da trajetória deles de pretendentes à adoção, o que nos levou a criar a noção de trajetória privada para analisar este caso. A regulação semiótica, descrita acima, atua também nessa trajetória privada, visto que eles, quando recebem a negativa da justiça aos pedidos de guarda, recuam, não recorrem da decisão e procuram outra criança para tentar de novo, enquanto esperam a indicação e chegada do(a) filho(a) adotivo(a). A tônica de seus relatos é a de como eles querem adotar através da justiça e de como é angustiante

estar no CNA aguardando a chegada do filho ou filha, embora eles não desistam de esperar porque Deus os enviará seu filho ou filha na hora certa.

João e Raquel (caso 2) lidam de forma diferente com esse cruzamento de fronteira. Os eventos, a) conhecer Marcela, b) a resistência que fazem à lei por discordarem das regras que querem privilegiar a ordem de pretendentes numa lista em detrimento do afeto construído e que os levará à não adoção de Marcela e c) o próprio vínculo afetivo construído, são narrados por eles como elementos integrantes e constitutivos da trajetória deles de pretendentes à adoção. É uma trajetória pública. Nessa dinâmica de criação e usos de signos para João e Raquel, o que os guia é um sentimento (signo) hipergeneralizado: é a parentalidade construída com Marcela. Eles já se consideram seus pais – “J.: *Já adotamos ela*”. Isso os faz lutar sempre pela mesma criança (para eles, a filha), porque são movidos pelo signo-hipergeneralizado-parentalidade. Mesmo tendo engravidado, eles não desistem de adotá-la. Ambas as possibilidades, adotar e gerar filhos, canalizam o futuro, isto é, viver a parentalidade. A não desistência de tentar adotar Marcela nos parece ser regulada por sugestões sociais presentes na cultura coletiva sobre papéis parentais: *pais não desistem de seus filhos e lutam por eles até as últimas consequências*.

No processo de regulação semiótica na construção de significados sobre adotar, a estrutura semiótica é a mesma para os casais, entretanto, suas culturas pessoais (significados), construídas pelo processo dual de internalização-externalização num tempo irreversível, apresentam signos promotores distintos, que canalizam ações futuras nessa dinâmica: para Lucas e Maria, Deus e sentimentos de justiça e de fazer o que é certo; para João e Raquel, o sentimento de paternidade e maternidade já construído.

Para esses dois casais pretendentes à adoção o que destacamos como similaridades ou especificidades em suas trajetórias, até chegarem ao mesmo ponto de equifinalidade (ser pretendente à adoção), integram a estrutura geral de regulação semiótica do processo de construção de significados sobre adotar legalmente, como elencado no quadro 3 abaixo:

Signos constitutivos do processo	Similaridade ou Especificidade
Direção social	✓ Busca pela adoção legal a partir do conhecimento da nova lei da adoção;
Orientação social	✓ Experiência de oferta de bebês à margem da lei feita por pessoas próximas; ✓ Visita regulares às instituições de acolhimento; ✓ A criança escolhida para construção do vínculo afetivo é uma menina;
Signo (Sentimento) hipergeneralizado	✓ Cogito em Raquel e Maria de pegar um dos bebês ofertados, mas impedidas pelos maridos e pelo sentimento dominante de não agir fora da lei; ✓ Construção de vínculo afetivo com crianças institucionalizadas; construção única de significados pessoais sobre adotar (o não-isomorfismo)
Campos afetivos	✓ Para Lucas e João: experiência de atividades corriqueiras e rituais familiares envolvendo a criança escolhida para ser a filha, leva-os a construir novos significados sobre adotar (Lucas dissipa sua dúvida quanto à adoção ser a coisa certa a fazer mesmo/ João quebra mitos e preconceitos sobre a parentalidade adotiva);
Ruptura	✓ Não poder gerar filhos naturalmente → adotar
Cruzamento da fronteira semiótica	✓ Impetração judicial de ação de guarda das crianças com as quais criaram vínculo afetivo é considerada por todos como ato legal para o pretendente à adoção realizar ✓ Criação de uma trajetória privada
Ambivalência	Elemento intrínseco do processo semiótico de construção de significados (por exemplo, quando, em ambos os casos, as pretendentes queriam pegar a criança ofertada à margem da lei, mas o signo-legalidade as impedia de seguir nesse caminho)

Quadro 3. Signos constitutivos do processo semiótico de construção de significados sobre a decisão de adotar legalmente dos casos (1 e 2) analisados neste estudo.

A partir dos nossos achados elaboramos uma figura (ver abaixo Figura 9) que tenta sintetizar o processo semiótico da construção de significados sobre adotar, para os dois casos únicos do nosso estudo, considerando que a regulação semiótica ocorrida em cada BFP (a partir de um ponto de passagem), tem sua centralidade em signo(s) hipergeneralizado(s). Estes signos hipergeneralizados atingem esse nível máximo de

abstração pela criação de campos afetivos pela vivência de experiências (afetiva e cognitiva), cujo significado da experiência é generalizado e internalizado na forma de sentimentos (Valsiner, 2004), constituindo um valor e passando a guiar o sujeito nas mais diversas situações de sua vida cotidiana, incluindo, para esses casais a decisão de adotar.

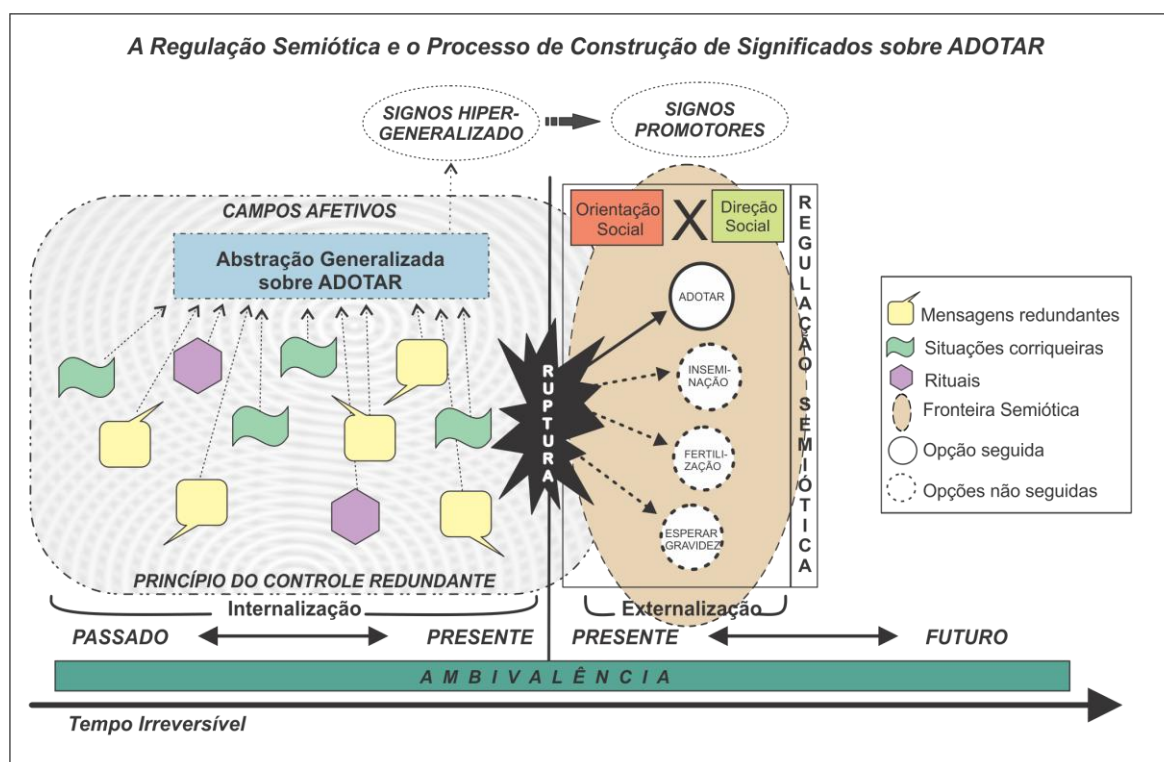


Figura 9. Síntese da regulação semiótica e o processo de construção de significados sobre adotar em dois casais de pretendentes à adoção.

Em nossa pesquisa, com a compreensão do processo de construção de significados sobre a decisão de adotar nos dois casos investigados, e sintetizados na figura acima, destacamos que, embora haja similaridades e especificidades entre os dois casos (ver Quadro 4), estas são em termos de qualidade do evento, sendo possível determinar sob qual conceito ou noção do processo semiótico de construção de significados desse estudo, elas integram. Por exemplo, a criação da trajetória privada para Lucas e Maria (caso 1) é uma especificidade da TF deles, mas integra a noção de cruzamento de fronteira, que do ponto de vista do processo semiótico de desenvolvimento da trajetória de vida, também foi vivenciada por João e Raquel (caso 2) – eles cruzaram a fronteira semiótica de forma pública, não privada. A partir desse entendimento, foi possível propor uma possibilidade (Figura 9) no caminho para uma tipologia sobre a construção de significados para decisão de adotar. Um dos objetivos do TEM é chegar à construção de uma tipologia para uma

dada experiência a partir de estudos de caso, o que é coerente com as noções de estudos qualitativos da Ciência Idiográfica.

5. CONCLUSÕES E DIREÇÕES FUTURAS – ou, *Palavras Finais e “Zona de Finalidade” do presente estudo.*

“Aprender de experiências envolve, principalmente, ser capaz de refletir sobre a experiência de alguém e desenvolver bases fortes de conhecimento útil, mobilizado em situações inesperadas. Isto também exige uma maior criatividade – não só a que trazem alguns de nós quando envolvidos em um ofício, ou uma criatividade artística, mas uma capacidade diária de questionar o óbvio, para explorar o possível e para ver o que ainda não é o caso.” (Zittoun, 2012, p.532)

A Psicologia Cultural Semiótica é um dos caminhos que temos disponíveis para investigar fenômenos psicológicos centrados na construção de significados. Há diversos lugares na sociedade (escola, instituição acolhedora, família, cinema, igreja, hospital, etc.) onde essa construção ocorre, sendo sua estrutura semioticamente orientada. Ela ocupa-se da investigação das experiências cotidianas dos seres humanos em qualquer lugar do mundo, por entender que “nós todos somos um – sendo individualmente únicos” (Valsiner, 2007, p.18).

Em nosso estudo, definimos o conjunto de experiências prévias da adoção, especificamente o ato de adotar, como contexto pré-adoção e nos ocupamos em investigar como os pretendentes à adoção construíram semioticamente significados sobre a decisão de adotar legalmente. Consideramos essa experiência sociocultural, em sua natureza, afetiva e cognitiva, construída historicamente em um tempo irreversível, em que as pessoas foram guiadas e reguladas por um processo de mediação semiótica.

A análise revelou que as trajetórias da decisão de adotar dos dois casais trazem em si histórias de ruptura no curso de suas vidas ligadas à incapacidade de gerar filhos naturalmente – mesmo para o casal que externalizou que a decisão de adotar fora feita antes mesmo do casamento deles. Mas essa ruptura não é unicamente de natureza biológica, mas também e principalmente cultural, uma vez que ela simboliza uma quebra na expectativa da sociedade ainda em relação à procriação como a única norma historicamente convencionada para famílias terem filhos. Este fato confirma um dado que a literatura traz: a infertilidade como a primeira motivação para adotar (Levinzon, 2006; Schettini Filho, 1998).

Podemos resumir que na experiência sociocultural de decidir adotar a construção de significados dessa experiência e os caminhos que a pessoa toma em sua trajetória são guiados por um processo de regulação e mediação semióticas, cuja centralidade parece

girar em torno da natureza do signo hipergeneralizado, que funciona como signo promotor daquela decisão e dos caminhos tomados na trajetória de vida dos sujeitos até chegarem ao ponto de equifinalidade, além de possibilidades de caminhos futuros (zona de finalidade) na trajetória. Os signos hipergeneralizados são campos afetivos em nível máximo de abstração, que são generalizados e internalizados na forma de sentimentos (não de emoções), sendo fundamentais na construção de significados da experiência.

5.1. Aplicabilidade deste estudo:

Do ponto de vista teórico-metodológico, nosso estudo poderá ser utilizado por profissionais e pesquisadores de várias áreas – desde equipes interdisciplinares que realizam estudos técnicos que orientam juízes e promotores quanto à habilitação de pretendentes à adoção, passando por grupos formais ou informais de apoio à adoção (GAAs) que lutam por uma nova cultura da adoção, e pesquisadores que se interessam por estudos qualitativos, Ciência Ideográfica, Psicologia Cultural Semiótica e o Modelo de Trajetórias de Equifinalidade (TEM), todos centrados na construção de significados.

A partir da nossa experiência de trabalho com orientação a pretendentes à adoção e dos estudos e discussões realizados no LabCom²² em 2012, teceremos algumas considerações que julgamos importantes para reflexão de grupos de apoio à adoção e equipes interdisciplinares que lidam diretamente com os pretendentes:

- A principal orientação para quem está pretendendo adotar seria o conhecimento e consciência sobre quais signos hipergeneralizados os guiaram à decisão de adotar. Nesse percurso semiótico, os pretendentes estariam traduzindo o nível 4 da mediação semiótica (hipergeneralização), de difícil acesso verbal, para o nível 3 (proposições verbais gerais), e seriam capazes de “mexer” com a significação sobre adotar;
- O trabalho de construção de significados sobre adotar precisa ser voltado à parentalidade. Tentar apresentar a adoção como sendo igual à filiação biológica – quando na verdade é outra possibilidade de parentalidade – caminha para a vivência da *intolerância eliminativa* (Valsiner, 2007). Isto é, quando se elimina no outro o

²²

LabCom – Pós-graduação em Psicologia Cognitiva – UFPE.

que nos parece desfavorável – neste caso, a condição de filiação adotiva. Para eliminar essa condição da parentalidade de um ente adotivo, as pessoas podem usar essa estratégia (intolerância eliminativa) através da externalização de sugestões sociais que carregam mitos e preconceitos quanto à filiação adotiva. Por exemplo, quando famílias adotivas declaram, “Ele é tratado *como se fosse* filho de verdade” ou “Para mim não tem diferença, é *como se* ele tivesse nascido da minha barriga” isso certamente revela o uso dessa estratégia. (Valério e Lyra, submetido).

5.2. Possibilidades de estudo futuros

Em nosso percurso de investigação, inúmeras foram as questões que surgiram, mas que não puderam ser respondidas. Isso nos fez construir reflexões para estudos futuros. Inicialmente, faz-se necessário ampliar os casos do nosso estudo para se chegar a uma tipologia sobre a decisão de adotar, como sugerida por Sato e colaboradores (2009), que teria características generalizáveis. Outro aspecto que pontuamos é a existência da diversidade de novas configurações familiares, logo, sugerimos *pesquisas com pretendentes de famílias monoparentais, homoafetivas, de recasamento etc.*, para descobrir se elas constroem significados sobre adotar a partir do que os nossos resultados sugerem como uma possibilidade de generalização do processo semiótico para se chegar à decisão de adotar legalmente.

Embora o foco da nossa pesquisa tenha sido outro, percebemos que as sugestões sociais presentes nas mensagens redundantes circulam na cultura coletiva através de diversas formas (livros, filmes, redes sociais, músicas, currículos escolares, novelas, cinema, jornais etc.), podendo ser entendidas como *recursos simbólicos* (Zittoun, 2007) e *objetos culturais* (Zittoun, 2010) presentes e atuantes no processo de construção de significados sobre adoção. Essa seria outra possibilidade de investigação no contexto da adoção. Outro ponto que merece investigação é compreender a construção de significados sobre parentalidade e adoção em pessoas que não desejam adotar.

Na análise do caso 1, afirmamos que, atualmente, o âmbito institucional jurídico brasileiro vivencia um momento de transição em sua trajetória, pela implantação da recente legislação que orienta as novas práticas de adoção. Isso nos fez perceber o extremo grau de

ambivalência criado por isso. A própria norma se situa historicamente em um ambiente ainda não transformado por aquilo que a compõe, criando, pela ambivalência constitutiva do processo de transição, caminhos que fogem a própria norma. Essa ambivalência é vivenciada pelos atores sociais envolvidos (equipes multiprofissionais do judiciário, instituições acolhedoras, psicólogos, pretendentes à adoção, genitoras que desejam doar seus filhos à adoção, grupos de apoio à adoção etc.) facilitando caminhos que se afastam das orientações vigentes sobre adotar, como por exemplo, escolher uma criança em uma instituição acolhedora para adotar ou procurar mulheres grávidas para tentar adotar o bebê que nem nasceu ainda. Assim, vislumbramos uma possibilidade de estudo sobre o processo semiótico de transição acima descrito. Isto porque nem a justiça com suas leis compreende esse processo semioticamente marcado que envolve todos os atores acima já citados, nem a quantidade de informações ambíguas, vindas destes diferentes atores sociais, que contribui para o trabalho com pretendentes voltado à construção de significados sobre parentalidade.

Referências bibliográficas²³

- Abbey, E.(2007) Perpetual Uncertainty of Cultural Life: Becoming Reality. In Valsiner, J. Rosa, A. (2007). *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology*. Cambridge University Press.
- Abbey, E., & Valsiner, J. (2005). Emergence of meanings through ambivalence [58 paragraphs]. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research [On-line Journal]*,6(1), (1), Art. 23. Recuperado em 26/09/2011, de <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/515/1114>
- Aconchego (2012). Novos Vínculos: capacitação de profissionais para a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente – metodologia e prática. Brasília – DF: Autor.
- Alvarenga, L.L. (2012) Adotabilidade X inadotabilidade. Que questão é esta? In: Queiroz, E.F. & Passos, M.C. (Orgs) *A Clínica da Adoção*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- Andrade, R.P., Costa N.R.A., Rossetti-Ferreira, M.C. (2006). Significações de paternidade adotiva: um estudo de caso. *Paideia* 16 (34):241-252. Recuperado em 17/09/11, de <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n34/v16n34a12.pdf>
- Andrei, E. (2001) Adoção, mitos e preconceitos. In Freire, Abandono e Adoção. Contribuições para uma cultura da adoção III. Curitiba: Terra dos Homens: Vicentina.
- Arakawa, A. & Takada, S. (2006). Chosing abortion and its effect on one's life based on a TEM (Trajectory Equifinality Model) analysis. Poster for ISSBD meeting, Melbourne, Australia, July. In Sato, T., Yasuda, Y., Kido, A, Arakawa, A., Mizoguchi, H. & Valsiner, J (2007). Sampling Reconsidered: Idiographic Science and the Analyses of Personal Life Trajectory. In Valsiner, J. Rosa, A. (2007) *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology*. Cambridge University Press.
- Araújo, L.F.; Oliveira, J.S.C.; Sousa, V.C. & Castanha, A.R (2007). Adoção de crianças por casais homoafetivos: um estudo comparativo entre universitários de direito e de psicologia. *Psicologia & Sociedade*; 19 (2): 95-102. Recuperado em 01/09/2011, de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n2/a13v19n2.pdf>

²³

De acordo com o estilo APA – American Psychological Association

Bandeira, Marcos (2001). *Adoção na prática forense*. 1ªed. Ilhéus: Editus.

Bastos, A. C. S. B.; Uriko, K. & Valsiner, J. (Orgs.)(2011). *Cultural Dynamics of Women's Lives*. 1. Ed. Charlotte, North Carolina: Information Age Publishing. 628p

Bittencourt, S. (2010). *A Nova lei da Adoção. Do abandono à garantia do direito à convivência familiar e comunitária*. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris. 162p.

Bruner, J. (1997). *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas

Cabell, K. (2010). Mediators, Regulators, and Catalyzers: A Context Inclusive Model of Trajectory Development . *Psychology & Society*, Vol. 3 (1), 26 - 41. Recuperado em 10/09/2011, de <http://www.psychologyandsociety.ppsis.cam.ac.uk/>

Cabell, K. (2011). Catalysis: Cultural Constructions and Conditions for Change. *Journal of Integrated Social Sciences*. Volume 2 (1) 2011. Recuperado em 15/11/2011, de www.jiss.org.

Chaves. V.P. (2008). Adoção e Homossexualidade. In *Adoção: um direito de todos e de todas*. Conselho Federal de Psicologia (CFP) Brasília.

Cole, Michael & Yrjö Engeström (2007). Cultural-Historical Approaches to Designing for Development. In J. Valsiner & A. Rosa (eds.) *Cambridge Handbook of Socio-cultural Psychology*. New York: Cambridge University Press

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (18ª ed.). (1998). São Paulo: Saraiva

Costa, E.V. & Lyra, M.C.D.P. (2002). Como a Mente se Torna Social para Barbara Rogoff? A Questão da Centralidade do Sujeito. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2002, 15(3), pp. 637-647. Recuperado em 25/07/2011, de <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n3/a17v15n3.pdf>

Costa, L.F. & Campos N.M.V. (2003). A avaliação psicossocial no contexto de adoção: vivência das famílias adotantes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Vol.19 n3. PP. 221-230. Recuperado em 01/09/11, de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v19n3/a04v19n3.pdf>

- Costa N.R.A & Rossetti-Ferreira M.C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: reflexão e crítica*. 20 (3): 425-434. Recuperado em 01/09/11, de <http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a10v20n3.pdf>
- Dias, C.M.S.B. (2006) A importância da família extensa na adoção. In: Schettini Filho e Schettini. *Adoção: os vários lados dessa história*. Recife: Bagaço.
- Dolto, F. (1989) Dialogando sobre crianças e adolescentes. Campinas, Papirus. In Schettini, S.S.M. (2007). *Filhos por adoção: um estudo sobre o seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE, Brasil
- Ebrahim, S.G. (2001). Adoção Tardia: Altruísmo, Maturidade e Estabilidade Emocional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), pp. 73-80. Recuperado em 09/09/11, de <http://www.scielo.br/pdf/prc/v14n1/5208.pdf>
- Figueirêdo, L. C. de B. (2009). *Comentários à nova lei nacional da adoção – Lei 12.010 de 2009*. Curitiba: Juruá. 180p.
- Freire, F. (2001). *101 Perguntas e Respostas sobre Adoção*, CECIF.
- Friedlander, M.L. (2003) Adoption: misunderstood, mythologizes, marginalized. The Counseling Psychologist. Vol. 31, no 6. 745-752. Sage Publications.
- Futino, R.A. & Martins, S. (2006). Adoção por homossexuais – uma nova configuração familiar sob os olhares da psicologia e do direito. *Aletheia*, n.24, p.149-159
Recuperado em 01/09/11, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n24/n24a14.pdf>
- Goffman, E. (1988). Estigma: notas sobre manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro; Ed. Guanabara. In Weber, L.N.D. (2003) *Aspectos Psicológicos da Adoção*. 2ed. Ampliada e revisada. 8ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.
- Jones, C. & Hackett, S. (2011). Redefining Family Relations Following Adoption: Adoptive Parent's Perspectives on Change nature of Kinship between Adoptees and Birth Relatives. *British Journal of Social Work*. Recuperado em 10 de maio de 2011, de <http://bjsw.oxfordjournals.org/>
- Kido, A. (2006). The TEM (Trajectory Equifinality Model) of transition on cosmetic use by Japanese women in the United States. Poster for ISSBD Australia. In Sato, T.,

Yasuda, Y., Kido, A., Arakawa, A., Mizoguchi, H. & Valsiner, J (2007) Sampling Reconsidered: Idiographic Science and the Analyses of Personal Life Trajectory. In Valsiner, J. Rosa, A. (2007) *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology*. Cambridge University Press.

Ladvocat, C. (2002) *Mitos e segredos sobre a origem da criança na família adotiva*. Curitiba: Terra dos Homens.

Lei nº 12.010 de 29.07.2009 (2009). Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 14/11/2011, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm

Levinzon G.K. (2006). A adoção clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. *Mudanças: Psicologia da Saúde*. 14(1): 24-31

Levinzon G.K. (2009). *Adoção*. 3 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lyra, M. C. D. P. (2006). O Modelo EEA para a investigação da emergência e desenvolvimento da comunicação e do self: bases conceituais e fundamentos teórico-metodológicos. *Estudos de Psicologia* 11(1), 25-33. Recuperado em 13/10/10, de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v11n1/04.pdf>

Lyra, M.C.D.P. & Valsiner, J. (2011). Historicity in development: Abbreviation in mother-infant communication - volume 34(2). *Infancia y Aprendizaje* (Ed. Impresa), v. 34, p. 195-203, 2011.

Lyra, M.C.D.P., Moura, M.L.S. de. (2000). Desenvolvimento na interação social e no desenvolvimento histórico-cultural: adequação entre perspectiva teórica e metodologia. *Psicologia Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, v.13, p. 217-222. Recuperado em 25/07/11, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000200002

Mahn, H. (2010). Vygotsky's Methodological Approach: a Blueprint for the Future of Psychology. In Toomela, A. & Valsiner, J (2010). *Methodological Thinking in Psychology: 60 years gone astray?* Information Age Publishing –IAP

- Maux, A.A.B. & Dutra, E. (2010). Adoção no Brasil: algumas reflexões. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. UERJ,RJ, ano 10.n.2, p. 356-372. 2º quadrimestre de 2010. Recuperado em 10.11.11, de <http://revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a05.pdf>
- Mendes, E.B. (2012) A adoção de crianças e adolescentes: um passo para felicidade permitida. In: Queiroz, E.F. & Passos, M.C. (Orgs) *A Clínica da Adoção*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- Molenaar, P.C.M. (2004). A manifesto on psychology as idiographic science: Bringing the person back into scientific psychology, this time forever, *Measurement: Interdisciplinary research and perspectives*, 2, 201-218.
- Molenaar, P. C. M., & Valsiner, J. (2005). How generalization works through the single case: A simple idiographic process analysis of an individual psychotherapy case. *International Journal of Idiographic Science*, 1, 1- 13.
- Nazario, S. (2007) Negotiating the difficulties of a delicate pact. Los Angeles Times, Aug. 9,p.A1.
- O'Halaran, K. (2006). The Politics of Adoption. International Perspectives on Law, Policy & Practice. The netherlands: Springer
- Palacios, J. (2009) The ecology of adoption. In Wrobel e Neil (Eds.) *International Advances in Adoption Research for Practice*. (pp. 71/94) Chichester: Wiley-Blacwell.
- Palacios, J e Brodzinsky, D. (2010) Review: adoption research: trends, topics, outcomes. *International Journal of behavioral Development*. 30(3) 270-284. Sage Publications.
- Palacios, J. and Amorós, P. (2006). Recent Changes in Adoption and Fostering in Spain. *British Journal of Social Work*. 36 (6), 921-935. Recuperado em 01/09/11, de <http://bjsw.oxfordjournals.org>
- Park,D & Moro,Y. (2006). Dynamics of Situation Definition. *Mind, Culture, and Activity*, 13,101-129.
- Patton, M.Q. (2002). Qualitative Research and Evaluation Methods (3rd ed.) Thousand

aks, CA. Sage Publications. In: Sato, T., Yasuda, Y., Kido, A., Arakawa, A., Mizoguchi, H. & Valsiner, J (2007b). Sampling Reconsidered: Idiographic Science and the Analyses of Personal Life Trajectory. In Valsiner, J. Rosa, A. (2007). *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology*. Cambridge University Press.

Peirano, Mariza G.S. (2006) *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Peterman, A. (2001). *Adoption nation: how adoptive revolution is transforming our families*. (Fully rev. and updated). The Harvard Common Press

Pierce, C.S. (1986) "On the nature of signs" In C.J.W. Kloesel (Ed), *Writings of C.S. Pierce: a Chronological Edition*. Vol. 3. Bloomington, In: Indian University Press. pp. 66-68 [Originally published in 1873]. In Valsiner, J. (2012) *Fundamentos da psicologia Cultural. Mundos da mente, mundos da vida*. Trad. A.C.S. Bastos. Porto Alegre: Artmed.

Poisson, P. (2001) *A seleção dos candidatos à adoção: prever o imprevisível*. In: Freire, F. *Abandono e Adoção. Contribuições para uma cultura da adoção III*. Curitiba: Terra dos Homens: Vicentina.

Queiroz, E.F. & Passos, M.C. (Orgs) (2012) *A Clínica da Adoção*. Recife: Ed. Universitária da UFPE

Reis, L. (2010). *Construção Cultural da Maternidade: a experiência de mães do subúrbio de Salvador – BA*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Reppold, C.T & Hutz C.S. (2003). Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: características psicossociais das mães adotivas. *Estudos de Psicologia*, 8(1) 25-36. Recuperado em 01/09/2011, de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n1/17232.pdf>

Riley, Nancy E. & Van Vleet, Krista E. (2012). *Making families Through Adoption*. Sage Publications.

Rosa, A. (2007a). Acts of Psyche: actuations as synthesis of semiosis and action. In J. Valsiner & A. Rosa (eds.) *Cambridge Handbook of Socio-cultural Psychology*. New York: Cambridge University Press.

- Rosa, A. (2007b). Dramaturgical Actuations and Symbolic Communication: Or How Beliefs Make Up Reality. In J. Valsiner & A. Rosa (eds.) *Cambridge Handbook of Socio- cultural Psychology*. New York: Cambridge University Press.
- Salvatore, S., Valsiner, J., Simon, J.T. & Gennaro, A. (2011). *Yearbook of idiographic Science*. Vol. 3. Firera & Liuzzo Publishing.
- Salvatore, S. & Valsiner, J. (2010) Between the General and the Unique Overcoming the Nomothetic versus Idiographic Opposition. *Theory & Psychology*. Vol 20 (6): 817-833.
- Sato, T. (2011). Minding Money: how understanding of value is culturally promoted. *Integrated Psychology Behavior*. 45:116-131
- Sato, T., Hidaka, T., & Fukuda, M. (2009) Depicting the Dynamics of Living the Life: The Trajectory Equifinality Model. In Valsiner (eds.), *Dynamic Process Methodology in the Social and Developmental Sciences*. Springer.
- Sato, T. & Valsiner, J. (2010). Time in life and life in time. *Ritsumeikan Journal of Human Science*. 20, 79-92. Recuperado em 01/09/2011, de <http://www.ritsumeihuman.com/publication/files/ningen20/p079-092.pdf>
- Sato, T, Wakabayashi, K., Nameda, A., Yasuda, Y. & Watanabe, Y. (2010). Understanding a personality as a whole. Transcending the Anglo-American Methods Focus and Continental-European Holism through a look at Dynamic Emergence Processes. In Toomela, Aaro & Valsiner, Jaan. (2010). *Methodological thinking in Psychology: 60 years gone stray?* Information Age Publishing
- Sato, T., Watanabe, Y. & Omi, Y. (2007a). Beyond Dichotomy – Towards Creative Synthesis. *Integr. Psych. Behav*. 41: 50-59. Recuperado em 07/11/2011, de <http://www.mendeley.com/research/beyond-dichotomytowards-creative-synthesis/>
- Sato, T., Yasuda, Y., Kido, A, Arakawa, A., Mizoguchi, H. & Valsiner, J (2007b). Sampling Reconsidered: Idiographic Science and the Analyses of Personal Life Trajectory. In Valsiner, J. Rosa, A. (2007). *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology*. Cambridge University Press.
- Schettini, S.S.M. (2007). *Filhos por adoção: um estudo sobre o seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

- Schettini, S.S.M. , Amazonas M.C.L.A. & Dias C.M.S.B. (2006). Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicologia em Estudo*. 11(2): 285-293. Recuperado em 01/09/2011, de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n2/v11n2a06.pdf>
- Schettini Filho, L. (1998). *Compreendendo os pais adotivos*. Recife: Bagaço.
- Scorsi, L. (2009). A Fala da Mãe no Processo de Diferenciação dos Sujeitos. Tese (Doutorado) – Pós-graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil
- Silva, E.M. (2012) As demandas de adoção e a escuta psicanalítica no judiciário. In: Queiroz, E.F. & Passos, M.C. (Orgs) *A Clínica da Adoção*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- Souza, H.P. (2008). *Adoção: exercício de fertilidade*. São Paulo, Paulinas. 223p.
- Toomela, A. & Valsiner, J. (2010). *Methodological thinking in Psychology: 60 years gone stray?* Information Age Publishing
- Triseliotis, J., Shireman, J. & Hundleby, M. (1997). *Adoption: theory, policy and practice* London: Cassel. In, Levinzon G.K. (2009). *Adoção*. 3 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Valério, T. A. M., Lyra, M.C.D.P (submetido). *A construção cultural de significados sobre adoção: Um processo semiótico*.
- Valsiner, J. (1986). Sequence-structure analysis study of serial order within unique sequences of psychological phenomena. In Valsiner, J. (ed.) *The individual subject and scientific psychology*. New York: Plenum. In Toomela, A. & Valsiner, J. (2010) *Methodological thinking in Psychology: 60 years gone stray?* IAP
- Valsiner, J. (1994). Irreversibility of time and the construction of historical developmental psychology. *Mind, Culture, and Activity*, 1, 2-25.
- Valsiner, J. (1997). *Culture and the development of human action*. 2nd. Ed. New York: Wiley.
- Valsiner, J. (1998). *The Guided Mind*. Cambridge, MA: Harvard University Press

Valsiner, J. (2000). *Culture and Human Development*. London: Sage Publications

Valsiner, J. (2001). Process structure of semiotic mediation in human development. *Human Development* 44: 84-97

Valsiner, J. (2002). Irreversibility of time and ontopotentiality of signs. *Estudios de Psicología*, 23(1), 49-59. Recuperado em 21/12/2011, de <http://www.dialogicidad.cl/papers/Valsiner5.pdf>

Valsiner, J. (2004) The promoter sign: developmental transformation within the structure of dialogical self (Paper presented at the Biennial Meeting of the International Society for the Study of behavioral Development (ISSBD), Gent, , july 12, at the Symposium Development Spect s of Dialogical Self (Hubert Hermans, convener).]

Valsiner, J. (2005) Civility of Basic Distrust: A cultural-psychological view on persons-in-society. Paper that should have been presented at the “Symposium on Risk, Trust and Civility”, Toronto, Victoria College. May 6-8, 2005. Recuperado em 04/08/11, de <http://www.semioticon.com/virtuals/risk/distrust.pdf>

Valsiner, J.(2007). *Culture in minds and societies. Foundations of Cultural Psychology*, Sage Publications.

Valsiner, J. (2007b). Personal culture and conduct of value. *Journal of Social, Evolutionary, and Cultural Psychology*. 1 (2): 59-65 . Disponível em www.jsecjournal.com , acessado em 20/09/11.

Valsiner, J. (2008). Culture within development: similarities behind differences. Paper at Da Xia Forum Lecture. Shanghai, China.

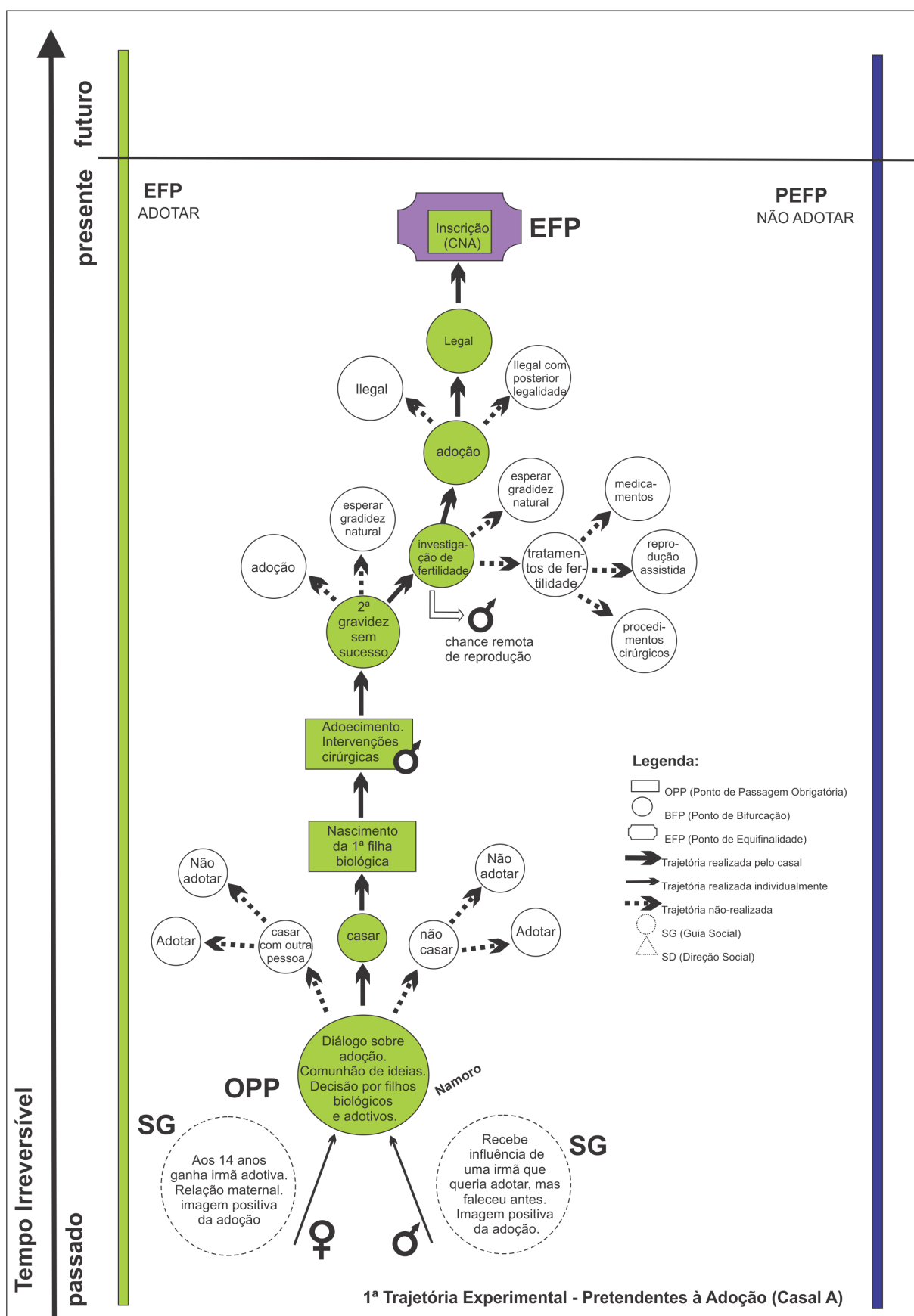
Valsiner, J. (2009) Constructing the vanish present between the future and the past. *Infancia y Aprendizaje*, 34, 2, 141-150

Valsiner, J. (2012) Fundamentos da Psicologia Cultural. Mundos da mente, mundos da vida. A.C.S. Bastos (trad.) Porto Alegre: Artmed.

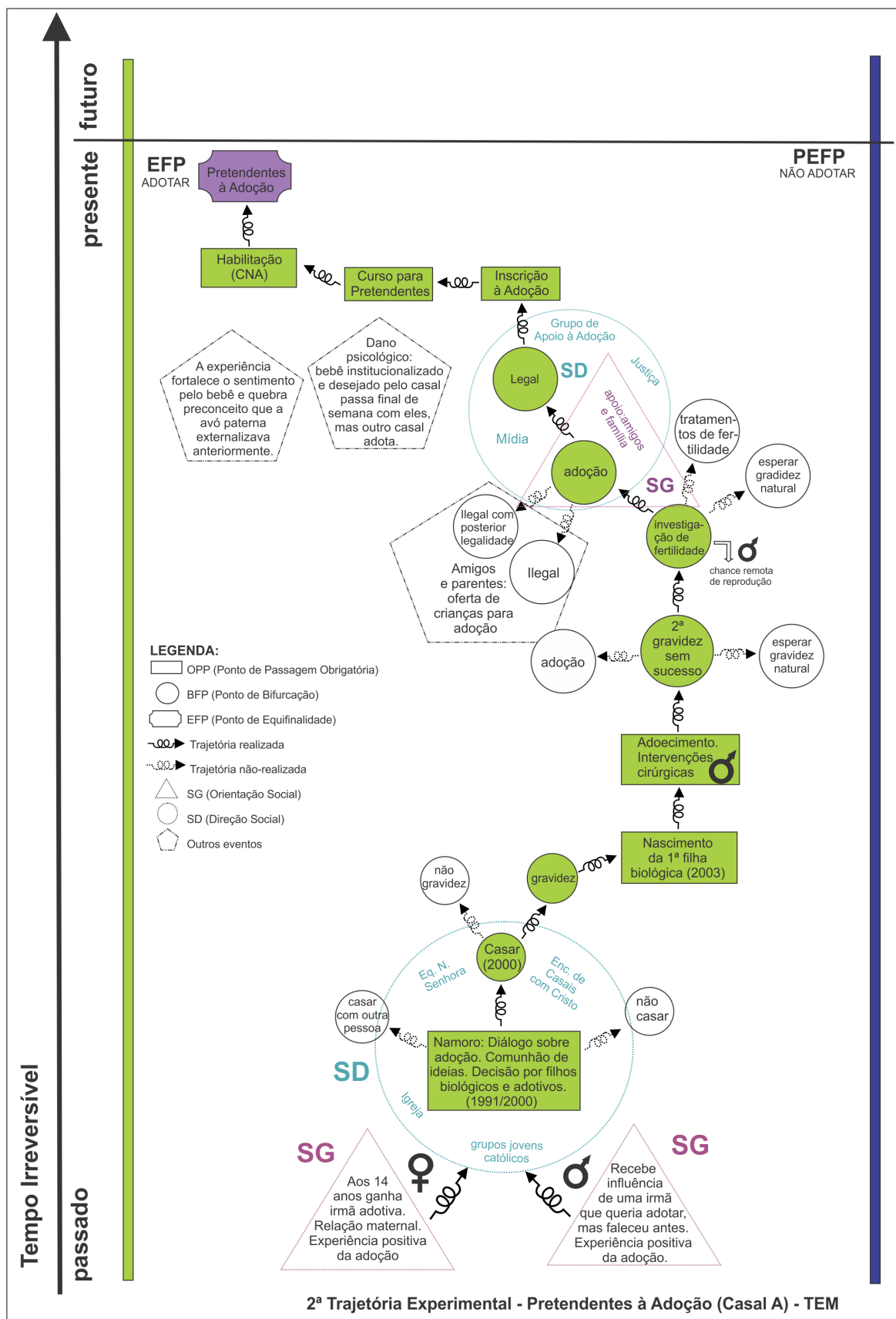
Valsiner, J. & Rosa, A. (2007) *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology*. Cambridge University Press.

- Valsiner, J. & Sato, T. (2006). Historically Structured Sampling (HSS): How can psychology's methodology become tuned in to the reality of the historical nature of cultural psychology? In Jürgen Straub, Carlos Kölbl, Doris Weidemann and Barbara Zielke (Eds.) *Pursuit of Meaning. Advances in Cultural and Cross-cultural Psychology*, pp.215-251, Bielefeld: Trankript
- Vargas, M.M. (2006) Adoção de crianças maiores. In: Schettini Filho, L., Schettini, S.S.M. *Adoção: os vários lados dessa história*. Recife: Bagaço.
- Vigotski, L.S. (2007). *A Formação Social da Mente – o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L.S. (1997). *The history of the development of higher mental functions. The collected works of L.S. Vygotsky: vol.4. problems of the theory and history of psychology*. New York; Plenum Press
- Wald, Arnaldo (1999). *Curso de Direito Civil Brasileiro. O novo direito de família*. 12ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Weber, L.N.D. (1997). Critérios de seleção de pais adotivos: em discussão. *Interação*, 1, 123-137.
- Weber, L.N.D. (2003) *Aspectos Psicológicos da Adoção*. 2ed. Ampliada e revisada. 8ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.
- Yasuda, Y. (2006). A trial to describe the diversity of infertility treatments with development of the Trajectory Equifinality Model (TEM). Poster presentation for ISSBD Australia, July. In Sato, T., Yasuda, Y., Kido, A, Arakawa, A., Mizoguchi, H. & Valsiner, J (2007) Sampling Reconsidered: Idiographic Science and the Analyses of Personal Life Trajectory. In Valsiner, J. Rosa, A. (2007) *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology*. Cambridge University Press.
- Yin, R.K.(2003). *Case Study Research: design and methods*. Thousand Oaks, Ca.: sage
- Zittoun, T. The Role of Symbolic Resources in Human Lives (2007) In J. Valsiner & A. Rosa (eds.) *Cambridge Handbook of Socio- cultural Psychology*. New York: Cambridge University Press

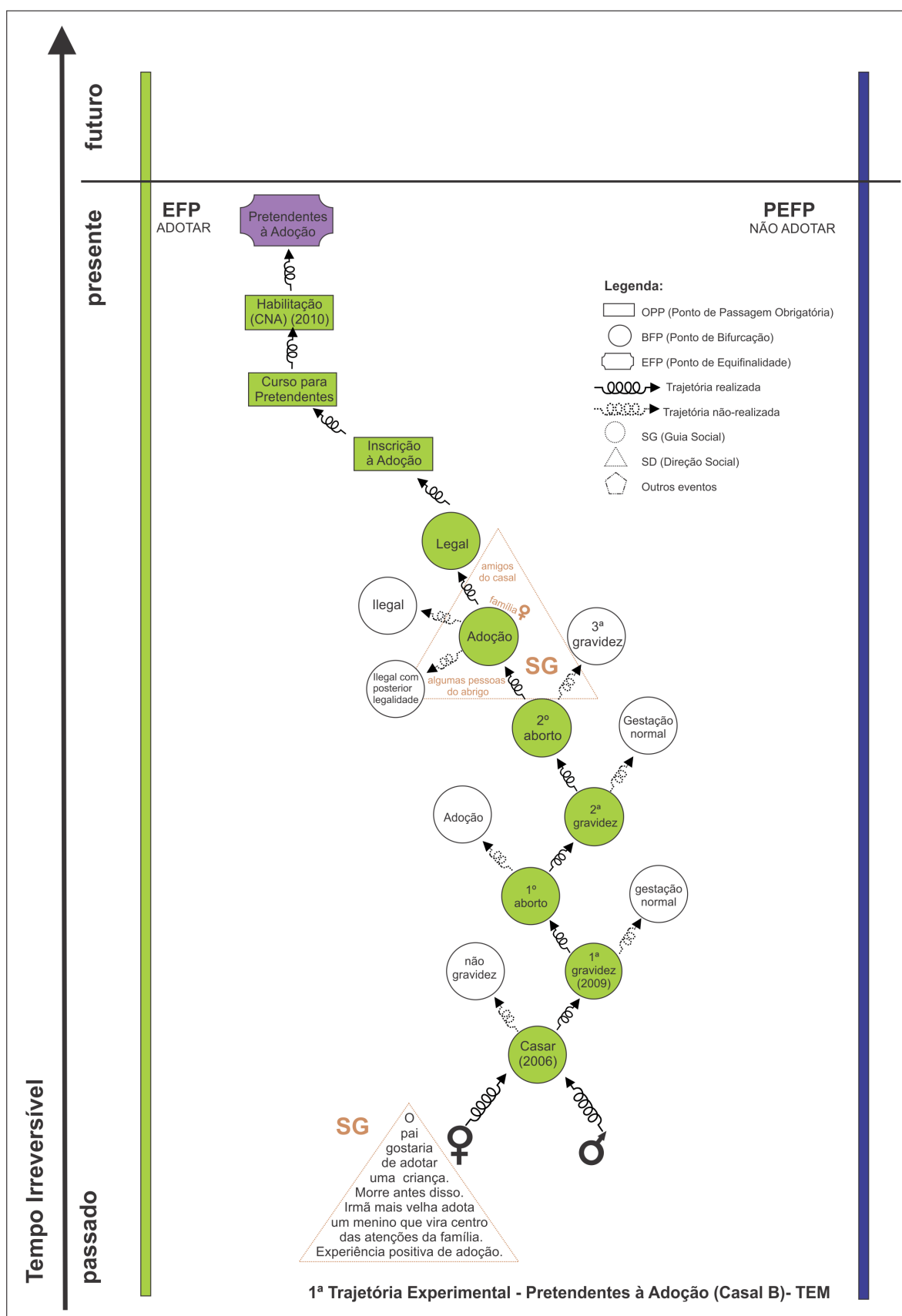
- Zittoun, Tania. (2009). Dynamics of life-course transitions: a methodological reflection. *Dynamic Process Methodology in the Social and Developmental Sciences*. Chapter 18, 405-429.
- Zittoun, T. (2010). How does an object become symbolic? Rooting semiotic artefacts in dynamic shared experiences. In B. Wagoner (Ed.), *Symbolic Transformations. The mind in movement through culture and society* (pp. 173-192). London: Routledge.
- Zittoun, Tania. (2012). Life-course: a social-cultural perspective. In: J. Valsiner (Ed.), *The Oxford Handbook of Culture and Psychology*. New York: Oxford University Press.
- Zittoun, Tania. (capítulo submetido) Imagining self in a changing world – an exploration of studies fo marriage: In: Han, M. (Ed.) *The Subjectified and Subjectifying Mind*.
- Zittoun, T. Aveling, E.L., Gillespie, A. & Cornish, F. (2011). People in Transition worlds in Transition: the ambivalence in the transition to Womanhood During WW II. In: Bastos, Ana Cecília S. and Uriko, Kristiina and Valsiner, Jaan, (Eds.) *Cultural dynamics of women's lives*. North Carolina. Information Age Publishing.
- Zittoun, T., Valsiner, J., Vedeler, K., Salgado, J., Gonçalves, M., & Ferring, D. (2013). *Melodies of living: Developmental science of the human life course*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.



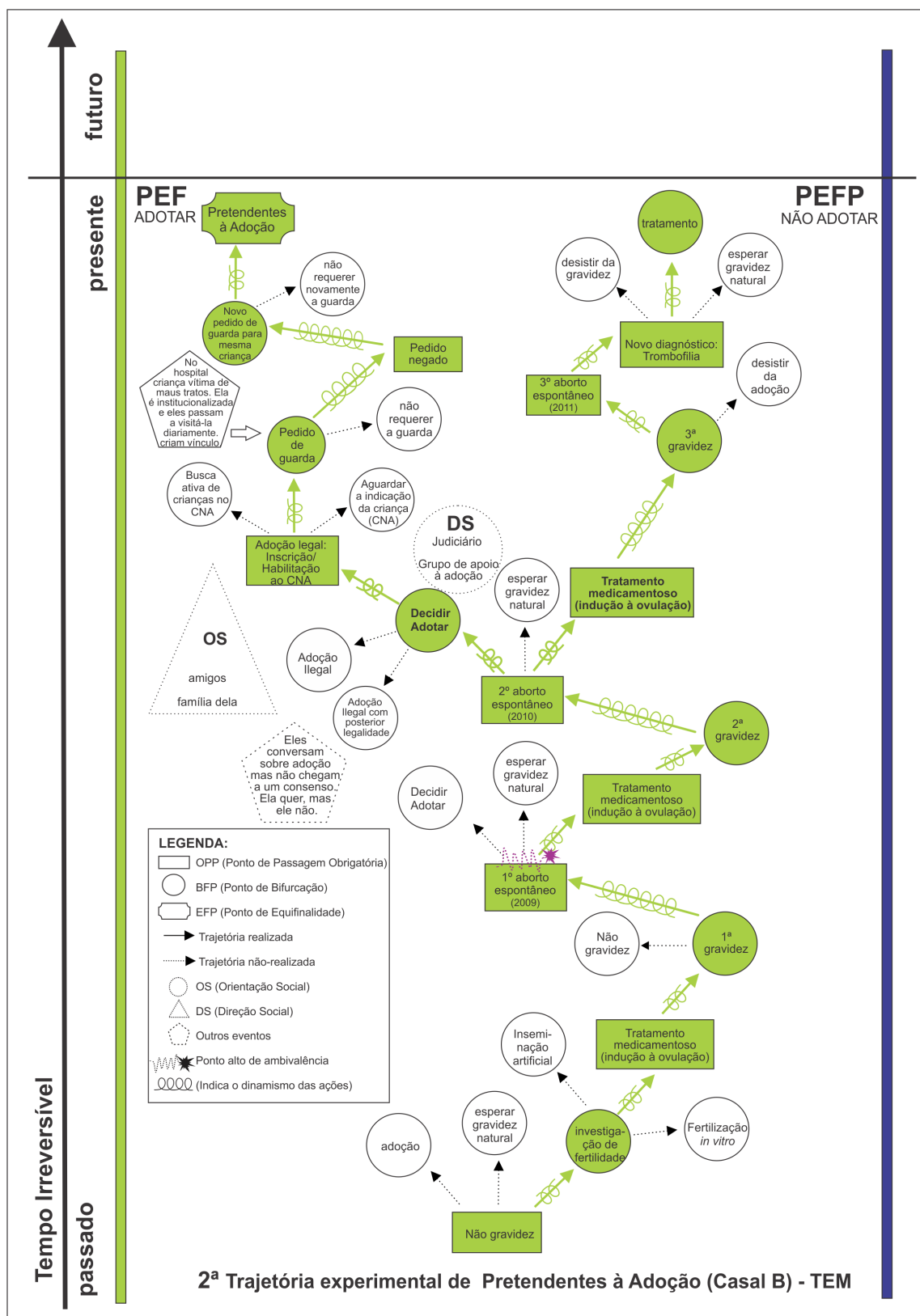
APÊNDICE B – 2ª Trajetória experimental do casal A (caso 1)



APÊNDICE C – 1ª Trajetória experimental do casal B (caso 2)



APÊNDICE D – 2ª trajetória experimental do casal B



APÊNDICE E – Modelo de ficha para identificação dos aspectos constitutivos da construção de significados para este estudo.

AMBIVALÊNCIA (polos opostos atuando da tomada de decisão):
CAMPOS AFETIVOS (rituais e atividades corriqueiras):
FRONTEIRAS SEMIÓTICAS:
SIGNOS PROMOTORES :
SIGNOS HIPERGENERALIZADOS:
SISTEMA DE CONTROLE REDUNDANTE DE MENSAGENS:
REGULADORES SEMIÓTICO:

APÊNDICE F - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

_____, ____ de _____ de 2012.

Prezado(a) Senhor(a);

Você está sendo convidado a participar da pesquisa com o título “*O filho adotivo não vem de fora, vem de dentro*”: um estudo sobre trajetórias de vidas e significados sobre adoção na perspectiva semiótica da Psicologia Cultural. Vale salientar que suas contribuições ajudarão a uma melhor compreensão acerca da adoção.

Ao assinar este documento, você estará consentindo participar da pesquisa, contando sua história sobre a decisão de constituir sua família pela adoção, em momentos de entrevistas, conduzidas por mim, TATIANA ALVES DE MELO VALÉRIO, CPF _____, RG _____ Fone: _____, educadora, mãe adotiva, voluntária de um grupo de apoio à adoção e aluna do Mestrado em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob a orientação da Professora da UFPE Dr^a Maria C. D. P. Lyra, CPF _____, RG _____, Fone: _____.

É importante deixar claro que:

Os benefícios dessa pesquisa são inúmeros, desde o enriquecimento da área da psicologia sobre o assunto pesquisado, bem a contribuição com informações importantes acerca de como os pretendentes devem ser vistos e amparados pelos atores envolvidos diretamente nos processos de adoção, especificamente no contexto pré-adotivo. O objetivo da pesquisa é investigar os significados da adoção e descrever as trajetórias vivenciadas pelos pretendentes, na construção de tais significados.

Sua participação é voluntária, levando-se em conta apenas o seu interesse em participar da pesquisa, não havendo compensação financeira para nenhuma das partes. Você só colaborará após o entendimento e assinatura desse termo.

O procedimento será realizado por meio de três entrevistas diversas, em encontros distintos, entre você e a pesquisadora, que serão gravados em aparelhos de MP4.

Você pode requerer informações, acerca deste estudo, em qualquer fase da sua execução. Em nenhum momento você será identificado, sendo preservando seu anonimato. Os subsídios obtidos através de sua contribuição poderão compor o corpo geral da pesquisa, podendo posteriormente servir para fins de publicação em congressos e/ou revistas científicas, respeitando o anonimato das fontes.

Você terá inteira liberdade para desistir de participar, no decorrer da pesquisa, retirando suas informações do estudo e isso não acarretará nenhum problema pessoal.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, declaro que li as informações contidas nesse documento e fui devidamente informado(a) pela pesquisadora Tatiana Alves de Melo Valério dos procedimentos que serão utilizados, confidencialidade da pesquisa, riscos e benefícios, livremente concordando em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento.

_____, ____ de _____ de 2012

(Nome por extenso)

(Assinatura)

Testemunha nº1
(Nome por extenso)

(Assinatura)

Testemunha nº 2
(Nome por extenso)

(Assinatura)

Antecipadamente agradeço sua atenção e contribuição;

Tatiana Alves de Melo Valério

Educadora e Mestranda em Psicologia Cognitiva da UFPE